

DEZEMBRO/2004 ■ JANEIRO/2005 N°76 R\$ 8,00

Princípios

REVISTA TEÓRICA

Ana Maria Prestes
Fórum Social Mundial

PROJETO NACIONAL E INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

Em busca do desenvolvimento,
povos e países apostam
na integração regional
em oposição à Alca

Renato Rabelo
Darc Costa
Eugênio Rezende de Carvalho

Ricardo Abreu
Luis Fernandes
Cláudio Salvadori Dedecca



Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre



Investimentos Potenciais
Acre e Região

www.ac.gov.br

As lições de 2004 para 2006

Encerrada a batalha eleitoral de 2004, os campos políticos que se confrontaram dela procuram extrair lições, tendo em vista a agenda de 2006.

O resultado do pleito indica um relativo equilíbrio entre as forças políticas lideradas pelo presidente Lula e a oposição conservadora. Apesar da guerra de análises que esse tipo de resultado possibilita, um e outro campo têm consciência de que não houve “um grande vencedor”.

Os partidos da base governista, no geral, ampliaram seu número de votos e o contingente de prefeitos e vereadores. O PT, principal partido desse campo, ganhou em seis capitais e foi o mais votado em ambos os turnos. Em contrapartida, a oposição conservadora impôs-lhe revezes de vulto e venceu em centros urbanos importantes, como São Paulo e Porto Alegre. Com esses trunfos auferidos, a oposição neoliberal, liderada pelo PSDB, saiu desse embate reestruturada e com poder de aglutinação rejuvenescido.

Portanto, o veredito proclamado por setores da mídia de que houve uma derrota rotunda do governo não procede, nem certa análise do campo governista que não é capaz de apreender que “uma luz amarela foi acesa”, como metaforicamente alertou o presidente do PCdoB, Renato Rabelo.

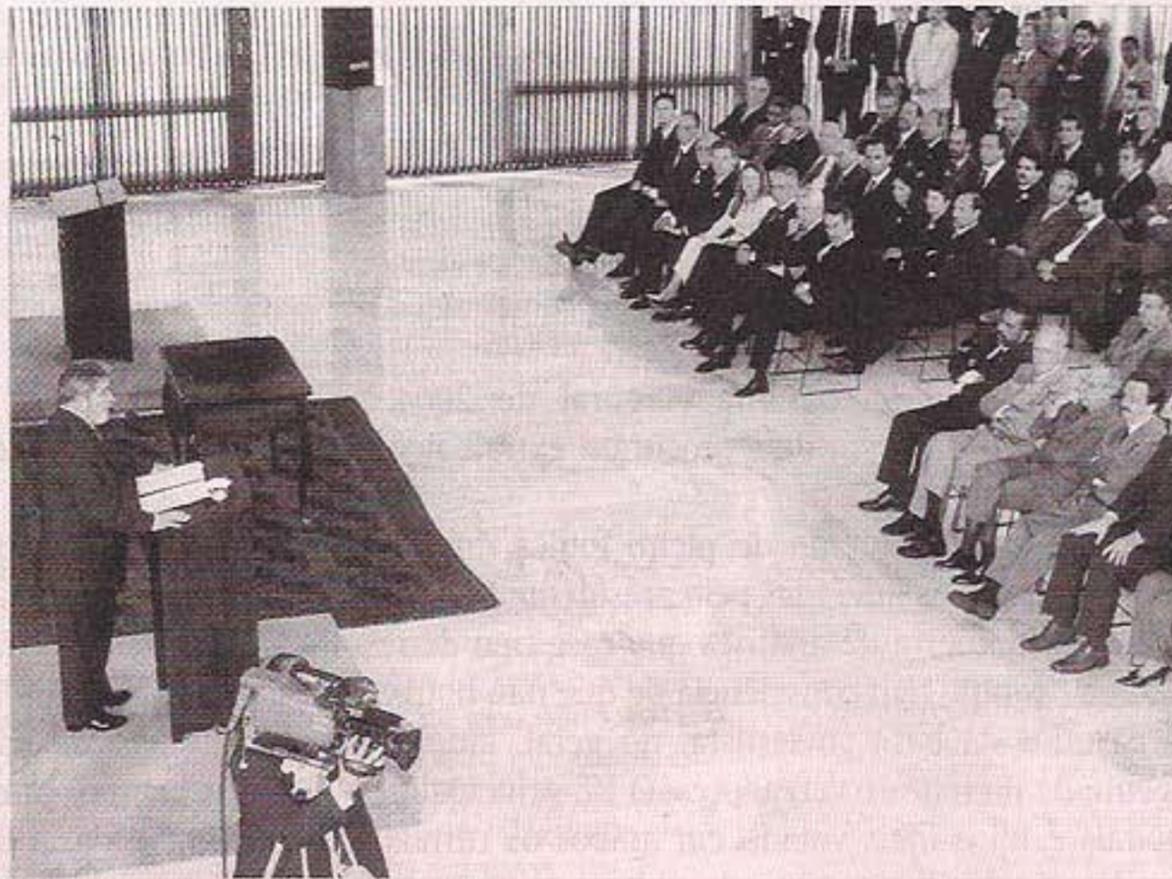
Para 2006 se prenuncia uma acirrada disputa, na qual a reeleição do presidente Lula, relevante para os destinos do país, receberá duro combate da oposição neoliberal.

O governo Lula precisa ter sabedoria para recolher as lições das urnas e empreender os ajustes por elas indicados. As realizações destes dois primeiros anos de mandato são significativas, mas não bastam resultados medianos. As mudanças precisam avançar.

Isso significa, sobretudo, implementar um novo ciclo de desenvolvimento em ritmos e índices compatíveis com as dimensões e as necessidades do país. É um equívoco manter o Brasil prisioneiro de uma política macroeconômica conservadora que o condena a um crescimento frágil e contido.

Se o governo optar – conforme o recado das urnas –, pela rota do desenvolvimento, elevará seu prestígio popular e demonstrará sua possibilidade de êxito, o que lhe dará melhores condições para aglutinar um amplo campo de forças partidárias e fortalecer o necessário respaldo de sua base social.

Comissão Editorial
revista.principios@terra.com.br



Consolidar a base política e aglutinar a base social do governo Lula
Renato Rabelo..... **6**

Crescimento, mercado interno e renda
Cláudio Salvadori Dedecca..... **28**

“O espírito da época não é de globalização, mas de regionalização”
Entrevista com Darc Costa..... **16**



Ciência, tecnologia e integração regional
Entrevista com Luís Fernandes..... **33**



Comunidade Sul-Americana de nações: progressos e obstáculos
Ronaldo Carmona..... **38**

Vargas, Estado nacional e industrialização
Dilermando Toni..... **22**

Dilemas históricos da integração latino-americana
Eugênio Rezende de Carvalho..... **45**

CAPA

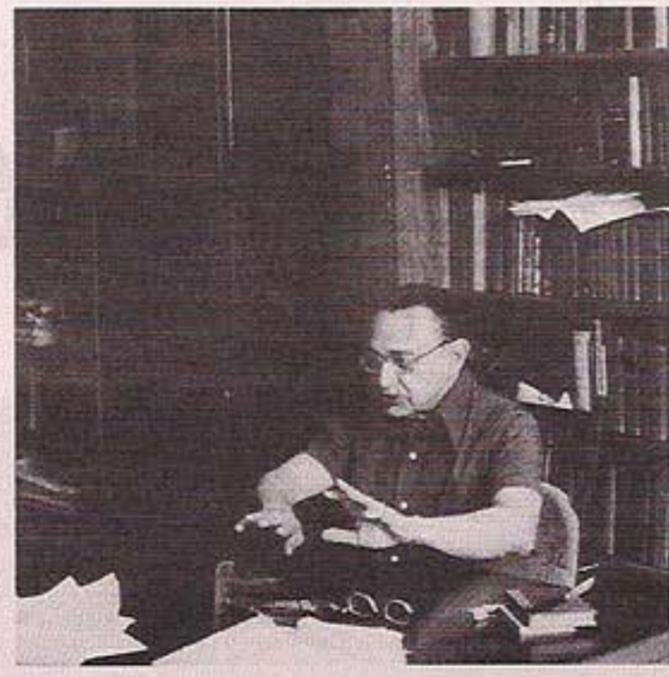
INTERNACIONAL

Uruguai: integração regional, projeto nacional e unidade popular
Ricardo Abreu..... **48**

Participação política e Estado nacional em tempos de Fórum Social Mundial
Ana Maria Prestes..... **64**



Lutar pela causa palestina é a melhor forma de homenagear Arafat
Jamil Murad..... **69**



Estado e políticas de liberalização
Ministério da Produção e Comércio da República Bolivariana da Venezuela..... **52**

Ignácio Rangel e a crise brasileira
Carlos Espíndola e José Messias Bastos..... **72**

TEORIA

INTERNACIONAL

CULTURA

Luta antiimperialista, partido e movimentos sociais
Entrevista com José Reinaldo Carvalho..... **54**

Conhecimento, experiência e literatura
Anselmo Pessoa Neto..... **78**

As recentes eleições nos Estados Unidos
Erwin Marquitt..... **59**

RESENHA **81**

MENSAGENS E REGISTROS **82**

Consolidar a base política e aglutinar a base social do governo Lula

O desfecho das eleições municipais indica certo realinhamento de forças em torno do campo do governo ou da oposição, numa situação de acirramento político de certo equilíbrio

RENATO RABELO

O mapa político nacional surgido das eleições municipais de 2004, considerando-se o conjunto dos dois turnos eleitorais, demonstra um crescimento do número de prefeitos e vereadores eleitos e o aumento do número de eleitores dos partidos que compõem a base do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ampliou-se o leito governamental no âmbito das prefeituras. No campo da oposição, consolidou-se o PSDB

como força estruturante, com significativa vitória através da conquista da Prefeitura de São Paulo e de mais quatro capitais, crescendo também seu número de votos e de prefeitos; o PFL, outra força importante da oposição, apesar do seu declínio neste pleito, reelegeu o prefeito do segundo colégio eleitoral, o Rio de Janeiro. Esses aspectos centrais indicam certo equilíbrio de forças, considerando-se os dois lados principais da luta política em âmbito nacional.

O PT, partido hegemônico do governo Lula, obteve ampla vitória no primeiro turno, aumentando em 120% seu contingente de prefeitos; elegeu seis deles em capitais e alcançou o maior número de votos entre todos, chegando a nove prefeitos de capitais e a ser o mais votado no segundo turno. Porém, sofreu importantes reverses neste último turno, perdendo a prefeitura do maior colégio eleitoral do país (município de São Paulo), o seu bastião político-administrativo (Porto Alegre) e mais duas capitais que governava (Belém e Goiânia), além de não vencer em Curitiba e Cuiabá. No conjunto do pleito, conseguiu uma vitória relativa, em função dos seus objetivos, não alcançando suas metas maiores. É incorreto e descabido afirmar, como fazem os analistas que compõem o coro antipetista, que o "PT perdeu as eleições de 2004", ou que foi "empurrado para os grotões". Desde as eleições de 2002, quando Lula obteve expressiva vitória, o PT já tinha perdido para o PMDB e o PSDB os governos do Sul e do Sudeste do país. Agora, mesmo na capital paulista, sua candidata alcançou expressiva votação e se firma como grande liderança, além das outras personalidades de destaque crescente do PT em São Paulo e nos maiores centros do país. Há um tom de

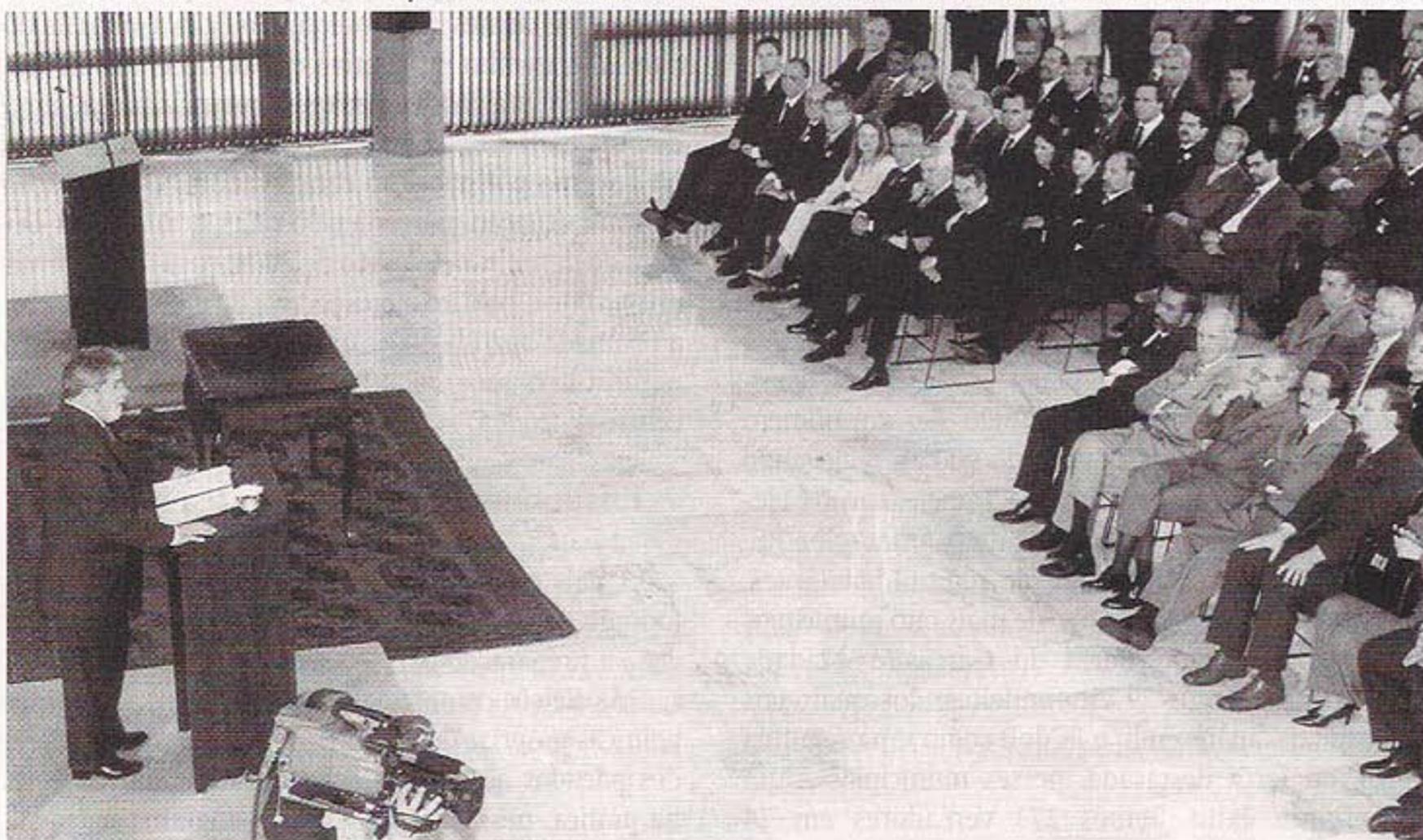
extremismo retórico que prevalece nas análises da mídia brasileira: uma hora o PT vira "partido único", em outra, partido "derrotado", jogado aos "grotões".

Polarização PTxPSDB e Pluripartidarismo

Um conjunto de partidos intermediários do campo do governo registrou êxitos importantes, elevou seu número de votos, de prefeitos e de vereadores em relação às eleições de 2000, destacando-se aí o PSB (Manaus, Natal, João Pessoa) e o PPS (Porto Alegre, Boa Vista). O PMDB, apesar de decrescer sua quantidade de votos e de prefeitos, continua tendo o maior número de prefeituras, seguido por PSDB, PFL, PP, PTB e PT (depois, vêm PL, PPS, PDT, PSB, PV e PCdoB). PL, PP e PCdoB não elegeram prefeitos em capitais. O PTB, apesar de eleger o prefeito de Belém, capital do Pará, diminuiu seu número de votos e de eleitores.

No lado oposicionista, o PSDB logrou vitória destacada; o PFL retrocedeu em suas posições conquistadas em 2000; e o PDT teve desempenho positivo, com a eleição de prefeitos em três capitais (Salvador, São Luis e Maceió) e em cidades grandes e

O presidente Lula em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.



médias, como Campinas/SP e Campos/RJ. Vale ressaltar que vários prefeitos eleitos pelo PDT já sinalizaram com uma aproximação com o governo Lula.

A segunda conclusão importante é de que existiu uma polarização entre PT e PSDB. O primeiro é a maior força do governo Lula e teve o maior número de votos; o outro, se consolida como a força estruturante da oposição, sendo o segundo mais votado. Mas nenhum dos dois passa dos 18% na soma dos votos nas eleições de prefeitos em todo o país. A terceira conclusão é de que, apesar de haver essa polarização entre PT e PSDB, o pleito confirmou a existência de uma realidade política plural, com múltiplos partidos grandes, médios e pequenos crescendo e conquistando maiores posições na administração municipal – grosso modo, existem quatro grandes, quatro médios e quatro pequenos partidos. Longe de ser uma situação de bipartidarismo, como alguns analistas afirmaram, trata-se de um quadro caracterizado pelo pluripartidarismo. Também está longe de ser uma situação em que o PT se transforma em “partido único” – argumento utilizado pela oposição conservadora como forma de terror político e de chantagem.

Resultado vitorioso para o PCdoB

O desfecho das eleições de 2004 para o Partido Comunista do Brasil, considerando-se as condições que tivemos de enfrentar e as nossas metas, é um resultado vitorioso, apesar de não termos atingido os objetivos maiores, como a eleição de prefeito em capitais. Por isso, assinalamos, em nota do Secretariado Nacional, já na conclusão do primeiro turno, que a nossa vitória foi modesta, não alcançando a plenitude do que era indicado. O PCdoB elevou o número de votos para prefeito e vereadores, comparando-se com as eleições de 2000. Fez um número bem maior de prefeitos (mais de 900%), reelegendo Luciana Santos em Olinda/PE no primeiro turno e elegendo João Lemos prefeito de Camaragibe/PE, município também com mais de 100 mil habitantes, além dos chefes do Executivo de mais oito municípios menores, incluindo Barra do Garças/MT, cidade mediana. Elegemos 29 vice-prefeitos, dos quais seis em capitais, aparecendo o PCdoB como uma segunda força, ou força destacada, nesses municípios – um importante êxito. Temos 273 vereadores em 24

estados e 18 capitais, sendo maior em 110,28% o número de votos em relação a 2000 e 82% maior o número de vereadores. Não alcançamos a meta de dobrar esse número, pesando, para isso, a drástica diminuição de vagas para vereadores neste pleito.

O Partido realizou a sua maior campanha municipal, alcançando todos os estados. Acumulou experiência. A condição de integrante da base do governo ampliou o conhecimento que a sociedade tem do PCdoB. Foi nítido o aumento da visibilidade partidária, com o lançamento de candidaturas majoritárias em 103 cidades, sobretudo em quatro capitais. A legenda 65 esteve presente durante toda a campanha, ampliando o conhecimento em torno dela. As chapas próprias para prefeito e vereadores, apesar dos resultados diferenciados, possibilitaram o lançamento de múltiplas lideranças locais e permitiram a agregação de novos setores sociais em torno do Partido.

As conclusões mais importantes deste primeiro grande embate eleitoral nos marcos do governo Lula apontam para êxitos dos partidos que compõem a base governista; vitórias do PT, mas, ao mesmo tempo, importantes reveses; crescimento dos partidos médios e pequenos da base governista; e, por outro lado, crescimento e reestruturação da oposição, através do PSDB, que conquistou posições de peso, e vitórias oposicionistas nos dois maiores colégios eleitorais do país. Um quadro de relativo equilíbrio entre os dois campos da luta política nacional, potencializando uma disputa mais difícil e acirrada entre as forças de apoio ao governo e a oposição conservadora. Confirmação de uma situação marcada pelo pluripartidarismo. Diante do desenlace do pleito de 2004, passa a predominar no curso político a perspectiva do embate de 2006, a chamada agenda 2006: a luta pela reeleição de Lula *versus* a luta pela volta da oposição conservadora ao centro do poder.

Ensinamentos para embates maiores

Quais ensinamentos podemos extrair do resultado do embate político eleitoral de 2004, tendo em vista a preparação para 2006?

As eleições municipais implicam particularidades políticas próprias de cada lugar. Além disso, a maioria dos partidos assume fisionomias locais, inexistindo, na prática, nessas situações, um programa nacional.

Por isso, não vamos nos fixar nas particularidades da experiência local, mas nos ensinamentos gerais que perpassam, de uma forma ou outra, o conjunto do pleito municipal no país e servem de guia para os embates maiores, de caráter nacional.

Os insucessos do PT podem estar relacionados, em primeiro lugar, com a dificuldade ainda existente nessa agremiação em compreender seu papel de partido principal, mas não exclusivo, na função governista ou nas campanhas. Para o sucesso de sua ação dirigente, em face do largo espectro político plural brasileiro, torna-se imprescindível forjar frentes abrangentes de ampla coalizão, sob sua condução, na busca de saída aos impasses do Brasil. Na prática, a concepção exclusivista subsiste no lançamento de candidaturas petistas em quase todos os municípios, sem considerar candidaturas aliadas com mais possibilidades, ou na formação de chapas majoritárias “puro sangue”, exclusivamente do PT.

Em segundo lugar, não se pode subestimar o plano oposicionista conservador posto em ação, verberado pela mídia: inculcar o medo e a desconfiança na capacidade do novo governo, desde a sua formação; depois, estimular a sua desestabilização, quando do episódio denominado escândalo Waldomiro; e, mais recentemente, na campanha eleitoral, quando Fernando Henrique cantou o refrão de o PT ser “autoritário” e “antidemocrático”, uma “ameaça à democracia”, de ser preciso dividir o poder já (evidentemente com eles, do PSDB). Assim, na opinião de FHC, o PT não pode ganhar todas, para o “bem da democracia” no país. Essa voz se estendeu à de outros intelectuais filo-tucanos e até ganhou adeptos de recém-convertidos ao credo peessedebista e à onda antipetista. Esse aparatoso argumento tucano-elitista não deixou de ter certa eficácia, sobretudo em sociedades como a paulistana, onde, paradoxalmente, o PT e Lula gozam de forte apoio e ao mesmo tempo sofrem forte rejeição.

Em terceiro lugar, tiveram efeito na campanha, de uma forma ou de outra, os reflexos negativos

quanto à nitidez do caminho a seguir pelo governo Lula. Ou seja, a dualidade expressa no seio do governo, entre setores com diferentes ênfases e práticas desenvolvimentistas, prevalecendo a linha conservadora macroeconômica, que acaba vincando o caminho que vem sendo seguido. Apesar dos êxitos econômicos conjunturais, de a maior parte da população compreender as dificuldades encontradas e de que há pouco tempo de gestão, dando ao governo ainda certo crédito,

formou-se também uma descrença em vários segmentos sociais, mesmo entre setores empresariais e camadas dos trabalhadores, quanto ao rumo seguido, em consequência dos efeitos dos juros altos e restrições ao crédito, de um lado, e, de outro, da existência ainda de elevado índice de desemprego e achatamento da renda dos assalariados. Setores intelectuais desesperados, incapazes de compreender as mediações políticas necessárias ao êxito dos objetivos maiores, resultantes do nível da

batalha atual em curso, chegaram até mesmo a propugnar o voto nulo na eleição majoritária – para eles, todo mal está no governo Lula. Esse conjunto de fatores, traduzidos em descrenças e desesperos, não deixou de ter sua influência política, devidamente explorada pela oposição conservadora em determinados segmentos do povo.

Experiências novas para os comunistas

A nossa experiência das campanhas majoritárias às prefeituras, tendo à frente candidatos do PCdoB, foi bastante diversificada, passando por cidades grandes, médias e pequenas – de Sanharó e Ibaté a Fortaleza e Manaus, de Barra do Garças ao Rio de Janeiro. O Partido venceu em dez municípios. Esteve à frente de grandes campanhas, acumulando ricos ensinamentos que precisam ser analisados melhor no plano local e nacional.

Vamos nos ater resumidamente às experiências das quatro capitais. No Rio de Janeiro e em Teresina, a direção nacional não alimentava expectativa de con-

A dualidade no seio do governo, entre setores com diferentes ênfases e práticas desenvolvimentistas, prevalecendo a linha conservadora macroeconômica, acaba vincando o caminho que vem sendo seguido.

quistar as prefeituras. Na primeira, em função do favoritismo do prefeito César Maia (que se confirmou), da divisão dos partidos da base do governo (PL, PMDB, PT, PPS, PCdoB) em muitas candidaturas e, por isso mesmo, da dificuldade em somar forças políticas em torno da nossa candidata. Dificilmente reuniríamos condições de vencer o pleito majoritário, apesar do forte potencial da candidatura de Jandira Feghali. Fizemos uma campanha mobilizadora, com ampla atividade militante e agregadora de simpatizantes, suplantando a própria candidatura petista de Jorge Bittar, que contava com grande tempo de TV e recursos. Na segunda, o candidato do Partido não reunia condições para derrotar as candidaturas favoritas do PMDB e PSDB, além de ter de competir no mesmo campo com a candidata do PT.

Nas disputas em Fortaleza e Manaus, nutríamos expectativa de vitória, sobretudo na capital cearense, onde Inácio Arruda partia na condição de favorito. Não alcançamos esse objetivo e a outra candidatura de esquerda, do PT, venceu o pleito. Um conjunto de fatores contribuiu para esse resultado adverso. Porém, teve caráter decisivo para o nosso revés a existência de duas candidaturas de esquerda, com a manutenção de Luizianne Lins pelo PT (com o dobro do nosso tempo de rádio e TV), numa condição em que foi concentrado na candidatura de Inácio, por ser favorita, o ataque dos setores conservadores: do candidato tucano de Tasso Jereissati, do candidato do PFL, do prefeito Juraci Magalhães, dos seus "laranjas". Enquanto Inácio ficou sob pesado ataque do início ao fim da campanha, a candidatura de Luizianne foi estimulada, protegida e enaltecida. Aparecia como vítima do "autoritarismo partidário", sendo esse o trunfo utilizado pelas forças conservadoras para enfraquecer a candidatura de Inácio, levando os criadores a ser suplantados por sua criatura. Segundo, o tema mais explorado foi o voto que a oposição dizia que Inácio teria dado contra o aposentado. Na realidade, no destaque apresentado sobre a contribuição dos inativos, Inácio votou contra essa taxaço. Cambraia, o candidato do PSDB, e o próprio coordenador da campanha de Luizianne, deputado petista João Alfredo, é que votaram pela taxaço. Mas, perante a opinião pública, ficou Inácio com o voto contrário ao aposentado. Aqui, houve um erro de condução. Perdemos muito tempo em explicações e, o que é pior, resolvemos recorrer à

Justiça para garantir a verdade – a emenda foi pior que o soneto. Fomos derrotados e os opositores exploraram sobejamente a mentira de que Inácio era traidor, apesar de nos debates e pronunciamentos na TV ele ter sido claro e bem explícito nessa questão. A campanha teve uma grande participação militante dentro e fora do Partido. Inácio venceu numa zona eleitoral em que tradicionalmente ganha a esquerda; Luizianne, em nenhuma zona no primeiro turno. Inácio conseguiu manter quase 20% dos votos, numa realidade de múltiplas candidaturas. Portanto, pesaram para a derrota a posição que prevaleceu no PT e erros na condução da nossa campanha.

Em Manaus, não partíamos de uma situação de favoritismo. O candidato amplamente favorito era Amazonino Mendes (três vezes governador, duas vezes prefeito e senador), velha raposa política, apoiado pela prefeitura e pelo governador, do PPS. A esquerda também tinha outro candidato, Serafim, do PSB, seis vezes candidato majoritário, muitas vezes apoiado por nós e, agora, apoiado pelo PDT. Desde as primeiras pesquisas, Serafim esteve à nossa frente e capitalizou a queda de Amazonino, embora nossa campanha tenha sido a autora principal da desconstrução do candidato da direita. É interessante que o alvo dos ataques do Amazonino no primeiro turno não foi Serafim, mas Vanessa Grazziotin (cuja candidatura contou com o apoio do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento). Aqui o tema de ataque, utilizado mesmo antes da campanha, foi o voto do salário mínimo dado por Vanessa, explorado pelos meios de comunicação de propriedade de Amazonino. Portanto, em Manaus, em primeiro lugar, pelo peso dos concorrentes (poder e tempo de estrada), a disputa era bastante desigual para nós. Em segundo lugar, a exploração do voto no salário mínimo, embora respondida de forma bem dosada e ofensiva por Vanessa e o Partido, não conseguiu diminuir significativamente a rejeição apontada nas pesquisas, proveniente, em grande medida, da exploração prolongada desse fato pelos opositores. Situação que pode ter dificultado um maior crescimento da nossa campanha, que contou com grande participação militante.

Debilidades evidenciadas

Dado novo para o nosso Partido foi o lançamento

de chapas próprias a vereador em 81 cidades. Apenas 14 vereadores, em dez municípios, foram eleitos nessas condições, fazendo o coeficiente eleitoral – aí incluídos São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Teresina. Isso, ao lado do lançamento de várias candidaturas majoritárias, acelerou a transição da tática eleitoral de concentração e coligação. Confirma-se que a decisão de lançar candidaturas em concentração e coligação ou chapas mais amplas, ou mesmo chapas próprias, deve ser exclusivamente de tática eleitoral. A ampliação de candidaturas é um dado mais permanente da realidade partidária, que permite a ampliação de votos, surgimento de novas lideranças eleitorais, criação de novos redutos e de atuação e, conseqüentemente, expansão do alcance da campanha do PCdoB.

Precisamos verificar especificamente problemas da condução política da campanha em cada lugar. É aí que se realiza a orientação tática. Em geral, superestimamos as possibilidades e não nos preparamos à altura para a disputa, principalmente quanto às condições materiais para os cargos no Executivo. Não há ainda grande experiência com chapas próprias. Houve casos de chapas pouco expressivas, sem lideranças medianas. Muitos eram candidatos novos, e nem todos seriam fenômenos eleitorais. Por fim, não foi conseqüente na questão de concentrar na dispersão para garantir o essencial do projeto político.

A campanha municipal envolve a sociedade em sua inteireza e evidenciou as debilidades do nosso Partido, neste tempo determinado. São debilidades estruturais – a começar pela influência social, política, e enraizamento na sociedade –, que se refletiram na baixa densidade eleitoral; poucas lideranças mais destacadas com expressão eleitoral; redutos eleitorais restritos; dificuldades materiais. Temos sabido superar essas debilidades, mas a um ritmo ainda insuficiente, com um posicionamento político sagaz e algumas lideranças maiores em nosso meio.

A campanha dá também mais uma demonstra-

ção de tendência à crescente concentração no tempo e exigência de maior profissionalização. Vai-se perdendo, gradativamente, o caráter popular; a emoção de campanha fica reduzida, em grande medida, ao âmbito do *marketing* eleitoral pela TV. O trabalho militante fica, muitas vezes, secundarizado. Tal situação amplia a esfera de ação e a importância das máquinas eleitorais e do poder econômico e afeta a campanha e os resultados de um partido como o PCdoB.

Realinhamento de forças

Finda a luta eleitoral, nova agenda política se impõe como perspectiva: a luta pela reeleição de Lula à Presidência da República em 2006, garantindo a continuidade do novo ciclo político aberto em 2002 ou, no caso de derrota, a volta das forças conservadoras ao centro do poder.

O desfecho das eleições municipais indica certo realinhamento de forças em torno do campo do governo ou da oposição, numa situação de acirramento político de certo equilíbrio. O governo vai ter de enfrentar uma oposição que ganhou melhores condições para sua reorganização e agregação de forças.

No campo governista, o grande desafio é consolidar sua base política e aglutinar seu apoio social. A resposta a esse desafio passa necessariamente pelo sucesso neste e nos dois próximos e últimos anos de governo e na capacidade de reagrupar todas as forças possíveis de serem unificadas na fase atual. Têm missão importante o presidente da Re-

pública e a força política dirigente principal, o PT, construindo um governo nacional, mudancista, verdadeiramente de coalizão. Isso contribuirá para uma melhor confiança mútua e entendimento entre os aliados e maior influência numa base social mais ampla.

O nosso Partido tem defendido que o governo Lula deve ser de coalizão de amplas forças políticas. Isso advém do variado espectro político brasileiro e da heterogeneidade da nossa sociedade. Para o PCdoB, tem de haver mudanças para o êxito do governo. É possí-

*Finda a luta eleitoral,
nova agenda política
se impõe como perspectiva:
a luta pela reeleição
de Lula à Presidência
da República em 2006,
garantindo a continuidade
do novo ciclo político
aberto em 2002.*

vel uma alternativa viável, um projeto nacional de desenvolvimento, baseado no grande potencial do Brasil e na integração continental e em parcerias estratégicas, recompondo a infra-estrutura do país, ampliando o mercado interno e valorizando o trabalho. Existe a possibilidade de se reunir extensa força social e política em torno de um projeto dessa natureza. Deve-se realizar amplo debate, com setores mais representativos.

Este debate se reflete no seio do próprio governo. Existe dualidade acerca do caminho a seguir, sendo a aplicação da política macroeconômica em curso o obstáculo maior para abrir passagem ao novo projeto desenvolvimentista. Apesar dos resultados favoráveis da conjuntura econômica atual, não vemos no horizonte uma saída deste círculo de ferro de desenvolvimento sempre contido. Não resolve os impasses sociais e a dependência econômica distanciar o Brasil de países semelhantes, que deslancham seu crescimento num ritmo acelerado.

É preciso êxito na retomada do desenvolvimento em novo patamar e forjar um governo de coalizão, apoiado em amplas forças sociais. Esses são os ingredientes essenciais para consolidação das novas forças lideradas pelo presidente Lula e a garantia de vitória no embate de 2006.

A afirmação do PSDB como principal partido da oposição, tendo São Paulo como seu reduto, leva-o a atrair forças, principalmente PFL, PPS e PDT. Um campo oposicionista definido para o embate de 2006, tendo como centro o PSDB, encontra-se apenas em gestação. Ainda não está assegurada nem mesmo a aliança PSDB-PFL. Mas, com as vitórias dos tucanos, esse movimento fica mais facilitado e o mais provável é que o PPS e o PDT se dividam, se caminharem nessa direção. Também as tentativas pós-eleitorais de fusão do PPS com o PDT, sendo esse casamento um projeto que agora intitulam de "terceira via", de "centro-esquerda", em oposição ao governo Lula, dificilmente manterá a unidade desses partidos, pois partes importantes podem se desprender para o campo do governo.

O PMDB, que pode também se constituir no centro de uma articulação nacional presidencial, é sempre uma grande incerteza. Diminuiu seus votos e prefeitos nesta campanha. Garotinho, que nutre seu projeto presidencial através do PMDB, perdeu redutos importantes, e o governo Rosinha se encon-

tra diante de grandes dificuldades. O PMDB tem sido uma força de centro, podendo pender para um lado ou outro da polarização, deixando de ser força protagonista no pleito presidencial. Talvez queira ainda demonstrar independência, para negociar uma posição mais favorável, como tem se comportado, mas agora com menos munição.

Quanto à extrema-esquerda, o que há de novo é o PSOL, de Heloisa Helena, ainda embrionário, sem garantia que vingue até mesmo como partido. O velho PSTU diminuiu seu número de votos nestas eleições.

PCdoB diante da agenda de 2006

O nosso Partido sai como uma força vitoriosa do pleito de 2004, apesar de não ter alcançado todas as metas. Começamos a transição da nossa tática eleitoral de concentração e coligação e de ausência na eleição majoritária para a participação ativa na disputa do Executivo, em centros importantes, múltiplas candidaturas e chapas próprias nas eleições para as câmaras de vereadores. As alianças principais foram com o PT, mas o Partido se apresentou de forma destacada com sua fisionomia própria em grandes cidades. O número 65 ficou mais conhecido e maior número de lideranças do Partido se apresentou. Competimos diretamente com o PT em muitas cidades – Fortaleza, Rio de Janeiro, Teresina, Caxias etc.

O PCdoB aumentou substancialmente a presença em chapas majoritárias vitoriosas. Isso deve nos levar a um grande incremento da participação em administrações. Esse é o principal indicador da condição de partido integrante da base do governo, na primeira eleição do governo Lula.

Houve avanços na estruturação partidária. Realizamos conferências eleitorais em todo o país, incrementando as assembleias de base. A mobilização para a campanha foi praticamente total. Avançou a construção do Partido a partir de suas direções e foi mais extensiva a participação eleitoral (mais de 1.300 municípios, acima de 4.700 candidatos). As instâncias partidárias se mantiveram efetivamente no comando da campanha e mais bases do Partido assumiram o papel de núcleos de campanha. Ampliou-se a arrecadação de finanças, posta em bases políticas. Os resultados colocam o PCdoB em condições de dar passo rumo a maior contingente de mi-

litantes e filiados; permite maior inserção no movimento social e estruturação de novos comitês partidários. Em função dos novos embates, o Partido deve estabelecer suas tarefas e procedimentos.

A nossa orientação política, traçada na 9ª Conferência e desenvolvida nas reuniões do Comitê Central, deve ser submetida ao crivo de todo o Partido, para termos uma avaliação do governo Lula, no 11º Congresso, em 2005.

Os nossos compromissos assumidos com o novo governo, do qual fazemos parte, têm sido cumpridos. Nos momentos de divergências maiores, adotamos o procedimento de votar com o governo no Parlamento, fazendo declaração de voto, permitindo até declaração de voto individual. Pela natureza do nosso Partido e linha programática, é natural que dois temas sejam mais sensíveis nesses momentos: direitos sociais e trabalhistas e concepção de política econômica. Entretanto, nossa orientação parte da compreensão de que, entre o que pretendemos e o que o governo pode realizar, por sua natureza e condições, muitas vezes ocorre uma contradição. Como resolvê-la? Por uma **mediação necessária** (política prática), relacionada, no tempo, com a correlação de forças dada. Se não for assim, teremos sempre de romper, prevalecendo então nosso programa e não o resultado da posição da frente que compõe o governo. Assim acontecendo, a ruptura prevalece em relação à unidade, passando-se à oposição.

A mediação decorre de dois conceitos táticos fundamentais da luta dos marxistas: de que o ponto de vista de política prática é distinto do posicionamento exclusivamente teórico; e de que o processo da compreensão política dos aliados ou do povo passa por percorrer sua experiência própria, o mesmo acontecendo conosco. Quando concluirmos que não há mais condições objetivas e subjetivas para essa mediação, o rompimento deve se impor.

Pelas condições objetivas e subjetivas do mundo atual e da realidade do Brasil, a mediação é ainda imprescindível. A aliança com o governo Lula se impõe.

Não podemos abortá-la. Isso seria um grave erro político, com suas conseqüências para o alcance estratégico. Devemos continuar apresentando nossos pontos de vista, explicar isso ao povo, defendendo a autonomia das organizações populares, mas realizando a mediação necessária com o governo, porque esse é o meio atual para alcançarmos nossos objetivos maiores.

Na polarização com a oposição conservadora, o nosso campo é o do governo Lula – ou seja, a reeleição, como esforço de vingar o novo projeto, ou a volta das forças responsáveis pelo sistema neoliberal introduzido na década de 90. Não há alternativa de “ultrapassagem pela esquerda”, ou, mais precisamente, de

uma política pela esquerda, nas condições do Brasil e do mundo atual. Nossas primeiras tarefas visam ao êxito do governo Lula, diante de uma oposição mais fortalecida, situação que nos exige extrair conseqüências (“acendeu a luz amarela”). Por isso:

Construir um projeto nacional de desenvolvimento duradouro em ritmo elevado, superando a vulnerabilidade externa, mantendo e ampliando a base social de apoio – as formas de pacto pelo desenvolvimento devem ser reafirmadas;

Consolidar a base de sustentação do governo, reforçando seu caráter de coalizão;

Discutir uma reforma política democrática, não excludente dos partidos pequenos e médios, derrotando a tentativa reacionária de enquadrar a realidade partidária brasileira diversificada e pluripartidária a um bipartidarismo artificial ou de manutenção do *status quo* dos maiores partidos;

Lutar por uma reforma sindical que renove a organização trabalhista, garantindo formas mais representativas e unitárias de organização dos trabalhadores, ou, na busca de melhor alternativa, adiar a elaboração desse projeto. No movimento social, batalhar por uma reforma universitária avançada; edificar a Coordenação dos Movimentos Sociais.

Construir um projeto nacional de desenvolvimento duradouro em ritmo elevado, superando a vulnerabilidade externa, mantendo e ampliando a base social de apoio.

Renato Rabelo é presidente do PCdoB

Carlos Lessa e a luta por um

A demissão do professor Carlos Lessa da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, no final da semana passada, é um episódio de importante significado político na luta pela definição de rumos do governo Lula.

Desde a posse, há 22 meses, a cena governamental tem sido marcada pela diversidade, própria dos períodos de transição, quando disputam entre si diferentes concepções e orientações – as velhas, compostas em um sistema, que lutam para se manter, e as renovadoras, que buscam se delinear, afirmar e ganhar hegemonia. Para além dos limites internos de governo, esta luta permeia todos os terrenos da vida política, social, econômica, ideológica e cultural na sociedade, afirmando-se como uma lei do desenvolvimento social que antecede e prepara mudanças estruturais que, por sua vez, passam a marcar um período histórico maior.

Essa rica experiência de convivência e luta política – que os processos eleitorais nas atuais circunstâncias galvanizam e legitimam – entre os pólos opostos ou simplesmente diferenciados, em ambiente de liberdade e com um governo com perspectiva mudancista clara, é o que pode permitir a nosso povo assumir seu destino histórico.

No campo da orientação econômica do novo governo, têm-se dado importantes embates, desde o início. Isto porque a correlação de forças políticas e a iminência de uma crise financeira obrigaram a que, desde os tempos da campanha eleitoral, se assumissem compromissos contraditórios. Falava-se em mudanças para o desenvolvimento e, simultaneamente, em perseguição de um alto superávit primário pelo tempo que se fizesse necessário; na continuação do regime de metas de inflação controladas pela política de juros vigente; no cumprimento de todos os contratos; e assim por diante. Um acordo com o FMI foi feito às vésperas do pleito pelo governo passado e renovado, por precaução, um ano e meio depois.

Vencidas as eleições, tratava-se de governar e, então, se impôs a necessidade política de buscar uma composição nos diversos setores do governo relacionados com a problemática econômica de forma a contemplar tanto os ortodoxo-liberais – cujos representantes foram designados para o Banco Central e Ministério da Fazenda –, quanto os desenvolvimentistas – que passaram a dirigir vários outros ministérios e o BNDES, através do renomado professor Carlos Lessa. A partir desse cenário, na execução da política econômica, foi desencadeada uma série de disputas e polêmicas – envolvendo grandes e poderosos interesses –, que o núcleo central do governo procurava contemporizar. O professor Lessa esteve sempre no centro dessas polêmicas, foi alvo de

um permanente ataque visando seu desgaste e isolamento.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE –, a cujo nome mais tarde se incorporou o Social (S), foi criado durante o segundo governo de Getúlio Vargas, há mais de 50 anos, com o objetivo de dar suporte ao desenvolvimento, feito impossível para o sistema privado brasileiro ou diante da instabilidade dos ciclos externos de financiamento. Nesse período, apesar de muitas dificuldades, o BNDES teve, junto com outros bancos públicos, o papel de se responsabilizar centralmente pelo sistema doméstico de financiamento de longo prazo. O diversificado e relativamente completo parque industrial brasileiro – público e privado – não teria sido construído sem o concurso do BNDES.

Durante os 10 anos de experiência neoliberal, o papel do Banco mudou de sentido, dentro de uma moldura de menosprezar o papel do Estado Nacional na tarefa do desenvolvimento, passando a financiar as privatizações, com juros subsidiados através de contratos dúbios e muito pouco garantidos, dirigidos em vários casos para empresas transnacionais. De outra parte, procurava-se de todas as maneiras atrair poupança externa para, com ela, induzir o desenvolvimento. Nesse período, deixou-se de lado toda e qualquer veleidade de um projeto nacional de desenvolvimento, sendo que a própria política econômica passou a ser definida pelas cabeças do Fundo Monetário, junto com seus servís parceiros brasileiros. O resultado prático disso tudo é bem conhecido: desconstrução do Estado nacional, baixíssimo crescimento, desnacionalização, desestruturação de vários setores das cadeias produtivas, sucateamento da infra-estrutura do país – tudo em benefício do capital rentista.

O professor Carlos Lessa, no período em que dirigiu o BNDES, procurou – dentro da concepção de construir um novo projeto nacional de desenvolvimento – resgatar a missão original do Banco, de financiar o desenvolvimento nacional, sobretudo sua infra-estrutura – sem nenhuma xenofobia, frise-se. Acontece que a política macroeconômica adotada pelo Ministério da Fazenda e Banco Central não está voltada centralmente para o desenvolvimento, mas sim para a estabilidade monetária. Esta, ao invés de ser uma das componentes de uma estratégia de desenvolvimento sustentado, seria o elemento automaticamente gerador do mesmo. E a política macroeconômica adotada pesa sobre tudo e sobre todos. Lessa, mesmo com essa desvantagem, buscou a elevação da taxa de investimento, baixíssima no Brasil se comparada com outros países que buscam se desenvolver. Representava, assim, importante contraponto à orientação monetarista, restricionista.

Só por maldade a demissão de Lessa poderia ser creditada

projeto nacional-desenvolvimentista

ao seu estilo de polemista arguto, aos seus métodos de direção ou à falta de habilidade política. Havia substância – interesses nacionais em jogo – no caso da AES que, brandindo as precárias condições do contrato com o Banco, não teve a menor cerimônia em declarar o calote. Ou no caso da Vale do Rio Doce que, de forma “pouco avisada”, ia passando a mãos estrangeiras em mercado mundial altamente oligopolizado. Houve séria disputa quando a diretoria tratou de capitalizar o Banco, para elevar o patamar dos empréstimos, o que Joaquim Levi, secretário do Tesouro, buscou impedir.

Lessa e sua equipe procuraram criar melhores condições de financiamento ao capital produtivo, através da redução da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP –, a fim de despertar maior interesse dos empresários. Depois de muito embate com o Banco Central, conseguiu-se fazer com que a taxa passasse de 10% ao ano para 9,75%. Nova frente de luta se abriu quando o BNDES decidiu que iria ajudar a pequena e média empresa, com a finalidade de promover a inclusão social. Lessa procurava, de todas as formas, escapular do restricionismo da Fazenda e do BC. Acusavam-no de estar preso a concepções nacionalistas e estatizantes dos anos 50 e assim por diante.

Mas, está por trás de todos estes casos e polêmicas o papel que o Estado deve ter no financiamento da retomada do desenvolvimento, nas condições brasileiras. As concepções ortodoxo-liberais, na prática, preconizam o fim do financiamento público; assim, a existência do BNDES como banco de desenvolvimento de grande porte para países como o Brasil não faria mais sentido. O objetivo final seria a privatização do sistema financeiro estatal. As idéias que começaram a proliferar com este conteúdo foram e estão crescendo. Sua matriz está no Instituto “Casa das Garças” e no Instituto FHC (iFHC), em setores da PUC/Rio, nas assessorias dos grandes bancos privados, em dirigentes da equipe econômica do governo passado, na parte da intelectualidade colonizada e servil.

Politicamente, no PSDB e nos seus aderentes. Externamente, no FMI.

Propõem que o FAT e outros fundos de poupança compulsória sejam administrados por bancos privados. Avaliam que a TJLP, mesmo a 9,75% anuais, é a causadora do alto spread bancário brasileiro, como disse Henrique Meirelles, do BC. Praticam a receita que nunca deu certo em lugar nenhum: sistema de juros altos, câmbio valorizado, alta carga tributária, metas de inflação artificialmente rebaixadas e assim por diante.

Continuar a luta por uma nova política macroeconômica, para a coerência e êxito de um projeto democrático

nacional-desenvolvimentista.

Para nós, desde a posse do governo Lula, pelas condições existentes de um governo dual, o papel dos setores políticos mais avançados, incluídos aí os comunistas, é lutar pelo seu êxito, entendido como sucesso na consecução das mudanças. Por isso, não poderia ser diferente nossa avaliação de que, pelo seu significado político, a demissão de Carlos Lessa da direção do BNDES é um retrocesso importante. Evidencia ainda mais o desequilíbrio do contencioso entre ortodoxo-liberais e desenvolvimentistas dentro do governo; não foi uma boa solução. Fica a lição de que os setores conservadores não descansam, pressionam todo o tempo e tudo farão para impedir e desfigurar por completo os compromissos mudancistas do governo Lula. Para tanto, já estabeleceram novos alvos dentro do governo e se animam, fazendo planos de volta ao centro do Poder em 2006.

O momento político é crucial para o governo. Já no “segundo tempo da partida”, esboçam-se os contornos da batalha de 2006. Devem ser renovadas em curto prazo as presidências das casas legislativas, pontos centrais de interlocução entre o Legislativo e o Executivo. Discutem-se as polêmicas propostas de reforma sindical, política e universitária. Há defecções de quadros destacados de escalões intermediários e, de outra parte, setores mais conservadores, após o pleito, tomam uma postura mais ofensiva. Tudo isto emoldurado pelo quadro que emergiu das últimas eleições: equilíbrio entre as forças que elegeram Lula presidente e as forças conservadoras, cujos pólos principais, PT e PSDB, respectivamente, convivem com uma diversidade de outros partidos de maior, médio ou pequeno calibre, que ocupam todo o espectro de opções políticas e ideológicas.

Diante dessa intrincada situação, para o PCdoB, a adoção pelo governo de três orientações fundamentais – que se articulam – pode ajudar numa evolução positiva:

1) Maior nitidez ao projeto nacional de desenvolvimento, que implica fundamentalmente em promover profundas alterações na política macroeconômica até aqui praticada e em dar continuidade aos fundamentos do trabalho do professor Lessa no BNDES. Tarefa de tal magnitude compõe o foco da luta política atual; por isso, deve ser motivo da conformação de um pacto nacional pelo desenvolvimento e emprego.

2) Ampliação da base de sustentação do governo, buscando firmar sua natureza como governo de coalizão, o que só agora é mais compreensível para importantes setores do governo.

3) Limites mais demarcados em relação ao PSDB – centro aglutinador das forças conservadoras, responsáveis pela aplicação das idéias neoliberais e possível contendor central em 2006. (R.R.)

ENTREVISTA COM DARC COSTA

“O espírito da época não é de globalização, mas de regionalização”

Darc Costa, professor e estrategista ligado à Escola Superior de Guerra (ESG), concedeu esta entrevista à Princípios ainda como vice-presidente do BNDES.

Nela, expõe que o momento histórico em que vivemos pressupõe o fortalecimento dos laços nacionais de toda a comunidade sul-americana em torno de um “Mega-Estado” com o Brasil como catalisador

POR A. SÉRGIO BARROSO E PEDRO DE OLIVEIRA

Poucos dias após a notícia da reeleição de George W. Bush, o presidente Lula foi protagonista, na reunião do Grupo do Rio, do anúncio da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSAN). Ali parece ter ficado explícito que a Alca não é prioridade regional. Foi essa a sua percepção? E o acontecimento em si, não lhe ocorre ser emblemático da nova situação do Hemisfério?

Darc Costa – A minha percepção é a mesma, mas é importante colocar que a Alca não é também mais objetivo central da política externa norte-americana como era há 10 anos. Quer dizer, as duas coisas de certa forma se estruturam paralelamente. Nem é interesse dos países da América do Sul um acordo de livre comércio com os norte-americanos hoje, nem os norte-americanos têm in-

Darc Costa.



teresse num livre comércio explícito com o bloco da América do Sul.

Os americanos sempre vão, evidentemente, procurar vantagens comerciais em quaisquer espaços frente a outros concorrentes, mas o objetivo central de estruturação de um bloco na América do Sul que possibilitasse aos norte-americanos acesso irrestrito aos recursos naturais da região deixou de ser prioridade dos Estados Unidos desde 1997. Porque até 1997 o continente americano tinha recursos suficientes para garantir sua hegemonia. E as descobertas de que o petróleo desse continente representa só 14% das reservas mundiais e que os norte-americanos consomem de 25% a 30% do petróleo mundial levaram os Estados Unidos a mudarem sua estratégia. E a Alca deixou de ser prioridade como era, em face da incapacidade provedora de petróleo no continente americano aos norte-americanos. Por isso, os Estados Unidos priorizam a Ásia Central.

Para o desenvolvimento brasileiro e sul-americano, em seu estudo ("Estratégia Nacional", 2003) há a defesa da construção de um Mega-Estado. O que significa isso? E como compreender a liderança do Brasil, no sentido da direção desse movimento?

Darc Costa – Sim, a direção do Brasil é imprescindível e esse é um movimento que já se observou na história dos Estados nacionais. Não é uma coisa que acontece agora no século XXI. Isso aconteceu também no final do século XIX. Dois Estados nacionais se construíram pela conjunção de pequenos Estados, como é o caso da Alemanha e da Itália. E esse é um processo que tem como objetivo construir capacidade competitiva em nível mundial.

Quer dizer, se se estrutura um mercado de tal forma a ter escala suficiente para colocá-lo no mercado mundial, o seu mercado passa a ter significado. E hoje, dado o avanço da tecnologia, ou se estruturam mercados com grande capacidade de recursos e população ou não se terá condições de concorrer nas tecnologias de ponta, porque elas são tecnologias em escala intensiva.

Então, os países pequenos ou se unem ou ficam

na periferia. Isso é o que levou à criação da União Européia. A União Européia é uma realidade em função da necessidade do mercado.

Por isso, a integração da América do Sul decorre necessariamente do espírito da época. E o espírito da época de hoje, muito diferentemente do que dizem, não é de globalização, mas de regionalização.

E para se levar isso adiante é preciso de alguém que evidentemente tenha poder para construir esse processo. Na América do Sul só tem o Brasil com força suficiente para fazer isso.

Com a tradicional fragilidade dos governos da América do Sul em termos de dependência econômica, dependência cultural e ideológica, em relação aos Estados Unidos, parece-nos bastante complexa a tarefa de conciliar a integração com os interesses nacionais de cada país.

Darc Costa – Na verdade, procuramos construir um Mega-Estado, como foi colocado antes, para os interesses nacionais se conjugarem num interesse único de um Mega-Estado. E para isso nós temos que valorizar o que é nosso: a nossa cultura, a cultura da América Latina, em especial da América do Sul – que é uma cultura fortíssima, mas não encontra espaços de projeção nos meios de comunicação.

Muito mais do que "a" questão ideológica, os meios de comunicação são estruturados ideologicamente. Então, para fazer com que as coisas avancem é necessário nós nos reconhecemos como nós próprios. Ou abandonarmos a visão do outro e ficarmos com nossa própria. Coisa que podemos fazer estruturando processos no imaginário político. No meu entender, isso o governo Lula tem feito. A idéia de que o melhor do Brasil é o brasileiro é um exemplo. Quer dizer, na verdade, a valorização da auto-estima é capaz de construir uma cultura que se projeta externamente. Precisamos recuperar a auto-estima do povo brasileiro e do povo da América do Sul, que é um povo glorioso se prestarmos atenção. Nós somos o gênero humano posto aqui. Diferentemente deles que são partes do gênero humano, nós somos o próprio gênero. Precisamos recuperar isso: entender que nós

somos o gênero. E é ao gênero que é dado estímulo, não às partes.

Aliás, nossa experiência mostra que na grande imprensa brasileira há editores, na área internacional ou regional, no Brasil, mais voltados para os Estados Unidos e para a Europa do que para a América Latina. Ou seja, para difundir a visão de mundo e os costumes deles...

Darc Costa – Uma grande coisa se observa: as notícias não são feitas aqui, elas são feitas fora. Como se fosse um editor, um sistema de informar, instalar de cima para baixo. Do centro para a periferia, dos ricos para os pobres. Tudo é estruturado de tal forma que estabeleça as relações de dominação.

Na verdade, temos que recuperar um pouco a visão hegeliana [de G.W. Hegel] do mundo: os homens nasceram para ser livres, não para ser escravos. Mas o que faz o homem ser livre é ele estar disposto a levar o processo até o fim, já o escravo sempre pára no meio. A América Latina precisa entender que deve levar o processo até o fim, porque, na verdade, a América Latina é o ramo culto da civilização ocidental. A barbárie era os povos do norte.

Temos de entender que nós somos o resultado de um movimento fantástico. Inclui um movimento de navegações, talvez a maior epopéia do homem tenha resultado em nós: nós da América Latina. Os ibéricos que transformaram o mundo. E transformaram o mundo descobrindo o caminho para as Índias, mas ao mesmo tempo fazendo reconhecimento da África e descobrindo as Américas.

Outra tese exposta no seu livro – aliás, de Filosofia da História – é de que os sucessivos impérios ao longo do tempo sofrem um processo de passagem e de al-

ternância do centro para a periferia mundial. Hoje quando há sinais de decadência histórica da superpotência norte-americana, como você vê essa questão?

Darc Costa – Todos têm consciência disso, qualquer estudioso de filosofia e história. Mas qualquer pessoa que olhe a história observa que o que faz a civilização avançar é o fato de as periferias buscarem ser centro. Isso é uma lei universal. Toda periferia quer ser centro. Toda barbárie quer ser culta. Mas o que faz a periferia ser centro e a barbárie ser culta é uma qualidade que uma periferia única tem, porque nem todas as periferias conseguem ser centro.

Se olharmos para a história, verificamos que só as periferias que contestaram conseguiram ser centro. Periferias dependentes não foram a lugar nenhum. Não há coisa pior nessa teoria da dependência do que o aceite da dependência. Porque aceitando ser dependente não se chega a ser centro. Só se chega a ser centro quem contesta.

Então, é relevante entender que é um processo similar. Todo centro é um castelo sitiado. Por quê? Porque a capacidade de ele sonhar é limitada. Ele sonha em continuar a ser centro. Enquanto a periferia sonha em conquistar o centro.

É um posicionamento mais forte. Mas nem toda periferia consegue ser assim. É um processo similar ao da fecundação. Todos buscam o óvulo, mas só o mais competente consegue fecundá-lo. Então, a civilização é feita basicamente pelo fato de a periferia buscar ser centro. E quem faz o movimento não é nem a periferia, mas a barbárie. E Progressivamente a periferia vai apropriando a cultura e acumulando interiormente. Porque as idéias são os degraus por onde os homens vão subindo, e o que importa é o gênero que forma a civilização. Os indivíduos são partes do gênero.

Portanto, basicamente, acontece que os estrategistas norte-americanos têm conhecimento de tudo

Se olharmos para a história, verificamos que só as periferias que contestaram conseguiram ser centro. Periferias dependentes não foram a lugar nenhum.

isso que estou colocando. Qual é o objetivo deles? Maximizar o período de tempo da hegemonia norte-americana porque sabem que não é eterno.

Então, todo estrategista que opera na periferia tem por objetivo criar condições para a periferia ser centro.

No Brasil temos de superar essa discussão da dependência porque não leva a lugar nenhum. Há três correntes: do Teotônio [dos Santos], do Rui [Mauro Maurini] e do Fernando Henrique. A do Rui era mais balizada, mesmo assim, é uma teoria dependente.

Constatamos que há uma verdadeira corrida dos Estados Unidos contra os países sul-americanos visando a instituir acordos comerciais bilaterais, como por exemplo, o Chile, e assim anular iniciativas integradoras. O que o governo do presidente Lula, o Itamaraty e o BNDES têm feito para contrarrestar essa ação deliberada da política norte-americana?

Darc Costa – Essas questões passam acima do jogo da diplomacia. Evidentemente, há interesses por trás desse jogo. Os norte-americanos visam a fazer acordos bilaterais com o objetivo central de construir processos que lhe dêem parte da América do Sul. Assim como o Chile. Um acordo bilateral com os EUA pouco leva porque como o Chile pode competir com os municípios mexicanos da fronteira dos Estados Unidos na escalação de fato? O Chile está a seis mil quilômetros de distância e, além disso, também teria outras questões a resolver, porque tem um padrão médio de vida melhor do que os municípios da fronteira do México. Portanto, há um custo, porque há produtos produzidos no Chile que não têm nenhuma capacidade de competir com os municípios da fronteira do México. E mais grave ainda: esses municípios da fronteira do México hoje têm condições de competir com a China. Então, nenhum acordo de livre comércio dá vantagens aos chilenos em termos comerciais. Pode lhes dar algumas vantagens políticas, mas não econômicas. Qualquer acordo que o Chile tiver com o Mercosul lhe dará todas as vantagens porque depende energética-

mente, industrialmente etc.

Portanto, essa é uma questão de tempo, porque a economia acaba prevalecendo sobre a política. E é isso que o governo brasileiro tem de peitar: que as coisas se resolvam como têm de ser resolvidas. Porque ninguém consegue mudar uma vida. A geografia é destino. Assim como a história é razão, a geografia é destino. O Chile está destinado a compor a América do Sul, porque geograficamente está na América do Sul, nunca vai se compor com a América do Norte. Não se discute.

O governo Lula caminha agora para o seu segundo turno de mandato, com um crescimento médio do PIB (Produto Interno Bruto) em torno de 3,5%-4%. É possível um crescimento econômico compatível com as dimensões e as necessidades do país, tendo em conta a atual política econômica?

Darc Costa – Nós temos que olhar o Brasil pelo próximo meio século. E olhando o Brasil pelo próximo meio século não existe país com potencial para crescer tanto no mundo como ele. As pessoas falam na China, mas ela tem alguns problemas que nós não temos. Nós precisamos entender o seguinte: crescer pressupõe acrescentar e envolver para dar à população usufruto da capacidade. Então, nós temos que desenvolver o país. Crescer 3,5% não quer dizer muita coisa porque nós muitas vezes esquecemos o denominador da fração: considerar as pessoas. O relevante no processo é que as pessoas cresçam. Para mim, esse deve ser o objetivo do governo: fazer com que as pessoas evoluam, cresçam, tenham capacidade de se sentirem melhor. E isso depende da renda, evidentemente. É preciso distribuir renda e é preciso crescer.

A propósito, o Brasil cresceu 7% durante 50 anos e o Banco Central apareceu nos últimos 16 anos. E ele tinha uma função clássica, porque o que eles chamam hoje de BC nada mais é do que o computador da moeda. Mas a idéia de um Banco Central surge num informe que Hamilton faz ao Congresso norte-americano em 1791. Onde não é exclusivamente função de controle da moeda, mas, principalmente, do controle da expansão do crédito. Porque capita-

lismo não é feito de sonho, mas de crédito. Se o Banco Central não dá crédito não há capitalismo que avance. Quer dizer, se quisermos que o país cresça devemos dar crédito. E crédito pressupõe instruir o Banco Central a cumprir as suas funções, muito além da moeda.

E se continuar com essa política o Brasil fica subordinado ao Banco Central; coisa inacreditável, porque, na verdade, o BC existe para servir o Estado-nacional e não para se servir do Estado-nacional.

Há poucos dias o presidente do Banco Central se manifestou defendendo uma tese de que o recurso do BNDES teria de ser administrado pelos dois.

Darc Costa – Devia se estar preocupado em aumentar os recursos de crédito em nosso país. Para isso basta levantar o multiplicador bancário. Precisa explicar para ele que existe uma coisa chamada multiplicador bancário. Porque se ele aumentasse o crédito nos outros bancos, necessariamente o crédito do BNDES cairia.

Agora, então, uma questão de conjunto: que lugar a integração latino-americana tem na construção desse novo projeto nacional de desenvolvimento? E qual o papel do BNDES nesse processo de integração na América do Sul?

Darc Costa – O Brasil teve um projeto que cresceu em 50 anos, porque teve um projeto nacional: o chamado projeto da era Vargas.

Que projeto era esse? A industrialização é o motor do desenvolvimento. O país tem que ser um país industrial. A urbanização é a forma como nós podemos fazer política social a um preço mais baixo. Integração nacional é fundamental para eu me apropriar das riquezas que o país tem. Então, esse tripé

foi feito *com* Vargas entre 1930-54; *sem* Vargas entre 1954-64; e *contra* Vargas entre 1964-80.

O projeto era o mesmo. E tinha um outro pressuposto: intervenção estatal na economia, acaso algum dos pés desse tripé não pudesse avançar. Então, houve intervenção estatal na economia para se criar o BNH, a Telebrás, o BNDES, a Petrobras.

Quer dizer, o projeto do Brasil era esse e o Brasil cresceu a 7% ao ano. O Brasil tinha um projeto nacional. E continua necessitando de ter um projeto porque o país não é um país industrial. Isto no sentido de que o Brasil tem indústria, mas 80% da população não participam, estão fora dos usufrutos da indústria; diferente do Japão, da França, dos Estados Unidos, porque a população participa do usufruto dos bens produzidos pela indústria.

No Brasil tem muita gente nas cidades, mas não é um país urbano; ser urbano é dar educação, trabalho, saúde, transporte às pessoas que moram na cidade.

O Brasil faz grande parte de integração nacional, mas metade do território está fora da urbanidade e da cidadania. No meu entender, a única forma de integrarmos o conjunto é integrar para frente, é integrar a América do Sul. Só colocamos a Amazônia dentro do Brasil se for feita uma ligação Caracas-Brasil, ou Bogotá-Brasil, ou Lima-Brasil. O projeto continua o mesmo, só que agora com uma visão mais ampla.

Para isso, temos de recuperar a idéia de projeto nacional; hoje o projeto nacional passa pela integração da América do Sul. E o BNDES é o grande instrumento financeiro que o governo tem para construir a integração e para vender a idéia de que somos capazes de fazê-lo.

A. Sérgio Barroso é mestre em economia social e do trabalho pela Unicamp, Pedro de Oliveira é jornalista e editor de Princípios.

Temos de recuperar a idéia de projeto nacional; hoje o projeto nacional passa pela integração da América do Sul. E o BNDES é o grande instrumento financeiro que o governo tem para construir a integração.

Vargas, *Estado nacional e industrialização*

Como inspiração e advertência, a Era Vargas merece ser revisitada na atualidade

DILERMANDO TONI



Getúlio Vargas.

Em agosto passado completaram-se 50 anos da morte de Getúlio Vargas. Vieram à tona, então, muitas opiniões no sentido de avaliar a obra do personagem que esteve à frente dos destinos do país entre 1930 e 1945 e entre 1951 e 1954, durante quase 20 anos. De uma maneira geral, destacaram o papel decisivo que jogou Vargas para a formação da nação brasileira no século XX⁽¹⁾. Isto reflete uma consciência mais profunda dos setores progressistas de nossa sociedade na busca do resgate do legado varguista pouco depois que o neoliberalismo de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso o atacara duramente. Há, porém, ainda um longo caminho a se percorrer neste debate.

A obra de Vargas projetou-se para além de seus dois governos, dando origem ao que se convencionou chamar de Era Vargas, ou seja, a todo um período que, apesar de grandes nuances, contém os elementos comuns e essenciais do modelo nacional-desenvolvimentista de então, inaugurado em 1930 e que perdurou por mais de 50 anos. Ao seu final o país era outro, possuía um parque industrial diversificado; a economia situava-se em 8º lugar no mundo (cerca de 6% de crescimento econômico em média entre 1930 e 1980); a burguesia industrial havia ganhado a hegemonia sobre a sociedade; o campo modernizava-se do ponto de vista capitalista; a infra-estrutura e os serviços de energia, comunicações, portuário e rodoviário ganharam volume suficiente para sustentar o desenvolvimento; enormes conglomerados urbanos haviam se formado; compostos do ponto de vista populacional e de classes basicamente por proletários, semiproletários e uma classe média de razoáveis proporções; a capital federal havia se mudado para Brasília. Em síntese, o país havia passado por uma revolução burguesa, em cujo processo de acumulação o Estado jogou o papel

mais importante. Revolução que não foi popular, que teve apenas laivos de democracia, que se deu de forma associada e crescentemente dependente em relação ao capital financeiro internacional, mas que é um fenômeno da mais alta importância para um país que não integra o círculo dos países de capitalismo altamente desenvolvido.

Em meados dos anos 1980, período que coincide com o governo de José Sarney, o modelo de desenvolvimento de então já dava mostras inequívocas de esgotamento, financiava-se pela via da inflação e se via diante de um endividamento externo que havia crescido exponencialmente nos anos 1970, durante o regime militar. Isto impedia uma ação

eficiente por parte do Estado e a economia vivia em quase estagnação, já não tendo dinamismo diante da conjuntura de globalização do capitalismo internacional. Além disso, graves problemas relativos à qualidade de vida da população, à concentração da renda, à soberania nacional e à democracia continuavam a exigir soluções mais conseqüentes. A eleição presidencial de 1989 foi emblemática. Nela, as propostas de sua continuidade (U. Guimarães, M. Covas, A. Chaves e L. Brizola) não encontraram eco diante do embate tanto com a

proposta de superação conservadora – pela via da desconstrução neoliberal de Collor de Mello, oriunda dos setores financeiros internos e externos, e vencedora naquela ocasião –, quanto com um projeto de superação mais avançado, do campo democrático e popular que começava a se formar em torno da candidatura de Lula da Silva, chegando a ser vitorioso em 2002. Em outras palavras, a elite burguesa não reunia mais condições para dirigir o país no rumo do desenvolvimento econômico e do progresso social.

Dentro do esforço de conhecer melhor o Brasil, sua realidade e sua história recente, os comunistas têm o maior interesse em contribuir com esse debate procurando ver – sem a paixão que a proxi-

As reais circunstâncias sob as quais Vargas governou devem ser o ponto de partida para qualquer consideração.

Externamente os elementos centrais da situação durante aquela quadra apresentavam bastante complexidade.

midade do tempo político naturalmente provoca e com maior amadurecimento –, qual o verdadeiro sentido e os elementos essenciais da obra de Vargas. Eles, que atuam de forma organizada e ininterrupta desde 1922, passaram por todo esse período com acertos e erros, acumularam rica e intensa experiência política, de onde se podem extrair muitas lições. Tomaram atitudes práticas variadas que foram da oposição radical, incluindo uma tentativa de derrubar o governo pelas armas em 1935, ao firme apoio consubstanciado na proposta “Constituinte com Getúlio” dez anos depois. Manifestaram distintas opiniões de avaliação sobre Vargas, de acordo com a situação política e com a consciência partidária em cada momento. Várias vezes mudaram de opinião como a partir mesmo da autocritica por não terem participado do movimento revolucionário de 1930 que levou Vargas ao Poder ou ainda por terem feito uma oposição intransigente e precipitado a derrubada de seu segundo governo.

As reais circunstâncias sob as quais Vargas governou devem ser o ponto de partida para qualquer consideração. Externamente os elementos centrais da situação durante aquela quadra apresentavam bastante complexidade. Entre 1929 e 1933 o capitalismo em sua fase imperialista viveu sua maior crise econômica e financeira, sucedida por intensa preparação da Segunda Guerra Mundial entre as grandes potências mundiais, desencadeada em 1939 com duração até 1945. E, se logo após este conflito bélico houve uma certa onda democratizante em plano mundial, com a derrota do nazifascismo (o que possibilitou inclusive a legalização do Partido Comunista) a situação mudou rápida e profundamente no sentido antidemocrático com a deflagração da guerra fria entre o Leste e o Oeste, opondo os EUA e a URSS que passara a liderar o campo socialista. Nessa moldura de crises, de guerra e de tensões da bipolaridade moveram-se as forças políticas e econômicas antioligárquicas que, vitoriosas em 1930, tinham interesse em desenvolver o país superando o grande atraso de uma economia agrário-exportadora.

Não é difícil imaginar o quanto esses acontecimentos influenciaram a vida nacional. Numa economia que por volta de 1930 estava baseada fundamentalmente na monocultura e exportação

cafeeira, sofrendo graves conseqüências com o derubamento do preço de tal commodity no mercado mundial, avalia-se que o PIB tenha se retraído 4,5% em 1930 e 3,3% no ano seguinte; Vargas adotou medidas concretas de defesa do setor cafeeiro sem recorrer a empréstimos externos como se procurava enfrentar a superprodução que vinha do início do século. Ademais tomou iniciativas no sentido de dar sustentabilidade à economia expandindo o crédito e a base monetária, desvalorizando a moeda e controlando as operações cambiais. Isso ajudou a rápida recuperação da economia brasileira cujo setor industrial teve em crescimento médio de 11,2% ao ano entre 1933 e 1939.⁽²⁾

Na preparação da guerra, grandes potências, como EUA e Alemanha nazista, procuravam naturalmente formar seus respectivos campos; Vargas procurou ganhar tempo, tirando proveito das contradições para financiar a construção do início da indústria siderúrgica, mantendo uma política externa de “equidistância pragmática”. Na fase inicial da guerra Vargas declarou a neutralidade brasileira; postura essa que, com a evolução do conflito e sob o calor das jornadas antinazi-fascistas nas quais os comunistas jogaram papel importante, mudou para o envio de tropas terrestres e aéreas para combater na Europa em 1943. Já no pós-guerra, durante o segundo governo Vargas, a Guerra Fria diminuiu em muito a margem de manobra da política externa de relativa autonomia em relação aos países centrais que prevalecera até então.⁽³⁾ Mesmo assim Vargas não cedeu à enorme pressão norte-americana para enviar tropas brasileiras à Coreia.

Internamente o desafio permanente era superar obstáculos a fim de permitir que o país se unisse politicamente no esforço pela construção da etapa básica de sua industrialização. Logo em 1932 a oligarquia paulista, a pretexto da reconstitucionalização do país, desencadeou um vigoroso movimento armado, derrotado depois de renhidos combates, com o fito de pôr fim ao governo revolucionário provisório e voltar à situação anterior. Depois da Constituinte de 1934 e após a Aliança Nacional Libertadora (ANL) ter sido colocada na ilegalidade, foi a vez de o Partido Comunista, com propósitos revolucionários, promover em novembro de 1935 uma precipitada

tentativa insurrecional limitada a algumas unidades militares visando à substituição do governo constitucional por um governo popular revolucionário com Prestes à frente.⁽⁴⁾ Derrotado este movimento, as forças mais reacionárias tiveram pretexto suficiente para avançar. Em 1937 Vargas avaliou que o processo de sua sucessão – dominado por interesses regionais e localizados –, colocaria em xeque o processo transformador, promovendo, então, a continuidade de seu governo pela via do Estado Novo⁽⁵⁾, marcado politicamente pelo autoritarismo. Já em 1938 foram os integralistas de Plínio Salgado que se revoltaram e, numa invasão ao Palácio Guanabara, residência oficial do presidente, tentaram em vão pôr abaixo o governo.

Mais à frente, no segundo mandato Vargas, eleito com expressiva votação, quando no país respirava-se um clima de mais democracia e quando Vargas aprofundava a opção pela industrialização e pela defesa dos interesses nacionais sem se opor aos investimentos estrangeiros, a oposição cresceu como uma maré poderosa composta de vários fatores. Dentre os quais, a atitude básica das Forças Armadas, fortemente influenciada pela disputa internacional entre EUA e URSS e alinhada aos propósitos dos Estados Unidos; as posições de grande parte da mídia de então – a *Tribuna da Imprensa* de C. Lacerda, os *Diários Associados* de A. Chateaubriand, *O Globo* de R. Marinho, *O Estado de S. Paulo* dos Mesquita⁽⁶⁾; mais a atividade febril dos setores mais reacionários da cena político-partidária alinhados em torno da UDN. Tudo isso somado trouxe um enorme prejuízo ao esforço pelo desenvolvimento econômico e pela afirmação da identidade e soberania nacionais, em oposição despolitizada que só recrudescia apesar das inúmeras manobras de recuo e conciliatórias por parte de Vargas, levando ao isolamento e, por meio de um golpe de Estado, ao fim de seu governo. O seu suicídio, em agosto de 1954, como medida extrema

de resistência, cujo conteúdo está bem expresso na Carta Testamento, foi a atitude política capaz de interromper a onda reacionária despertando as massas e possibilitando a vitória da continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista com Juscelino Kubitschek a partir de 1955.

Entretanto, problema tão importante quanto a unidade nacional pelo desenvolvimento era construir um instrumento eficaz para sustentá-lo e fomentá-lo. O Brasil que se procurava superar com o movimento iniciado em 1930 era das oligarquias e partidos estaduais. Não havia um Estado burguês centralizado e moderno, que colocasse em destaque os interesses nacionais a fim de construir uma nação que fosse progredindo pela via da industrialização. A luta política e ideológica travada sobre tal questão ocupou grandes energias e envolveu poderosos interesses. A suposta vocação agrária aparecia como idéia-força para sustentar os interesses da oligarquia latifundiária que se revezava no Poder entre Minas Gerais e São

Paulo na primeira república; no outro extremo, os comunistas em processo de amadurecimento de sua forma de pensar avaliavam que só uma revolução agrária e antiimperialista, dirigida pelo proletariado seria capaz de desenvolver as forças produtivas e criar as condições para numa segunda etapa passar ao socialismo.

A centralização estatal nacional, parte fundamental da construção de qualquer Estado burguês, avançou com Vargas por vários caminhos. O professor Furtado diz a este respeito: “a consolidação do poder central, que se esboça em 1930 e se confirma em 1937, dota o país de um centro de decisões com considerável autonomia vis-à-vis dos grupos econômicos tradicionais. Caem as barreiras aduaneiras entre estados e tomam-se muitas outras medidas visando unificar o mercado nacional (...) a influência dos grupos internacionais, particularmente na administração financeira do país, foi

*A centralização
estatal nacional,
parte fundamental
da construção
de qualquer
Estado burguês,
avançou com
Getúlio Vargas
por diversos
caminhos.*

consideravelmente reduzida (...) uma política de defesa dos recursos naturais foi claramente definida e a instalação de indústrias de base passou a ser preocupação prioritária do Estado (...) é graças à evolução ocorrida durante esse período que o Estado nacional emerge como um fator importante no sistema econômico brasileiro. A política de câmbio, tradicionalmente subordinada aos interesses do serviço da dívida externa, transforma-se em poderoso instrumento de fomento à formação de capital (...) evolução não menos significativa ocorre no plano fiscal (...) através de uma política de investimentos diretos que se vai definindo progressivamente, o Estado dota o país de importantes complexos industriais nos setores da mineração, do petróleo, da geração e transmissão de energia elétrica, da siderurgia e da química básica⁽⁷⁾. Além disso, a centralização estatal reforçou-se com uma nova relação entre o poder executivo federal e os executivos estaduais. Após 1930 no governo provisório foram nomeados os interventores estaduais, alguns se institucionalizaram pela via indireta em 1934 e a grande maioria destes continuou até 1945 no desdobramento do Estado Novo, quando novamente foram nomeados interventores.

Tal esforço prático pela industrialização refletiu-se particularmente no segundo governo de Vargas. Para tanto foi criada uma assessoria econômica de alto nível, ligada diretamente ao presidente, coordenada por Rômulo de Almeida e da qual participou Ignácio Rangel, entre vários outros técnicos de posição nacionalista.⁽⁸⁾ Todas, e cada uma das iniciativas industrializantes, envolveram disputas internas na sociedade e dentro do próprio governo, e externas. Assim foi no caso do monopólio estatal do petróleo/Petrobras, que se concretizou em 1953, quando muitos avaliavam que no Brasil não existia petróleo; da criação de um suporte básico ao desenvolvimento o então BNDE criado em 1952; do projeto de criação da Eletrobras quando a energia existente, em mãos estrangeiras, era um forte fator limitador ao impulso de crescimento.

Mas desde o fim dos anos 1930 também já se havia conseguido avançar buscando o desenvolvimento. Em 1937 Vargas decretou a moratória

da dívida externa e instituiu (como em 1931), rígido controle sobre o câmbio; sendo que “uma postura nitidamente industrializadora só se verificaria na segunda metade da década de 30 (...) [quando] em fevereiro de 1938, Vargas traçou as linhas gerais do programa de desenvolvimento de Estado Novo, que ia da nacionalização de setores estratégicos à priorização da indústria de base, passando pelo desenvolvimento dos transportes e pela introdução do salário mínimo. Para levar a cabo esse programa, Vargas considerava imprescindível um Estado forte, que tivesse abrangente papel na economia”⁽⁹⁾. No início da década de 1940, aproveitando as disputas internacionais entre americanos e alemães quando se preparava a guerra, Vargas conseguiu reunir as condições para o que seria o marco fundamental da industrialização brasileira, com a constituição da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda em 1941 cuja produção iniciou-se em outubro de 1946.

Vargas conduziu com êxito e em meio a grandes dificuldades externas e internas o processo iniciado em 1930. Este, por seus propósitos e por sua forma, foi em primeiro lugar a culminância da onda progressista que varreu o país na década de 1920 – Semana de Arte Moderna, movimento tenentista, fundação do Partido Comunista, coluna Prestes/Miguel Costa –, e também uma ruptura com a primeira república, assim como abriu um período de transição que criou as condições para que a partir de meados dos anos 1950 o país enfrentasse com sucesso a fase de sua industrialização pesada⁽¹⁰⁾ e concluísse a construção de um parque industrial diversificado. Assim, se poderia dizer que Vargas foi o líder maior da revolução burguesa brasileira, ocupando lugar de destacado estadista na construção do Brasil moderno. Tal processo, prolongado, difícil e contraditório marcou a personalidade de seu principal dirigente.

São tão grandes as lições oferecidas por esse período histórico para os dias que correm que o professor Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES chegou a dizer: “A Era Vargas merece a nossa eterna reverência e o nosso compromisso de revisitar alguns de seus passos como inspiração e advertência”⁽¹¹⁾. Hoje, quando se trata de construir

um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista em um mundo globalizado, dominado pelas finanças, pela instabilidade e pelas guerras, numa situação interna em que os neoliberais procuram reunir forças para voltar ao centro do Poder, convém lembrar alguns fatores que, existindo ou não naquela época, parecem necessários:

1) Defesa da soberania nacional que se materialize em uma política externa independente, econômica, comercial, diplomática e geopolítica.

2) Estado nacional que empalme o projeto nacional, assumindo suas intransferíveis responsabilidades no desenvolvimento, relativas ao planejamento autônomo, à regulação, à política e instrumentos de crédito, aos investimentos em empresas estatais estratégicas, ao câmbio e à busca da estabilidade monetária.

3) Ampliação permanente da democracia de

forma a possibilitar a construção de uma ampla convergência de forças políticas e o fortalecimento do movimento sindical e popular que constituam a base da vontade nacional pelo desenvolvimento e a força de pressão fundamental para os avanços relativos à cidadania.

4) Forças Armadas preparadas material e moralmente para enfrentar os desafios da defesa e afirmação da soberania nacional e comprometidas com o Estado democrático.

5) Permanente luta de idéias pela afirmação dos valores, da cultura e identidade nacionais a fim de serem superadas concepções de servilismo nacional e de desprezo à capacidade criadora dos trabalhadores fator fundamental do progresso.

Dilermando Toni é jornalista e membro do Comitê Central do PCdoB.

Notas

- (1) Entre outros artigos podem se citados "O desenvolvimentismo e a herança de Vargas", de L. G. Belluzzo (*Valor*, 24/08/04); "O estadista brasileiro do século 20", de L. C. Bresser-Pereira (*FSP*, 22/08/04); "Getúlio não morreu", de P. N. Batista Jr. (*FSP*, 26/08/04); "Nacionalismo após o furacão neoliberal", de C. Lessa (*FSP*, 22/08/04).
- (2) CORSI, Francisco. "O longo caminho da industrialização", in: revista *História Viva*, agosto de 2004.
- (3) LEMOS, Renato. "Política Externa", in: *Getúlio Vargas e seu tempo*, BNDES, 2004.
- (4) *Partido Comunista do Brasil – 50 anos de luta*, Edições Maria da Fonte, 1972.
- (5) O golpe do Estado Novo foi executado por uma trama do próprio Vargas com a participação destacada de Benedito Valladares, governador de Minas Gerais que fez articulações políticas com outros governadores, providenciou o deslocamento de tropas mineiras em direção ao Rio e a São Paulo, em combinação com o ministro da Guerra, general Dutra. O Congresso Nacional foi fechado e outorgada uma nova Constituição ao país. VALLADARES, Benedito. *Tempos idos e vividos, memórias*, Civilização Brasileira, 1966.
- (6) CACHAPUZ, Paulo Brandi. "A trajetória política de Getúlio Vargas", na coletânea *Getúlio Vargas e seu tempo*, BNDES, 2004.
- (7) FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*, p. 22 e 23, Civilização Brasileira, 1986.
- (8) CACHAPUZ, Paulo Brandi e Flaksman, Dora. *Getúlio Vargas*, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas.
- (9) CORSI, Francisco, obra citada.
- (10) Idéia de Fábio Sá Earp e George Kornis exposta em "Desenvolvimento Econômico sob Getúlio Vargas", na coletânea do BNDES, *Getúlio Vargas e seu tempo*, 2004, nos seguintes termos: "os anos de Getúlio constituem a transição entre o mais bem sucedido projeto de controle do mercado mundial de uma commodity por parte de uma economia primário-exportadora antes da OPEP e o mais bem sucedido programa de industrialização implantado na América Latina". Idéia que converge, grosso modo, com a tese exposta por J.M. Cardoso de Melo em *Capitalismo Tardio*.
- (11) LESSA, Carlos. "O avatar da Nação", prefácio à coletânea *Getúlio Vargas e seu tempo*, BNDES, 2004.

Crescimento, mercado interno e renda

Crescer sem mercado interno forte e sem uma distribuição de renda menos concentrada será um verdadeiro milagre

CLAUDIO SALVADORI DEDECCA

A trajetória instável da economia brasileira, nestes últimos 20 anos, esteve associada a um baixo desempenho do produto. Ao contrário do período 1930-1980, quando o Brasil manteve taxas de crescimento muito acima das médias dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, nota-se que, desde 1980, seu desempenho fica aquém daquele observado para esses mesmos países.

O fraco desempenho da economia brasileira pode ser facilmente atestado em uma comparação bastante simples. Em 1980, a Coréia tinha uma renda *per capita* inferior à brasileira; enquanto, em 2000,

era quase 2 vezes superior (ver *Gráfico 1*). Ademais, a estabilidade da distribuição de renda durante o crescimento observado na Coréia é contrastada com a sua deterioração no contexto de baixo desempenho da economia brasileira.

A trajetória recente desse país o tem levado a se distanciar da situação de renda dos países desenvolvidos. De aspirantes a uma vaga no clube das economias desenvolvidas, nos anos 1980, corremos o risco de perder posição entre os países em desenvolvimento, caso essa condição seja mantida nos próximos anos.

Podemos afirmar que o crescimento, embora

não resolve automaticamente os problemas sociais, é condição indispensável para a formulação e a implementação de políticas que os ataquem adequadamente.

As conseqüências do reduzido dinamismo econômico são ao menos duas. Em primeiro lugar, a possibilidade de maior bem-estar da população brasileira aumenta mais lentamente que aquelas observadas para os demais países, independente da evolução da distribuição de renda. Em segundo lugar, o incremento lento do PIB per capita reflete uma evolução desfavorável da produtividade social. Isto é, cresce lentamente a contribuição de cada brasileiro na geração da riqueza nacional. A tendência geral é caracterizada por um distanciamento do padrão de consumo nacional daqueles consolidados, pelo melhor desempenho, nas economias desenvolvidas, mas também, nas em desenvolvimento. Em especial, daquelas do sudeste asiático.

Se a tese de empobrecimento absoluto não pode ser sustentada, inegavelmente o país tem trilhado um caminho de empobrecimento relativo. A consolidação dos dados para 18 países desenvolvidos e em desenvolvimento, para o período de 1980-2000,

mostra o desempenho brasileiro somente superior ao encontrado para a Tailândia. O Brasil é um dos quatro países com renda per capita inferior a US\$ 10 mil, convertidos pelo indicador de Paridade de Poder de Compra do Banco Mundial. Podemos afirmar que – ao contrário do veiculado pelo governo anterior –, o Brasil é um país pobre. Isso em razão de estarmos ficando para trás no indicador de renda *per capita*, comparativamente àqueles observados para os países do sudeste asiático.

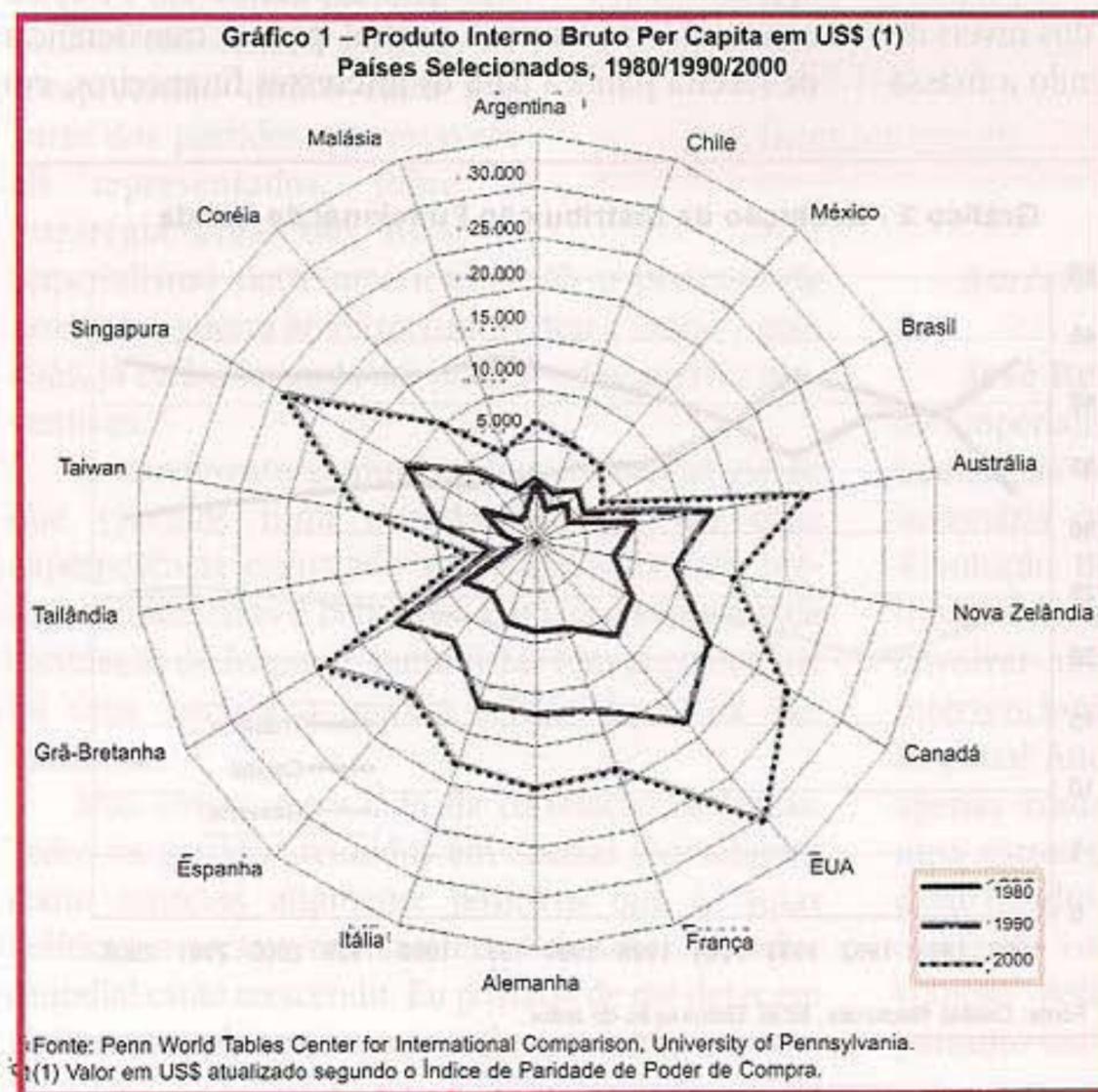
Não temos renda *per capita*, portanto, para viabilizar um padrão de consumo semelhante ao encontrado nos países em desenvolvimento com melhor desempenho econômico. A distribuição de renda desfavorável prevaiente no país somente agrava esta situação. Os mais ricos brasileiros podem realizar, talvez, um padrão de consumo menos desvantajoso que aquele conhecido pelos ricos dos países em desenvolvimento com maior dinamismo, enquanto os pobres de nosso país ampliam a distância em relação aos pobres desses mesmos países.

Analisemos, um pouco melhor, os argumentos gerais apresentados até o presente momento.

Para tratar da distribuição de renda, precisamos

fazer inicialmente um pequeno esclarecimento. Duas perspectivas, ao menos, podem ser adotadas para o tratamento da distribuição de renda. Uma primeira restrita à distribuição individual da renda, que na experiência brasileira encontra-se limitada à renda oriunda do trabalho. Uma outra que considera a distribuição funcional da renda, expressa na sua apropriação pelos principais atores institucionais (governos, capital e trabalho)⁽¹⁾.

A primeira forma de tratamento da distribuição da renda é a mais conhecida. A cada ano, o IBGE divulga os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e os indicadores de concentração de renda elaborados. Esta base de dados informa basi-



camente a renda do trabalho. Em 2002, 95% da declaração da população ocupada eram renda do trabalho, auferida como salário dos empregados, rendimento do trabalho autônomo ou pró-labore dos empregadores. As rendas de propriedade correspondiam aos 5% restantes.

Quando analisada a distribuição individual de renda, notamos que, após um incremento da desigualdade na primeira década de 90, ela tem permanecido praticamente estável desde então. Podemos afirmar, então, que a distribuição individual da renda do trabalho não tem sofrido maiores alterações nestes últimos 10 anos. Essa estabilidade tem se traduzido em um achatamento sistemático da estrutura de remunerações, caracterizado por um movimento de perda de poder de compra dos diversos estratos de renda, em especial dos segmentos médio e alto. Assim, tem se processado, desde a década passada, uma sistemática desvalorização do rendimento médio do trabalho, ocorrida em um ambiente de desemprego elevado.

Contudo, essa constatação expressa parcialmente possíveis mudanças na distribuição de renda observadas no país. De fato, ela nos permite perceber que a estabilidade, pela desvalorização dos níveis de renda ou pelo desemprego, vem corroendo a massa de rendimentos do trabalho.

Como o Produto Interno Bruto não conheceu uma redução absoluta, cabe perguntar: qual segmento ou ator institucional foi beneficiado pela desvalorização da renda do trabalho.

Para responder a essa questão precisamos assumir uma visão mais abrangente sobre a distribuição de renda, associada à análise da apropriação do produto nacional, que somente pode ser analisada se avaliarmos a participação dos atores institucionais na renda gerada. Graças aos esforços do IBGE na consolidação de uma nova metodologia para mensuração das

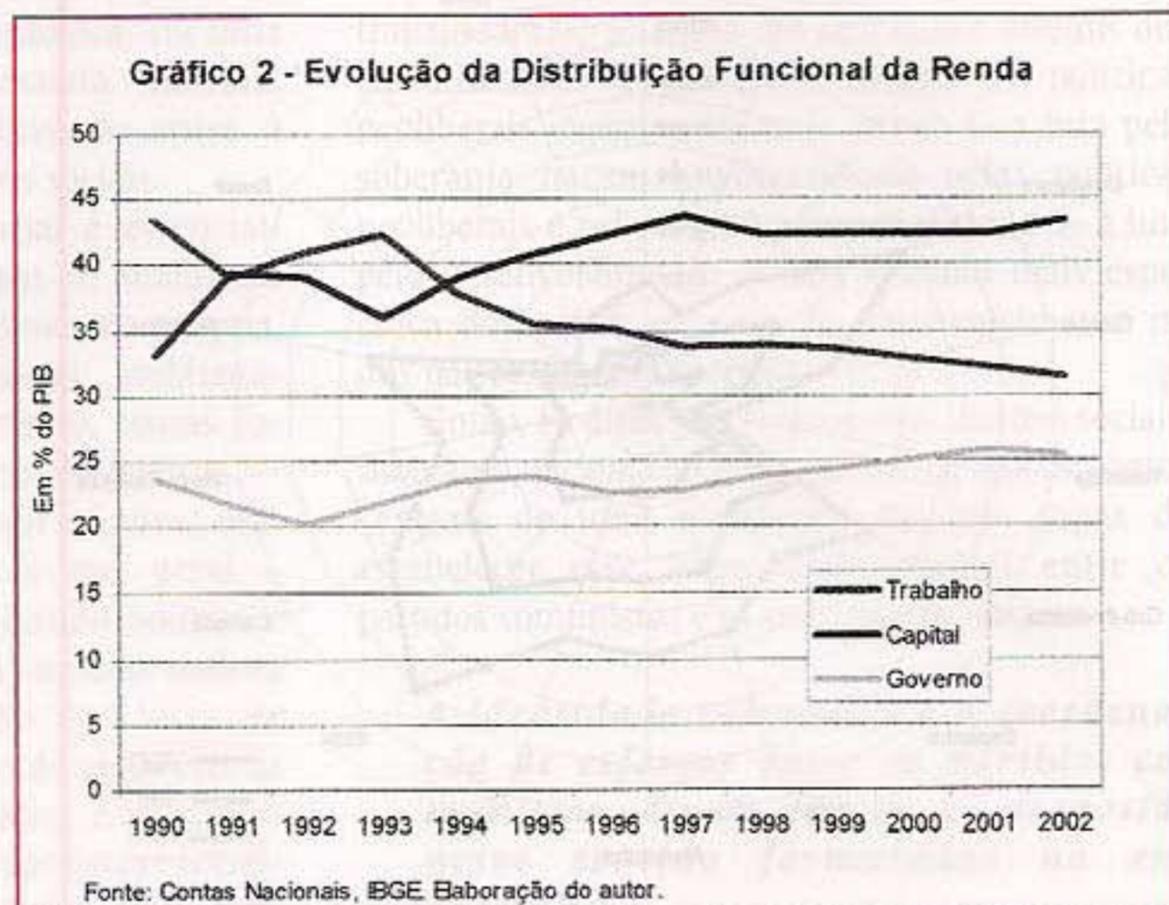
Contas Nacionais, podemos analisar a distribuição funcional da renda no Brasil desde 1990.

Nessa perspectiva, exploramos a composição do produto apropriado pelos atores institucionais: governo, capital e trabalho. Isto é, não estamos analisando a distribuição de renda interna ao ator institucional trabalho, mas a relação da renda por ele apropriada e as auferidas via impostos pelo governo e como renda de propriedade de alguma forma de capital.

São grandes as surpresas quando analisamos a distribuição funcional da renda. Entre 1990 e 2002, a participação da renda do trabalho caiu de 43% para 31% do produto nacional, enquanto aquelas do governo e de capital cresceram, respectivamente, de 23% para 25% e 34% para 44%, segundo o IBGE (ver Gráfico 2).

Isto é, o achatamento da estrutura de rendimentos e a desvalorização de seus níveis resultaram em uma queda da massa de rendimentos do trabalho que se traduziu em uma redução acentuada da participação do trabalho na renda nacional.

Quando analisamos a renda do governo percebemos que o aumento da carga tributária bruta de, aproximadamente, 25% para 36% entre 1995 e 2003, constituiu mecanismo central para a transferência de receita pública para os interesses financeiros, em



face da razoável estabilidade do gasto público no período.

Quando consideramos a renda de capital, constatamos um salto de, aproximadamente, 10 pontos percentuais ao longo do período.

A elevação da participação da renda de capital e da transferência do governo de receita para os interesses financeiros não explicita a dimensão da mudança na apropriação no âmbito da renda de propriedade. Em 2002, a renda das empresas financeiras representava quase 60% do total da renda de propriedade. Depois de 1999, famílias, Governos e empresas não-financeiras cederam renda em favor das empresas financeiras.

Para termos uma idéia da situação brasileira, é importante mencionar que, segundo a OCDE, a participação da renda do trabalho nos países desenvolvidos é superior a 60%.

Constatamos, portanto, uma brutal mudança na distribuição funcional da renda, com uma crescente participação da riqueza financeira e uma desvalorização da renda do trabalho e mesmo das empresas não financeiras na riqueza nacional. O consumo e o investimento têm cedido espaço à valorização da riqueza no circuito financeiro, comprometendo produção e renda no presente e impondo restrições às mesmas quanto ao seu com-

portamento no futuro.

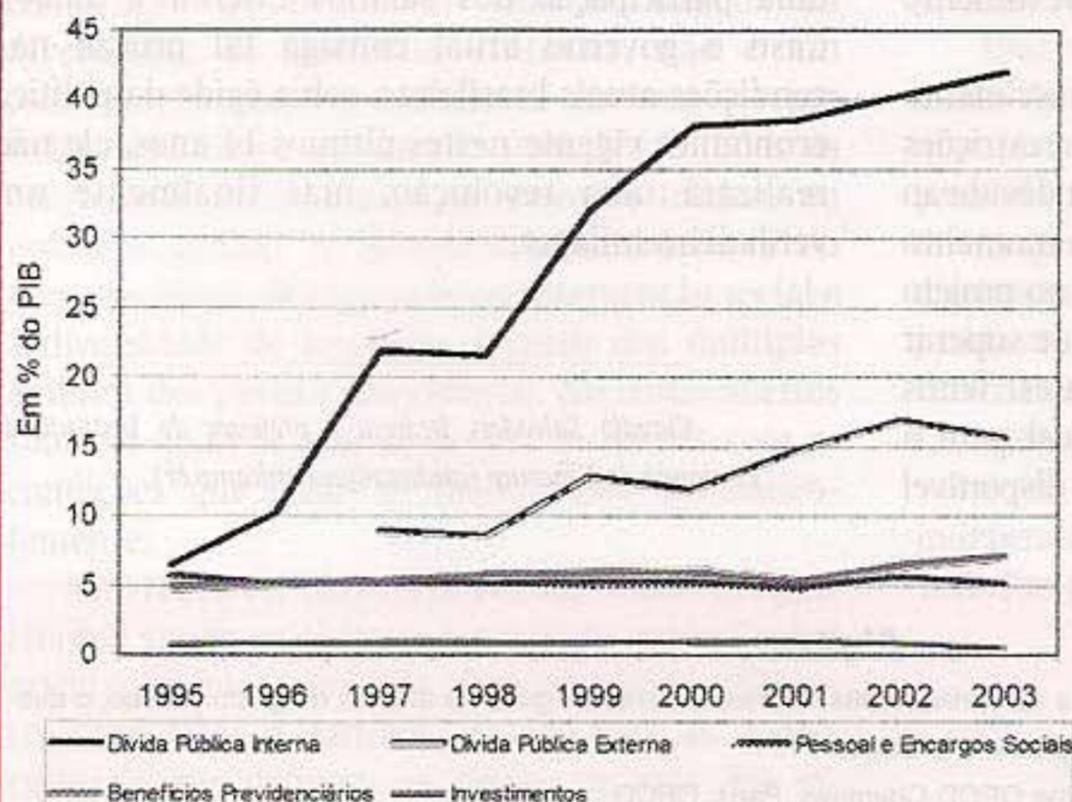
Aqueles que são base de geração de riqueza perderam renda. Enquanto aqueles que auferem sua renda na esfera financeira ganharam participação. Confirmamos, portanto, que o empobrecimento do país atingiu de modo diferenciado sua população. Para aqueles dependentes do trabalho recaiu o empobrecimento. Para aqueles dependentes da renda financeira foi possível se proteger desse processo, através da ampliação de sua participação na renda nacional.

Mesmo assim, essa proteção foi relativa. Os detentores de ativos de capital defenderam sua riqueza daqueles que possuem somente o trabalho para sobreviver, mas perderam para seus congêneres internacionais. Enquanto em 1980 o país possuía um conjunto de empresas, mesmo que restrito, com capacidade de internacionalização, ele, atualmente, conta somente com algumas consideradas de porte médio no mercado externo, excluindo a estatal Petrobras. Ademais, as empresas brasileiras passíveis de internacionalização pertencem ao núcleo básico da Segunda Revolução Industrial. Ao contrário, a Coreia que, em 1980, possuía empresas de porte menos desenvolvido que aquele observado no Brasil, tem hoje um conjunto de empresas internacionais e em setores consi-

derados de ponta da nova estrutura industrial e tecnológica. Estas invadem o mercado brasileiro de eletroeletrônicos e telecomunicações, transformando empresas nacionais em meras fornecedoras de componentes de menor valor agregado.

O movimento antropofágico observado entre as esferas de interesses nacionais permite preservar os mais fortes, ou melhor, os mais ricos, em detrimento do trabalho e em face da deterioração do Estado. Contudo, ele não é capaz de garantir que a preservação dos mais fortes viabilize a estes uma posição de destaque dentre as empresas capitalistas mais dinâmicas dos países em desenvolvimento.

Gráfico 3 - Evolução da Despesa e da Dívida do Governo Federal Brasil - 1995-03



Fonte: Receita Federal, Estudos Tributários. Elaboração do autor.

Resta-nos, contudo, perguntar se a estrutura econômica do país continuará a suportar a dinâmica de enxugamento da renda do trabalho em favor da renda financeira, como mecanismo de proteção capitalista em uma economia de baixo desempenho. E, também, se o crescimento sustentado pode ser retomado se forem mantidas essas condições de distribuição da riqueza produzida. Levando-se em conta os argumentos anteriormente expostos, parecem ser pouco plausíveis ambas as perspectivas.

No curto prazo, é possível que a perversidade deste movimento seja suportada pelo país e que algum crescimento seja observado. Contudo, é impossível no longo prazo ele se manter.

A drenagem de renda em favor dos interesses financeiros impôs patamares extremamente baixos para a renda do trabalho e o gasto público. Esta dinâmica tem levado o desempenho da economia brasileira à dependência dos mercados externos, como ocorre neste ano de 2004. Nosso desempenho depende da demanda externa, em razão dos baixos níveis de consumo corrente, de investimento e gasto público.

Se no presente é viabilizado um crescimento via mercado externo, temos para o futuro restrições de capacidade produtiva e infra-estrutura devido ao baixo investimento privado e público no momento atual. Mesmo para aqueles que apostam no projeto de parceria público-privado, como forma de superar tal gargalo, restam as perguntas seguintes: feitos esses investimentos, haverá demanda local para a capacidade produtiva e a infra-estrutura disponível

criadas na presença de um mercado interno reduzido e de baixo dinamismo? Haverá interesse nesses investimentos em um contexto de crescimento dependente dos humores do mercado externo?

Caso o desempenho futuro do país se mostre dinâmico mesmo sem um mercado interno robusto, o Brasil, sem dúvida, revolucionará as tendências mais gerais do desenvolvimento capitalista que caracteriza o desempenho das economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Pois – como demonstra a Organização de Cooperação para Desenvolvimento Econômico –, essas economias, mesmo com um volume elevado de exportação, continuam tendo em seus mercados internos a base que permite dar maior estabilidade ao seu dinamismo econômico, embora a taxas moderadas de crescimento.

Não existe experiência mundial que comprove um elevado grau de desenvolvimento e dinamismo econômico sem um mercado interno virtuoso e sem uma distribuição de renda com uma participação dos salários inferior a 50%⁽²⁾. Caso o governo atual consiga tal proeza nas condições atuais brasileiras, sob a égide da política econômica vigente nestes últimos 14 anos, ele não realizará uma revolução, mas finalmente um verdadeiro milagre.

Claudio Salvadori Dedecca é professor do Instituto de Economia da Unicamp (cdedecca@eco.unicamp.br).

Não existe experiência mundial que comprove um elevado grau de desenvolvimento e dinamismo econômico sem um mercado interno virtuoso.

Notas

(1) Infelizmente, não é possível consolidar a apropriação das diversas esferas de governo através do gasto público, o que permitiria restringir a distribuição de renda ao capital e o trabalho.

(2) Ver OECD (2004) National Accounts of the OECD Countries, Paris: OECD.

ENTREVISTA COM LUIS FERNANDES

Ciência, tecnologia e integração regional

Luis Fernandes.



Luis Fernandes é Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Ele falou à Princípios sobre a integração sul-americana na área de ciência e tecnologia, a partir do encontro das comunidades científicas ocorrido em novembro de 2004 em Buenos Aires – em que estiveram presentes os ministros Eduardo Campos (MCT/Brasil) e o ministro de Educação e C&T da Argentina, Daniel Filmus, além de diversas autoridades governamentais e membros das comunidades científicas dos dois países

POR EDVAR LUIZ BONOTTO

Você esteve, como secretário executivo do MCT, participando do encontro das comunidades científicas de Brasil e Argentina. Dentro dessa movimentação, é possível construir uma agenda de cooperação abrangente e eficaz em C&T que possa ser força indutora da integração entre os países da América do Sul?

Luis Fernandes – Em primeiro lugar, gostaria de registrar que na Argentina ocorreram duas iniciativas conjugadas, mas paralelas: o encontro promovido entre a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Associação Argentina congênera. No que concerne a este último, houve ampla participação tanto de pesquisadores brasileiros quanto de pesquisadores e estudantes argentinos. Essa foi uma iniciativa dessas associações, com o apoio, no nosso caso, do Ministério de Ciência e Tecnologia e de suas agências – Finep e CNPq. Paralelamente, houve a primeira reunião da comissão de alto nível que planeja e estrutura a cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Argentina. Este foi um encontro intergovernamental, com representantes de diversas agências e instâncias dos dois governos para definir um programa de cooperação na área de ciência e tecnologia.

O encontro foi muito importante porque as nossas respectivas comunidades científicas foram estruturadas em forte interação científica e tecnológica com a Europa, num primeiro momento, e, depois, com os Estados Unidos. O Ministério procura promover a ampliação da cooperação empreendida pelo país, coerente com a linha de ampliação do relacionamento externo do Brasil para cultivar novos pólos no sistema internacional. Isso implica ir além da mera evolução espontânea nas atividades de cooperação internacional da nossa comunidade acadêmica, porque ela tende a reproduzir os laços tradicionais já consolidados de cooperação com os países centrais. O encontro de Buenos Aires promoveu uma oportunidade de intercâmbio e intensificação de relações e contatos entre as comunidades acadêmicas argentina e brasileira. Criou um ambiente mais favorável para a emergência de projetos conjuntos de pesquisa e

desenvolvimento. A partir dele, podemos romper com a timidez das relações hoje existentes de cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Argentina, e ampliar essas relações para os demais países da América do Sul.

O próprio sucesso desse encontro de associações científicas nos permitiu avançar mais no desenho de projetos de cooperação no âmbito da ação intergovernamental. Neste âmbito, uma série de iniciativas muito concretas foi tomada para promover a efetiva integração física dos sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação dos dois países, aprofundando a nossa própria integração econômica.

Primeiramente, acertou-se a ampliação do apoio a projetos cooperativos de pesquisa entre pesquisadores da Argentina e do Brasil por parte das respectivas agências de fomento. No caso brasileiro, estruturamos um programa especificamente orientado para fomentar a cooperação tecnológica com os países da América do Sul, o chamado Pró-Sul, no âmbito do qual, destaca-se a parceria com a Argentina. Ampliamos, igualmente, a oferta de bolsas de estudo para estudantes argentinos se formarem em programas de Pós-Graduação brasileiros, ajudando a cobrir o déficit de formação hoje existente no nosso país vizinho.

Acertamos também a integração dos bancos de dados sobre a capacitação científica e tecnológica dos dois países. Foi definida a ampliação da Plataforma Lattes, hoje desenvolvida pelo CNPq – que serve de base para todo levantamento da atividade científica e de pesquisa realizada no Brasil –, para a Argentina, em um primeiro momento, e para outros países da América do Sul em seguida. Formaremos, com isso, uma plataforma comum de dados sobre a capacidade científica e tecnológica dos nossos países. A Plataforma Lattes já está sendo adaptada para viabilizar a sua expansão para o conjunto da América do Sul.

Uma segunda iniciativa que está sendo implementada no Brasil é a constituição de um portal de promoção de parcerias tecnológicas, uma adaptação da Plataforma Lattes para fazer o levantamento de toda a capacidade de pesquisa e desenvolvimento existente no país e estabelecer a capacidade nacional de oferta de serviços de

ciência e tecnologia. Paralelamente a isso, estamos fazendo o levantamento da demanda de necessidades de desenvolvimento tecnológico das empresas. É um serviço de infra-estrutura que procura fomentar e viabilizar a cooperação entre empresas nacionais, institutos tecnológicos e universidades em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Ao ampliar esse Portal para a Argentina, fomentamos a integração dos processos de inovação nos dois países; quer dizer, as necessidades de inovação de empresas brasileiras poderão contratar projetos comuns de cientistas ou de pesquisadores argentinos e brasileiros, ou até mesmo demandar serviços de institutos de pesquisa argentinos, e vice-versa.

Além disso, acertamos outras iniciativas comuns. Por exemplo, na área de desenvolvimento de satélites em que temos uma cooperação consolidada com a China, abrimos a possibilidade de uma ação conjunta com a Argentina – em particular, a montagem de uma estação de recepção de dados no país vizinho com fornecimento gratuito de imagens fornecidas pelos satélites sino-brasileiros.

Discutimos, também, um elenco de atividades de cooperação no âmbito do programa nuclear. Isto é muito importante porque, no passado, os respectivos programas nucleares eram fator de forte

desconfiança mútua. Ambos temiam que o vizinho pudesse estar desenvolvendo um projeto de armamento nuclear. Essa situação foi revertida com a criação da Associação Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC), um fórum multilateral que monitora os programas nucleares dos dois países. Agora, abrimos a possibilidade do desenvolvimento conjunto de aspectos importantes dos nossos programas nucleares.

Por fim, definimos um posicionamento comum na defesa de que os investimentos em ciência e tecnologia sejam considerados investimentos na infra-estrutura dos nossos país e, nessa condição, retirados do cálculo do superávit primário efetuado pelos organismos multilaterais de financiamento, como o FMI.

No contexto capitalista de hoje, como você fundamenta teórica e politicamente a relação entre C&T, soberania e projeto nacional, e os seus reflexos para os atuais Estados nacionais da América do Sul?

Luis Fernandes – O ponto central é que o conhecimento se transformou no pilar fundamental da agregação de valor e produção de riqueza no mundo contemporâneo.

Essa transformação confere centralidade à C&T

Investimento em C&T: centralidade no esforço de desenvolvimento.



em qualquer esforço de desenvolvimento, porque cada vez mais o desenvolvimento nacional se assenta sobre a capacidade de geração de conhecimento. A distribuição desigual da capacidade de geração de conhecimento no mundo se transformou hoje num dos mais importantes – se não o principal –, instrumento de geração, ampliação e perpetuação de assimetrias de riqueza e poder no sistema internacional.

Dada a dianteira que as empresas monopolistas dos países centrais tiveram em variados processos de inovação tecnológica, que hoje dominam os processos de produção e de geração de conhecimento, há, por parte dos países centrais, uma tentativa explícita não só de bloquear a transferência de tecnologia, mas também de boicotar a própria disseminação da capacidade de geração de conhecimento. Hoje, enfrentamos uma espécie de “apartheid tecnológico” nas relações internacionais.

Nesse contexto, a procura de parcerias para ações conjuntas de pesquisa e desenvolvimento, ou a conjunção da capacidade de geração de conhecimento já existente, é dimensão crucial de qualquer esforço de desenvolvimento dos países. Ou melhor, o desenvolvimento nacional, para ser mais efetivo, deve vir acoplado de esforços de integração e de parceria no desenvolvimento científico e tecnológico com países não envolvidos na tentativa de imposição e de preservação desse monopólio do conhecimento. Portanto, qualquer esforço de integração regional precisa estar assentado sobre uma forte promoção da cooperação em C&T, da cooperação e parceria em atividades pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Contudo, para tornar-se efetiva e não meramente declaratória, temos de ampliar o leque de relacionamento das nossas comunidades científicas e tecnológicas. Temos de estimular o redirecionamento de parcerias de pesquisa para outros países em desenvolvimento que tenham uma proficiência de geração de conhecimento relativamente consolidada. No caso da América do Sul, a Argentina é que melhor preenche essas condições. No caso da África, a África do Sul. No caso da Ásia, a Índia e a China, e, possivelmente, a Coreia do Sul. Estamos tentando aplicar uma política indutora da diversificação da cooperação científica e tecnológica brasileira com esse perfil.

Um segundo elemento fundamental é a constituição de novos mecanismos de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. Para tanto, temos de casar os investimentos que têm sido feitos em integração física no continente – o BNDES tem sido uma peça crucial nesse esforço – com a promoção e o financiamento de projetos conjuntos de desenvolvimento tecnológico, de pesquisa e desenvolvimento que possam sustentar, com base em tecnologia dos países parceiros, processos de desenvolvimento e de inovação não dependentes da importação de pacotes tecnológicos dos países centrais. Essa é a formulação teórica e estratégica que fundamenta todo o esforço empreendido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia para fomentar a cooperação científica e tecnológica com outros países em desenvolvimento, em particular os da América do Sul.

No mercado assimétrico atual, na medida em que essas iniciativas vinguem, é possível que os países da região – especialmente Brasil e Argentina –, consigam se inserir no atual mercado produzindo e exportando mercadorias de maior valor agregado?

Luis Fernandes – Essa é uma questão fundamentalmente política. Se houver a decisão política de estruturar um projeto de desenvolvimento nacional e regional, a elevação da competitividade dos nossos países no mercado mundial vem como consequência. Poderemos ampliar a produção e exportação de bens com alto valor agregado, alto conteúdo científico e tecnológico, mas baseada em tecnologias desenvolvidas nacional e regionalmente. É esse o caminho que procuramos trilhar.

Eles atualmente se destacam no agronegócio no mercado mundial...

Luis Fernandes – Na pauta de exportações da Argentina o agronegócio certamente tem um peso muito forte. No caso do Brasil, é relativo. Nós já temos uma presença significativa de produtos industrializados de alto valor agregado na nossa pauta de exportação, como os aviões da Embraer e os automóveis.

Mesmo no que concerne o agronegócio, o aumento da nossa competitividade no mercado mundial se deve, fundamentalmente, a desenvolvimentos oriundos de pesquisa científica e tecnológica feita, sobretudo, pela Embrapa. Aqui também se registra crescente agregação de valor nas exportações, embora com limites e potencialidades mais reduzidas do que nas nossas exportações industriais de ponta.

E sobre a integração com os demais países da região...

Luis Fernandes – No caso da América do Sul, o país-chave é a Argentina, justamente por ser o mais desenvolvido depois do Brasil e por ter um sistema nacional de ciência e tecnologia mais consolidado que os demais. Além disso, há uma dimensão política e geopolítica, pois, até recentemente, eram precisamente as tensões existentes entre o Brasil e a Argentina o que inviabilizava uma efetiva política de integração no subcontinente. Na medida em que isso se desfaz e se consolida uma política de aproximação e integração, tendemos a ter grande capacidade de engajar o conjunto da América do Sul, começando pelo próprio Mercosul. Na área de Ciência e Tecnologia, estamos desenvolvendo programas que estimular parcerias com todos os países da América do Sul – o chamado Pró-Sul, que mencionei antes. Essa ação está articulada com outras iniciativas do governo, sobretudo do BNDES, para estabelecer linhas de financiamento para integração física e da infra-estrutura dos países sul-americanos, como as linhas no valor de US\$ 1 bilhão cada abertas para a Argentina e para a Venezuela, bem como a ampliação da participação acionária na Caixa Andina de Fomento (CAF), uma espécie de “BNDES regional” da Comunidade Andina. No âmbito deste esforço, o Ministério de Ciência e Tecnologia procura promover ações de parceria e cooperação das comunidades científicas e tecnológicas para gerar respostas regionais aos variados desa-

fios que enfrentamos no nosso desenvolvimento.

E nessa agenda de integração de C&T na América do Sul, quais seriam os próximos passos a serem dados ainda?

Luis Fernandes – Acredito que o passo inicial é dar consequência e materialidade aos acordos estabelecidos, que já começamos a implementar com a Argentina. O segundo passo será ampliar essas iniciativas para todo o Mercosul, indo além do simples marco bilateral Brasil-Argentina. Devíamos pensar a constituição no âmbito do Mercosul, num primeiro momento, e de toda a América do Sul, depois, de uma agência de fomento da ciência e tecnologia efetivamente regional, que pudesse canalizar recursos existentes para programas comuns de pesquisa e desenvolvimento.

Para além da América do Sul, estamos elaborando uma série de iniciativas com outros países em desenvolvimento. Já temos uma cooperação científica e tecnológica de longa data com a China, que está se consolidando e se ampliando – cujo maior sucesso até aqui é justamente o programa do satélite sino-brasileiro. A continuidade desse projeto e desse programa foi acordada entre os governos brasileiro e chinês recentemente. Estivemos tam-

bém na Índia, num encontro do grupo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), explorando as possibilidades de cooperação na área científica e tecnológica entre esses países.

Essas e outras ações visam ampliar o raio de cooperação científica e tecnológica do Brasil com outros países em desenvolvimento, para além das tradicionais e já consolidadas relações com a Europa e os Estados Unidos.

Édvar Luiz Bonotto é doutor em direito e membro da Comissão Editorial de Princípios.

Nossas ações visam ampliar o raio de cooperação científica e tecnológica do Brasil com outros países em desenvolvimento, para além das tradicionais relações com a Europa e os Estados Unidos.

Comunidade Sul-Americana de Nações: progressos e obstáculos

**A integração sul-americana foi
alçada a um novo patamar de prioridade política**

RONALDO CARMONA

A idéia de integrar o subcontinente sul-americano – uma antiga aspiração progressista dos povos da região –, começa a tomar forma desde o impulso recebido a partir de vitórias eleitorais de candidatos com plataformas desenvolvimentistas e antineoliberais num conjunto de países da região⁽¹⁾ que resultaram em novos governos progressistas por toda a área.

Fruto dessa nova situação, produto direto da fadiga de duas décadas de políticas neoliberais, criou-se uma nova situação, na qual a integração sul-americana foi alçada a um novo patamar de prioridade política. Assim, neste mês de dezembro será consolidado em Ayacucho, Peru, na reunião de Presidentes da América do Sul, o Acordo de Livre Comércio, estabelecido no âmbito da Aladi⁽²⁾, entre o Mercosul e a Comunidade Andina⁽³⁾, confor-

mando, assim, o embrião de uma prometida integração regional mais ampla.

O Mercosul-CAN pode ser definido como um acordo comercial clássico, de comércio de bens e serviços – não envolvendo questões, a rigor, extracomércio, como vem se tornando padrão nas negociações com os países ricos. Determinados produtos terão suas tarifas rebaixadas a zero e outros, sensíveis, em até 15 anos. Num primeiro momento modesto, o acordo, no entanto, abrirá caminho para uma integração mais ampla. Assim, confirmada uma primeira etapa a integração comercial, o próximo desafio sul-americano será agregar o restante da América Latina (América Central e Caribe) e avançar na institucionalização do bloco, na formatação de políticas de desenvolvimento integradas, na integração das cadeias produtivas, no incentivo à utilização de insumos regionais, além da integração cultural e científica.

A idéia de unir o sul da América remonta a um sonho de libertadores como Simon Bolívar, dentre outros. Mas uma das primeiras tentativas efetivas de integração sul-americana é impulsionada pelo barão de Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira que, com sua visão estratégica, conforma o chamado Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile), precursor do atual Grupo do Rio – e depois sepultado por desconfianças e intrigas que prosperariam entre vizinhos, que chegaria ao ápice com a paranóia das ditaduras militares em considerarem o vizinho – e não o imperialismo estadunidense – como suposto inimigo estratégico. Do ponto de vista econômico, porém, a conformação da Comunidade Sul Americana de Nações remonta a 1960, quando da criação da Associação Latino-americana de Livre Comércio (Alalc), com forte apoio de Juscelino Kubitschek, e antecessora da Aladi, criada em 1980 – hoje, base institucional legal para a criação da Comunidade Sul-americana de Nações.

Mas é em período recente, a partir da transição

a uma nova realidade política na região e tendo como pólo propulsor da integração o Mercosul revitalizado⁽⁴⁾, que se deram as condições para a formalização da Comunidade. Joga a favor da integração, particularmente, a existência de um coeso núcleo-duro das três das maiores nações da região (Brasil, Argentina e Venezuela), catalisadores da integração, bem como da coesão política do Mercosul – que deve se consolidar com a vitória da esquerda uruguaia. Nesses países, a reemergência da questão nacional e de uma agenda desenvolvimentista, joga a favor, na resistência, para a unidade e integração da região.

*A idéia
de unir
o sul da América
remonta a
um antigo
sonho
de libertadores
como Simon
Bolívar.*

Essa opção soma-se a outros movimentos recentes, nos quais se afirma, também como luta de resistência, uma nova e contemporânea aliança sul-sul dos países em desenvolvimento em torno de causas progressistas e de seu interesse comum. Dentre outras iniciativas, com o mesmo sentido geral, poderíamos citar a criação do G-20 no âmbito da OMC; a recente realização da XI Unctad em São

Paulo; o relançamento do Sistema Geral de Preferências Comerciais entre os países em desenvolvimento (SGPC); a revitalização de articulações como o Grupo do Rio, o G-77 e o Movimento dos Não-alinhados; a aliança de uma centena de países no âmbito da ONU contra a fome e a pobreza; a conformação do fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul); e no âmbito estritamente regional, o relançamento do Mercosul, a protelação da Alca; e a participação mais intensa dos países da região na gestão de crises regionais, como Venezuela e Haiti. Em todas essas iniciativas, destaca-se o intenso protagonismo da diplomacia brasileira sob o governo Lula.

Não obstante, a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações defronta-se com um contexto internacional desfavorável – agravado com a reeleição de George W. Bush –, configurando-se como uma ação de resistência, ou numa contratendência

relativa à tendência dominante – a ofensiva neoliberal – que no campo político e econômico configura-se como obstáculo para a consecução da integração da região.

Três classes de obstáculos à integração

O primeiro obstáculo é de ordem política. Em que pese as importantes vitórias eleitorais mencionadas – da qual a vitória freteamplista no Uruguai é a mais recente –, subsistem na região governos à direita, ideologicamente cooptados pela ideologia dominante, que insistem em priorizar alianças políticas e econômicas com os países desenvolvidos, por vezes numa relação de aprofundamento de sua dependência econômica, não obstante, fortes movimentos contestatórios dessas opções por parte de seus povos – gerando constantes crises de governabilidade na região, como ocorreu na Bolívia em 2003 e, neste ano, no Peru, na sempre conflagrada Colômbia e novamente no Equador.

Assim, os limites à coesão política de toda a região e discrepância entre os países, em temas como a Alca, poderão ser explorados pelo imperialismo estadunidense ancorado em governos quintacolumnas na região.

Um segundo paradoxo enfrentado relaciona-se com a ofensiva dos países ricos (EUA e UE) no sentido de conformar acordos comerciais profundamente assimétricos, cuja consecução ameaça fortemente projetos de desenvolvimentos nacionais autônomos, como é o caso, por exemplo, do Tratado de Livre Comércio EUA-Comunidade Andina, em negociação.

Afinal, o atual modelo internacional de “livre comércio” transcende, em muito, meras reduções de tarifas, sendo extremamente restritivas em relação à manutenção de autonomia de políticas nacionais de desenvolvimento, pois, a rigor, trata-se de negociações que transcendem em muito comércio strito-senso. A lógica impõe limites à margem de manobra dos países em desenvolvimento, em economias bastante assimétricas. Desse modo, as dificuldades atuais verificadas para a assinatura de acordos comerciais com os EUA e a UE refletem seu objeto inconfesso

de perpetuar a atual ordem econômica internacional, profundamente injusta e desigual. Países ricos sob o atual quadro de forças não aceitam “acordos *light*” – que preservem autonomia de políticas nacionais de desenvolvimento – por ampliação do acesso a seu mercado por parte dos países em desenvolvimento. Exigem, para assinar acordos comerciais, enormes concessões em mecanismos de política industrial – o que perpetuaria nossa dependência econômica, comercial e tecnológica. Essa é precisamente a causa básica dos impasses a que estão submetidos acordos regionais (Alca), intra-regionais (com a União Européia) e multilaterais (como na OMC, em que pese pequenos avanços no acordo de julho).

A UE, por exemplo, fala isso sem meias palavras, como nas recentes negociações com o Mercosul, ao centrar a crítica à proposta do Mercosul pela “salvaguarda a indústrias nascentes, abertura insuficiente nas compras públicas e exclusão de muitos setores industriais”. Diz o mediador europeu, por exemplo, que exigiu maiores concessões do Mercosul “em serviços, transporte marítimo, seguros, bancos, telecomunicações e outros” e o fim do “constrangimento” para empresas européias nas licitações públicas. Além disso, “desagradou à UE (...) sua insistência (do Mercosul) em ter a prerrogativa de criar subsídios para empresas nacionais, inclusive compensatórios para produtos que também são incentivados pela UE”⁽⁵⁾. Algumas mudanças pedidas pela UE, diz o Itamaraty, exigiriam, inclusive, alterações constitucionais e legais dada as restrições para nossa soberania nacional que elas ensejam. Com os Estados Unidos, no âmbito da Alca não é diferente.

Definitivamente, o atual modelo de “livre comércio” distorce a simples liberalização dos fluxos comerciais entre os países, isto sim, de interesse dos países em desenvolvimento.

Além disso, a luta pelo desenvolvimento dos países em desenvolvimento esbarra nos escandalosos subsídios agrícolas dos países ricos, estimados em US\$ 1 bilhão/dia. O caso dos subsídios dos EUA ao algodão, por exemplo, tornaram-se simbólicos para alguns países pobres da África – amplificados com a decisão preliminar da OMC de condená-los. Segundo estudo encomendado pelo Brasil, não fosse a

superprodução norte-americana possibilitada pelos subsídios, os preços internacionais de algodão seriam 12,6% mais altos. Para cada dólar recebido pelos produtores norte-americanos de algodão, o governo pagou-lhes outros 89,5 centavos de dólar. Assim, artificialmente a participação norte-americana no comércio mundial de algodão cresceu de 17% na safra 1998-99 para 42% na safra 2002-03. Os subsídios ao algodão nos EUA, da ordem de US\$ 13,1 bilhões no período, beneficiam 25 mil agricultores enquanto jogam na miséria 15 milhões de africanos que vivem da cultura do algodão, arruinando países como Benin, Burkina Fasso e Mali, cujos ingressos de exportação com algodão, representam, respectivamente, 71%, 62% e 57% de suas vendas totais⁽⁶⁾.

Por fim, uma terceira contradição refere-se aos profundos estrangimentos a que foram submetidos os países sul-americanos com a adoção de políticas neoliberais, no sentido de limites à capacidade de realizar urgentes investimentos para a modernização e integração em infra-estrutura. Como é evidente, aspecto medular da integração regional é a expansão da infra-estrutura em estradas, ferrovias, energia, comunicações etc, visando a condições para o pleno intercâmbio de bens e serviços. Mas o alto nível de endividamento público e as crescentes obrigações financeiras – aliados a legislações nacionais restritivas ao gasto público – impostas a partir de fora, por pressão dos organismos financeiros internacionais, são características comuns a quase todos os países da América do Sul e constituindo fortes obstáculos à integração regional.

Assim, também nesse campo, vem freqüentando com assiduidade os comunicados e declarações bilaterais ou multilaterais na região a idéia de retirar os investimentos públicos do cálculo do superávit primário, bem como a de criar uma Autoridade Sul-americana de Investimentos. Além disso, a reativação do mecanismo CCR (Convênio de

Crédito Recíprocos), uma espécie de caixa de compensação entre os países quase desativados por governos neoliberais na década de 90 – que funciona como uma garantia de financiamentos sem o uso de divisas como o Dólar –, ativa a cooperação no financiamento da integração física da América do Sul.

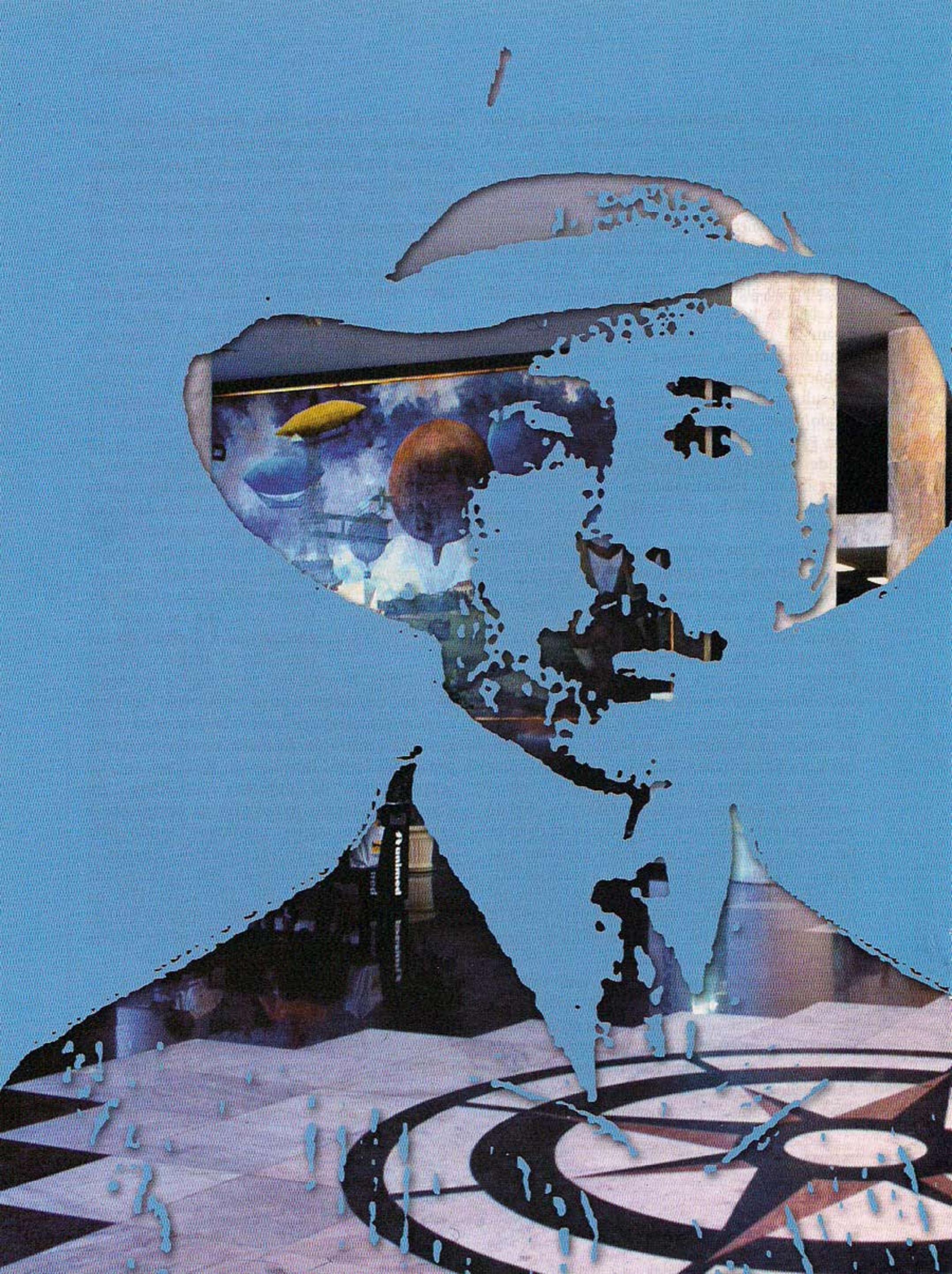
No caso da integração da infra-estrutura, base para a efetiva integração regional, destaca-se a ênfase política que vem alcançando a idéia da integração energética. Além de gestos concretos – como a concessão de financiamentos energéticos do BNDES ou da Petrobras na Argentina, em Cuba e na Venezuela –, ganha terreno a idéia de associação das maiores empresas de energia da região (PDVSA, Petroecuador, Petrobras e outras) num conglomerado denominado PetroAmerica ou PetroSul. Como diz Darc Costa, “foi no campo da energia que a América do Sul conseguiu os maiores avanços

nos últimos 20 anos, dos quais alguns realmente importantes, que incluem o domínio do ciclo nuclear completo por parte da Argentina e do Brasil; a construção da maior represa de Itaipu, construída pelo Brasil e o Paraguai; o desenvolvimento da indústria petrolífera, em especial o domínio tecnológico da prospecção e exploração em águas profundas obtido pela Petrobras no Brasil” (171:2003)⁽⁷⁾. Apenas a conformação do conglomerado PetroAmerica faria surgir uma empresa que controlaria 13% da produção mundial de petróleo⁽⁸⁾, algo de grande importância estratégica nestes tempos de “guerra por petróleo”.

*Para o Brasil,
a integração regional
é um destino e
uma opção estratégica.
Nesse sentido, acerta o
governo Lula ao
efetivamente colocar a
questão no topo da agenda
de sua política externa.*

O Brasil e a integração sul-americana

Para o Brasil, a integração regional é um destino e uma opção estratégica. Nesse sentido, acerta o governo Lula ao efetivamente colocar a questão no



O Aeroporto Santos-Dumont será ampliado, sem perder o charme da arquitetura modernista brasileira.



Com as obras do novo terminal de passageiros do Santos-Dumont, o aeroporto vai ter mais espaço, mais conforto e mais tecnologia. A área de embarque será ampliada, novas salas serão construídas e o aeroporto vai aumentar sua capacidade de atendimento. Também serão construídas pontes de embarque com material transparente, privilegiando a vista de quem está embarcando ou desembarcando. Tudo isso mantendo o estilo original de 1934, um marco da arquitetura modernista brasileira.

topo da agenda de sua política externa.

Não obstante, enfrentamos, todavia, uma batalha de idéias na sociedade brasileira sobre qual modo de inserção internacional de nosso país – refletindo-se, sobretudo, em preocupações que volta e meia circulam em certos meios empresariais e na imprensa conservadora. O estancamento da Alca, por exemplo, tem gerado manifestações inequívocas desse sintoma.

Nelas, importantes frações das classes dominantes – desprovidas de sentido de projeto nacional, e exalando forte pragmatismo segmentado –, como setores da indústria paulista, segmentos mais atrasados do agronegócio e o mercado financeiro vêm numa crescente onda de ataques ao Mercosul e à opção regionalista do governo brasileiro. Alguns mais afoitos chegam a propor até mesmo o abandono do Mercosul, na tentativa de impor um retrocesso na política comercial do governo Lula, e numa volta a uma submissão quase que incondicional às grandes potências – numa expectativa de obter um naco de um rico mercado para seu nicho, ignorando a

totalidade dos interesses do Brasil como nação. Um de seus porta-vozes é nada menos que o sr. Fernando Henrique Cardoso como, em palestra recente, criticou a política comercial do governo Lula, que para ele deve “tomar uma posição ofensiva e ter uma visão econômica mais clara” (9). A julgar por seu governo, talvez FHC esteja lamentando o abandono de sua política de bajulação aos ricos, em troca de algumas migalhas e de soberba e arrogância em relação aos países em desenvolvimento.

A estratégia de inserção internacional do Brasil passa necessariamente pela consolidação do espaço sul-americano como espaço fundamental para contrabalançar os desequilíbrios de um mundo unipolar, sendo, nesse sentido, uma opção estratégica para nosso país e para toda a América do Sul.

Ronaldo Carmona é graduando em ciências sociais e membro da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB.

Notas

(1) Dentre outras, destaca-se a de Hugo Chávez (1998) na Venezuela; Lula (2002) no Brasil; Nestor Kirchner (2003) na Argentina; e Tabaré Vasquez (2004) no Uruguai.

(2) Associação Latino-Americana de Integração, sucessora da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), criada em 1960 pelo Tratado de Montevideu e constituída pelos países sul-americanos, pelo México e por Cuba.

(3) Trata-se do chamado Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 59, subscrito pelos quatro integrantes do Mercosul e por três países da Comunidade Andina (Colômbia, Equador e Venezuela). Dos outros três países andinos, Chile e Bolívia já são membros associados ao Mercosul e o Peru já havia assinado o ACE nº 58 (Mercosul-Peru).

(4) Ver Programa de Trabalho do Mercosul 2004-2006 (Mercosul/CMC/DEC nº 26/03), idéia em execução visando à revitalização econômico-comercial, física e energética, científica e tecnológica, social e institucional do Bloco, proposta pelo governo brasileiro e aprovada na reunião de Montevideu em dezembro de 2003.

(5) Para as citações deste parágrafo, e razões do fracasso do acordo, ver CARMONA, Ronaldo, “O fracasso do acordo com a União Européia e o Projeto Nacional” (2004) in www.vermelho.org.br

(6) ver “Subsídios norte-americanos ao algodão”, nota do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, in www.mre.gov.br

(7) COSTA, Darc. (2003). *Estratégia Nacional – A Cooperação Sul-Americana como caminho para a inserção internacional do Brasil*. Porto Alegre: L&PM Editores.

(8) Ver FRAGA, Rosendo, “La energia como factor politico em America del Sur”, in: www.nuevamayoria.com/ES.

(9) in Folha on line, edição eletrônica, 25/11/2004.

Dilemas históricos da integração latino-americana



O desafio de superar o sentimento de indiferença e desconhecimento mútuo que ainda persiste

EUGÊNIO REZENDE DE CARVALHO

Tornou-se lugar comum a afirmação de que o Brasil manteve-se, historicamente, de costas para os seus vizinhos hispano-americanos – a recíproca é também propagada – e com o olhar voltado para a Europa e, em tempos mais recentes, para os Estados Unidos da América do Norte. Segundo tal perspectiva, esse comportamento expressaria um arraigado sentimento no mínimo de indiferença mútua nas relações externas entre o Brasil e os demais países latino-americanos. E, assim, explicaria uma tendência a se enfatizar e enaltecer em tais relações muito mais os elementos de rivalidade, divergência e diversidade, em detrimento dos elementos de unidade e de identidade de propósitos. Obviamente tal atitude tem produzido reflexos negativos para qualquer projeto de integração regional no âmbito da América Latina – não restrito apenas à esfera econômica e comercial.

Algumas possíveis raízes históricas de tal sentimento podem ser sumariamente exploradas. Desde o período colonial, as coroas ibéricas adotaram com-

pulsoriamente o princípio do “exclusivo comercial”, segundo o qual as colônias americanas deveriam estabelecer relações comerciais unicamente com as metrópoles europeias, vetando, assim, possibilidades de trocas mercantis e, conseqüentemente, de contatos de qualquer outra ordem entre as áreas coloniais. Dessa forma, apesar de terem mantido certa unidade e integração de um ponto de vista administrativo, obviamente impostas pelas metrópoles como forma de racionalizar a exploração de suas riquezas naturais, essas áreas coloniais americanas acabaram por manter entre si, durante mais de três séculos colonização, um altíssimo nível de isolamento.

Mais tarde, com as independências das colônias americanas nas primeiras décadas do século XIX, verificou-se – sobretudo nas áreas outrora sob o domínio hispânico – um rápido e dramático processo de desagregação e fragmentação das antigas unidades administrativas coloniais e de sua substituição por um grande número de pequenos Estados republicanos. Mas, mesmo antes, no contexto de crise do colonialismo espanhol e português, no final do século

XVIII e início do XIX, talvez como uma reação antecipada a esse risco desagregador, já se evidenciavam aspirações por uma integração latino-americana paralelamente aos propósitos e ações independentistas. Exemplo disso é o fato de um dos precursores do movimento de emancipação da Hispano-América, o venezuelano Francisco de Miranda (1750-1816), desde o final do século XVIII já sonhar com uma América espanhola “independente e unida”, que se chamaria Colômbia. Suas idéias unificadoras influenciaram os principais libertadores da América do jugo ibérico, no início do século XIX. É o caso – para ficarmos apenas com alguns exemplos – do chileno Bernardo O’Higgins (1778-1842), que defendeu uma Grande Federação dos Povos da América, bem como do argentino San Martín (1778-1850), que propôs a integração do Rio de Prata, Chile e Peru.

Mas o sonho de uma integração americana, no contexto imediatamente pós-independência, alcançou seu maior vigor e dimensão com outro venezuelano: Simon Bolívar (1783-1830). Com o propósito de efetivar seu audacioso plano de integração daquilo que denominou América Meridional, Bolívar convocou em 1826 o Congresso do Panamá, que contou com a participação de representantes de territórios que atualmente compreendem doze repúblicas latino-americanas. Interessante destacar, a propósito, que o império brasileiro, embora convidado para esse conclave, não enviou representantes. Apesar do fracasso do Congresso do Panamá, a proposta unificadora reaparece nas décadas seguintes do século XIX em inúmeros outros congressos realizados em várias partes da América Latina. Principalmente na área hispano-americana, vários líderes políticos e intelectuais de diversos matizes de pensamento, influenciados em maior ou menor medida pelo ideal bolivariano, lançaram propostas semelhantes de integração regional. Em 1850, o argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) chegou a propor a criação do que chamou de Estados Unidos da América do Sul, numa tentativa de integração dos países da região do Prata. Ainda no final do século XIX, surgiu e se difundiu na área do Caribe, sobretudo com o porto-riquenho Eugenio María de Hostos (1839-1903), a proposta de uma Confederação Antilhana. E, assim, outras iniciativas semelhantes se seguiram ao longo do século XIX.

Num rápido balanço desses apelos e projetos de

integração latino-americana do século XIX, podemos extrair pelo menos três conclusões bastante significativas. Em primeiro lugar, tratava-se de projetos que extrapolavam o âmbito econômico e comercial e se apoiavam na evocação de um sentimento latino-americano, de inspiração bolivariana, ao reivindicarem uma identidade latino-americana assentada em uma história comum, assim como em problemas (sociais e econômicos) e projetos de futuro comuns. Tais projetos, além de abarcarem uma dimensão cultural e identitária, visavam em última instância à edificação de uma verdadeira unidade política de cunho supranacional, que não se reduziria a um mero formalismo de institucionalização política e administrativa. Em segundo lugar, nenhum desses projetos jamais se concretizou e todas essas iniciativas de integração latino-americana nos moldes sonhados por Bolívar foram fracassadas. E, em terceiro e último lugar, todas essas propostas de integração regional no âmbito da América Latina no século XIX não apenas tiveram origem como, sobretudo, se referiram apenas às áreas das repúblicas hispano-americanas. Ou seja, nenhuma proposta partiu do Brasil e tampouco nosso país foi incluído em qualquer dos projetos apresentados, nem mesmo nos primeiros momentos do seu período republicano.

Mais tarde, no século XX, a dimensão político-cultural desse ideal bolivariano de integração latino-americana, lançado no século XIX, começou gradualmente a ser esquecida e a ser substituída pela ênfase na dimensão econômica e pela perspectiva eminentemente pragmática e instrumental, em suma, por uma integração segundo as determinações do mercado. Assim, a idéia de integração latino-americana passa a ter como principal – e quase que exclusivo –, eixo articulador a economia: obviamente, não se trata de desmerecer a integração econômica, mas apenas de ressaltar a redução dos horizontes dos projetos mais contemporâneos de integração em relação às propostas originais do século anterior.

É verdade que os tempos são outros e, em muitos aspectos, as sociedades latino-americanas do século XX são muito mais diferentes entre si do que eram aquelas do século XIX. O fato é que um novo cenário internacional (histórico, político e econômico) impôs novos e sérios desafios e problemas para os esforços de integração econômica no âmbito da América Latina do

século XX. Inúmeras organizações e associações foram criadas, sobretudo na segunda metade do século, visando a algum tipo de pacto ou tratado de cooperação ou integração econômica em escala regional. Porém, além da essência economicista de tais projetos, há que se destacar: a desigualdade dos níveis de desenvolvimento industrial entre as economias latino-americanas envolvidas; a interdependência com os países hegemônicos centrais; o forte apego aos interesses localistas e a uma visão demasiadamente estreita de nacionalismo; a disputa entre as principais economias da América do Sul pela posição de supremacia política e econômica na região; bem como a ausência de uma tradição de relações sólidas (não apenas comerciais) e de cooperação entre os países latino-americanos. Sem dúvida os obstáculos para a integração foram, e continuam sendo, bastante fortes – o que é atestado pelos vários fracassos das tentativas anteriores.

Mais recentemente, entretanto, em pleno século XXI tem ganhado força entre alguns setores da diplomacia latino-americana a idéia de uma integração mais ampla entre os países da região, mediante a criação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações, como uma reação à proposta norte-americana da Alca. Retomando talvez um espírito muito comum entre projetos de integração do final do século XIX e início do XX, tal proposta emerge com uma preocupação comum em preservar a soberania das nações latino-americanas dos efeitos permanentemente ameaçadores da política continental neocolonialista levada a cabo pelos Estados Unidos. Contudo, a grande novidade da recente proposta é exatamente o nível de abrangência da nova comunidade, que praticamente abarcaria todo o continente sul-americano. O que é inédito, se considerarmos os alcances mais limitados dos projetos anteriores. Mas, contudo, o dado que mais nos chama a atenção nos discursos em defesa do atual projeto de integração sul-americana, é uma tentativa de se resgatar, ainda que dotando talvez de novos conteúdos e alcances, o ideal bolivariano de integração. Nesse sentido, como um contraponto à in-

tegração anexionista, expressa pela Alca, assentada em relações verticais de dependência e subordinação, a nova perspectiva se apresenta como um projeto de integração solidária, assentada em relações horizontais de fraternidade e de comunidade de propósitos.

Em que pese o significado e o imperativo histórico que revestem tal proposta, é preciso ter claro, porém, que o sentimento de comunidade, de unidade e solidariedade regional – princípio bastante caro a Bolívar – não se estabelece por simples decreto ou acordo diplomático. Assim, o sucesso da proposta dependerá fundamentalmente da participação e envolvimento efetivo de diversos setores organizados da sociedade civil (incluindo os parlamentos), como uma forma de lhe conferir um conteúdo inclusive mais popular e menos elitista, não restrito apenas às ações dos diplomatas, técnicos e empresários envolvidos nas negociações da nova proposta de integração.

Por outro lado – e aqui reside o ponto capital –, o sucesso de tal proposta dependerá da nossa capacidade em médio prazo de superar o sentimento de indiferença e desconhecimento mútuo que ainda persiste entre as nações latino-americanas, ao qual nos referimos no início deste texto. Dependerá da nossa capacidade de superar os elementos de rivalidade e de disputa, alimentando os ideais de comunidade, fraternidade e cooperação. Somente assim, como uma condição para a fundação de verdadeiras comunidades de nações, poderemos estar em condições de enfrentar a atual ameaça da Alca, avançando e consolidando um projeto alternativo de integração de caráter supranacional que seja capaz de fazer frente aos desafios e problemas de parte considerável da grande família de povos latino-americanos. Caso contrário, a evocação do ideal bolivariano não passará de mera retórica diplomática.

Eugênio Rezende de Carvalho é professor do Departamento de História e do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O sucesso da integração latino-americana dependerá – em médio prazo – da superação do sentimento de indiferença e desconhecimento mútuo.

Uruguai: *integração regional, projeto nacional e unidade popular*

O fracasso do governo Battle e sua política neoliberal alimentaram o enorme sentimento de mudança que tomou conta do país

RICARDO ABREU



Militantes da Frente Ampla.

A América Latina continua a virar a página da história de governos neoliberais. Ao som de “cambia, todo cambia”, refrão de música cantada por Mercedes Sosa, o Uruguai viveu um triunfo histórico das forças progressistas.

O povo do Uruguai elegeu maioria parlamentar de senadores e deputados da Frente Ampla, e vai dar posse em 1º de março ao primeiro presidente de esquerda da história do país, que governará os próximos cinco anos: o médico Tabaré Vazquez, nascido e criado no bairro pobre de La Teja, em Montevideu, ex-dirigente do Partido Socialista (PS). Tabaré foi eleito com o lema “O governo da mudança”.

No dia 31 de outubro, a previsão do tempo errou e não prognosticou o dia ensolarado que fez jus à bandeira do Uruguai. No seu discurso de posse, Tabaré Vazquez dedicou a vitória a todos os que se sacrificaram para possibilitar o triunfo em nome de Liber Seregni, e disse: “Festejem, uruguaios, festejem, a vitória é de vocês”. A massa seguiu a orientação à risca.

O carnaval frenteamplista iniciou-se ao anoitecer e atravessou a madrugada. Animado por ataques, o povo festejou entupindo as ruas e avenidas de Montevideu, cidade portuária separada de Buenos Aires pelo gigantesco Rio da Prata. O escritor Eduardo Galeano considerou a explosão popular um “orgasmo nacional”.

A maioria dos jovens pintava o rosto com as cores da bandeira da Frente Ampla. Havia bandeiras tricolores em casas, apartamentos, carros, motos e bicicletas. Por todo lado. Montevideu foi tingida de vermelho, azul e branco.

Uruguai nasceu progressista

A República Oriental do Uruguai teve um nascedouro avançado e progressista, que foi sendo alterado pela dominação secular das oligarquias

político-econômicas do Partido Colorado e do Partido Nacional. A República foi fundada no século 19 na culminância de uma luta liderada por José Artigas. O Uruguai nasceu como um Estado laico que, ao longo dos anos, conquistou um elevado nível educacional e cultural, uma desenvolvida cultura política que orgulha seu povo desde o início do século 20.

O projeto de Constituição artiguista era avançado para a época, pois continha a possibilidade de revogação de mandatos e o direito à sublevação popular para derrubar o governo se o governante descumprisse a Constituição. Na reforma agrária conduzida por Artigas, prócer uruguaio, havia prioridade na distribuição de terras para mestiços, negros, indígenas, pobres e viúvas.

Depois de 174 anos de República, marcados pelo bipartidarismo com um revezamento de governos do Partido Colorado e do Partido Nacional (os brancos), o povo uruguaio elege um governo da Frente Ampla, como é conhecido o partido Encontro Progressista-Frente Ampla-Nova Maioria. Também é a primeira vez na história do país que um governo terá a simpatia dos sindicatos de trabalhadores e dos movimentos populares.

A esquerda historicamente unida

A Frente Ampla (FA) não é a primeira experiência unitária da esquerda uruguaia. Os comunistas e a esquerda lançaram em 1962 a FI de L (pronuncia-se Fidel), sigla em espanhol que significa Frente de Esquerda de Libertação, predecessora da FA. Com a Fidel “começamos a transitar os caminhos da unidade política”, diz Marina Arismendi, secretária-geral do Partido Comunista do Uruguai, em entrevista ao semanário *Carta Popular*, em 22 de outubro.

O primeiro presidente da FA, general Líber Seregni – o General do Povo –, líder frenteamplista desde a sua fundação em 5 de fevereiro de 1971, faleceu poucos meses antes da vitória eleitoral. É inevitável o paralelo com o líder comunista João

A FA é formada pela união de muitos partidos, organizações e movimentos políticos. Quase todas as forças progressistas e de esquerda dela fazem parte. Os frenteamplistas têm rica experiência de valorização da unidade política.

Amazonas, que também faleceu pouco tempo antes da vitória da coligação Lula presidente.

A FA é formada pela união de muitos partidos, organizações e movimentos políticos. Quase todas as forças progressistas e de esquerda dela fazem parte. Os frenteamplistas têm uma rica experiência em termos de valorização da unidade política das forças progressistas, de método e estilo de trabalho unitário. Segundo um dirigente da FA, as reuniões para “amassar o barro”, nas quais passam horas e horas, são fundamentais para construir pacientemente consensos e conscientemente valorizar o que une.

Há grande respeito entre as forças da Frente e não são permitidos hegemonismos. Os frenteamplistas só se dividem em público quando o assunto é futebol, entre os maiores clubes, o Peñarol e o Nacional. A política é tão popular quanto o futebol, que são as duas paixões de nosso povo irmão.

Outra característica da FA é uma forte militância de base. O construtor maior da Frente, Seregni, escreveu a um militante certa vez: “O Comitê de Base é o simples e milagroso caminho que une o privado e o público, o cotidiano e o histórico”.

Bem avaliadas pelo povo, as experiências de administração de departamentos (o equivalente a municípios, já que no Uruguai a República não é federativa, não há estados) foram importantes para o crescimento da FA. Tabaré Vazques foi intendente (prefeito) de Montevideu, um dos 19 departamentos, e implementou em sua gestão uma espécie de vereador de bairro. Cada uma das 18 zonas da capital elege seus próprios “vereadores”. Essa democratização impulsionou em muito a participação política do povo nas decisões.

Dos oito partidos uruguaios somente três elegeram senadores: a Frente Ampla, os brancos e os colorados. Os deputados eleitos também pertencem aos três maiores partidos e um é do Partido Independente (PI). Os demais não têm representação parlamentar. O mandato de senador e deputado é caracterizado

como mandato do partido e seus suplentes de lista também participam dele – é um mandato coletivo.

As forças políticas da Frente Ampla

O sistema eleitoral uruguaio é marcado pela história de bipartidarismo. Em cada partido há sublegendas que funcionam como coligações internas entre listas de candidatos, que serviram no passado para manter unidos os partidos tradicionais dominantes. Mas, o que serve para unir a direita também

serve, neste caso, para unir as forças progressistas. Por exemplo, na Frente Ampla nestas eleições houve 10 sublegendas com a participação de 20 listas.

O voto é vinculado e o eleitor só pode votar em um partido, escolhendo uma das listas que participam daquele partido. Nos partidos colorado e branco também concorreram várias listas, agrupadas em algumas sublegendas.

O Movimento de Participação Política (MPP) é hoje a maior força política da Frente Ampla em termos eleitorais. É liderado por ex-dirigentes do

movimento guerrilheiro tupamaro, como José “Pepe” Mujica, senador carismático com muita presença na mídia.

Mujica fez uma sábia declaração em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada na edição de 24 de outubro: “A esquerda, quando chega no poder, corre o risco de sofrer dois desvios. Um é a vontade de ser tão, mas tão pragmática, que acaba ficando na ‘calçada’ da direita e abandona sua identidade. O outro é que, por querer aferrar-se a um conjunto de bandeiras, pode isolar-se socialmente. Ou seja, pode ficar entre a infantilidade e a queda para a conservadorismo. Não há receita para evitar isso. É preciso ter a bússola mais ou menos centrada. Essa é a arte da política.”

O Partido Comunista do Uruguai (PCU) já foi maioria duas vezes na FA, por ocasião da criação desta e, depois, em 1989. É a principal força militante nas instâncias da FA, inclusive nos Comitês de Base. Sua secretária-geral, Marina Arismendi,

A proposta programática de política externa do Uruguai Integrado é bastante avançada e muito similar à política desenvolvida pelo Itamaraty no governo Lula.

que liderou a Lista 1001, denunciou a campanha anticomunista. “Hoje, em 2004, no século 21”, disse ela, “os comunistas seguem sendo tão uruguaios, frenteamplistas e comunistas, como sempre. Os que ficaram sem discurso, e apesar de tudo, tratam de tirar do velho baú fantasmas anticomunistas tentando de maneira vã encobrir suas despudoradas atitudes antipopulares, antinacionais e antidemocráticas, não podem convencer a nosso povo com argumentos insustentáveis”. “Somos parte do povo uruguaio”, disse ela, “(...) e pela Pátria deram a vida nossos companheiros. Por ela dedicamos nossa vida hoje, até a vitória da FA, que é a vitória do povo” (*Carta Popular*, 22/10/2004).

Outras listas importantes da FA são a Assembléia Uruguaí, do futuro ministro da Economia, Danilo Astori, a do Partido Socialista e a da Vertente Artiguista.

A luta para superar o modelo neoliberal

A “bronca”, como dizem os “orientais”, com os anos neoliberais era muito grande, especialmente com o último período do governo do colorado Jorge Batlle. Nos últimos anos o Uruguaí passou por uma tremenda crise recessiva e até mesmo por uma crise bancária em 2002, colocando largos setores do empresariado objetivamente no campo da oposição às políticas neoliberais.

Hoje há 1 milhão de pobres, 31% da população. A renda dos trabalhadores caiu 31% nos últimos 5 anos, mas a renda dos 20% mais pobres caiu 37% no mesmo período. O desemprego entre os jovens atinge quase 40% destes.

O fracasso do governo Batlle e sua política neoliberal alimentaram o enorme sentimento de mudança que tomou conta do país e que foi capitalizado pela FA. O programa da FA propõe um outro modelo de desenvolvimento econômico e social no qual o Estado jogue um papel mais ativo e se realize uma aposta mais firme no setor produtivo.

Duas idéias-chave, sob o signo maior da mudança, estão presentes no discurso e foram a chave para a vitória da Frente Ampla: a valorização da unidade popular e a definição de um projeto nacional para o Uruguaí, de caráter antineoliberal e integracionista.

O Uruguaí tem tradição na realização de plebiscitos para defender o Estado Nacional, o regime democrático, o caráter público dos bens e serviços e a garantia dos direitos sociais. Entre as mais importantes consultas estão: o plebiscito sobre as privatizações – que foram barradas por conta disso na década passada – e agora a consulta sobre a água e o saneamento.

No dia 31 de outubro o povo não votou somente para presidente, senador e deputado. Votou também pelo sim ou pelo não em um plebiscito de iniciativa popular sobre a água e o saneamento, que incluiu na Constituição – com mais de 60% de apoio à água e ao saneamento como direitos humanos (portanto, não passíveis de privatização) e de responsabilidade do Estado – o caráter público dos recursos hídricos nacionais e a gestão ambientalmente sustentável destes.

O programa integracionista da Frente Ampla

O programa do Encontro Progressista-Frente Ampla-Nova Maioria levanta cinco bandeiras: Uruguaí Social, Uruguaí Produtivo e Inovador, Uruguaí Democrático, Uruguaí Integrado e Uruguaí Cultural. Ele pode ser acessado na íntegra no endereço eletrônico www.epfaprensa.org.

A proposta programática de política externa do Uruguaí Integrado é bastante avançada e muito similar à política desenvolvida pelo Itamaraty no governo Lula. Propõe uma “política externa independente, de Estado e baseada em valores e princípios como: paz, soberania, não intervenção, multilateralismo, respeito ao direito internacional”.

Dá grande ênfase ao Mercosul, propondo “uma política de forte apoio e compromisso com o Mercosul como sistema de integração e plataforma de inserção da região no mundo”, e a “ampliação do mesmo e sua interação com outros processos de integração em marcha na América Latina”.

O Uruguaí otimizará as suas relações com todas as nações latino-americanas, incluindo Cuba, que era hostilizada pelo governo Batlle, subserviente aos ditames imperialistas.

Ricardo Abreu é economista e membro do secretariado do Comitê Central do PCdoB.

Estado e políticas de liberalização

A experiência da América Latina mostra que as políticas liberalizantes não favorecem o crescimento

MINISTÉRIO DA PRODUÇÃO E COMÉRCIO DA
REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

A superação da pobreza e das profundas desigualdades – que tornam este continente o mais desigual do planeta – é o desafio final aos países da América Latina e do Caribe. Estamos, igualmente, diante da exigência de assumir e responder às demandas de reconhecimento da multiplicidade de povos e culturas, de opções de modos de vida, que caracteriza nosso diversificado e heterogêneo continente.

Todo programa para a América Latina e o Caribe, portanto, deve ter como orientações

prioritárias a superação da pobreza e das desigualdades; a recuperação cultural e o fortalecimento de diferentes opções de vida; e a obtenção de modalidades de uso dos recursos que, reconhecendo os rígidos limites conferidos pelo planeta, nos permita construir um futuro ambientalmente sustentável.

A experiência da região nas últimas décadas sugere que não são precisamente as políticas liberalizantes orientadas pelo Consenso de Washington que mais favorecem o crescimento. Tampouco o modelo de globalização orientado pelo mercado é a melhor garantia de preservação e vitalização das

múltiplas tradições culturais, nem a diversidade e riqueza biológica e ambiental tornam possível a vida. Durante as décadas de 1960 e 1970 – período em que foram aplicadas políticas de desenvolvimento e de substituição de importações – o crescimento econômico anual médio do continente foi muito superior aos níveis de crescimento médio desde que foram generalizadas as políticas de ajuste estrutural, as liberações e os modelos de crescimento para fora.

Na concepção que serviu de fundamento a todas as negociações da Alca prevaleceu um forte fundamentalismo cultural liberal, bem como um enviesamento ideológico que, em todo caso, considera preferível o mercado a qualquer outra forma de regulação social ou critério de atribuição de recursos. Não são levadas em consideração a história e a rica pluralidade cultural de nossa região e são ignoradas as formas em que o Estado interveio em todas as experiências históricas de desenvolvimento capitalista consideradas como exitosas.

O tema das relações entre mercado e Estado, e outras modalidades de regulação social e de construção de tecido de vida enraizados na diversidade de contextos culturais, não é um assunto que possa ser resolvido de uma vez por todas para todas as futuras situações e todas as conjunturas sobre a base de supostos teóricos ou políticos gerais. A pertinência de maiores ou menores níveis de regulação ou intervenção social e a diversidade de respostas a partir dos múltiplos âmbitos dos povos e das culturas são temas abertos sobre os quais se tem de decidir de acordo com as condições que estão se modificando permanentemente.

Isto tem a ver tanto com as alternativas políticas em que votem os eleitores a partir da avaliação das orientações programáticas oferecidas pelos diferentes candidatos e partidos, quanto com as opções culturais que definem os modos de vida dos diferentes povos do continente. Sem essa condição di-

ficilmente poderíamos falar de democracia política ou de democracia no terreno cultural. As políticas de liberalização e ajustes estruturais não podem, portanto, ser estabelecidas como compromissos irremovíveis em longo prazo. Isso significaria um esgotamento extraordinariamente severo dos limites futuros da vida democrática.

Por tudo isso, é necessário reintroduzir o tema do papel do Estado e das políticas públicas como condições sem as quais não seria possível alcançar a meta desejada de uma sociedade culturalmente plural, eqüitativa, democrática e ambientalmente sustentável.

Urgente e indispensável é, igualmente, reconhecer, proteger e impulsionar outra multiplicidade de formas de organização e gestão social autônomas, baseadas na reciprocidade, na solidariedade e na autonomia que percorrem o continente americano.

A submissão de todas as formas produtivas a uma lógica unidimensional de mercado e a critérios de produtividade definidos por modelos internacionais soterraria irremediavelmente as bases materiais da reprodução da rica diversidade cultural do nosso continente.

Essa visão unilateral – base da Alca – tanto do modo de vida que todos os povos devem alcançar quanto dos únicos meios em que se deve avançar para obtê-lo, entra em franca contradição com as orientações básicas do regime internacional dos direitos humanos, amparados em seus instrumentos jurídicos mais representativos, como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, ou o Acordo n. 169 sobre os povos indígenas e tribais em países independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Na concepção que serviu de fundamento a todas as negociações da Alca prevaleceu um forte fundamentalismo cultural liberal.

ENTREVISTA COM JOSÉ REINALDO CARVALHO

Luta antiimperialista, partido e movimentos sociais

*José Reinaldo Carvalho,
vice-presidente do PCdoB e responsável
pelas relações internacionais, fala à
Princípios sobre o último encontro
internacional de partidos comunistas e
operários realizado em outubro em Atenas e
também sobre a situação e os desafios do
movimento comunista internacional*

POR ELIAS JABBOUR

O debate do último encontro dos partidos comunistas e operários centrou-se na resistência dos povos ao imperialismo. As discussões diagnosticaram avanços no grau dessa resistência?

José Reinaldo – De uma maneira geral há uma consciência, por parte do movimento comunista, revolucionário e progressista no mundo, de que vivemos uma correlação de forças ainda desfavorável para o desenvolvimento das lutas das massas populares, e das massas trabalhadoras, assim como para a luta pelo socialismo como perspectiva. Esse quadro foi agravado pela emergência de uma força ultra-reacionária e militarista no centro do poder da principal superpotência, os Estados Unidos da América.

Assim sendo, o primeiro aspecto que eu levantaria sobre essa questão da correlação de forças, e que esteve presente nos debates em Atenas, é acerca da compreensão muito clara por parte dos partidos que estavam ali representados, sobre a estratégia atual dos EUA. O imperialismo norte-americano, sob o pretexto de fazer uma guerra ao terrorismo, criou a teoria – que, aliás, já está colocando em prática – das guerras preventivas.

O movimento comunista tem a consciência de que vivemos num mundo em que há uma superpotência exercendo sua hegemonia com métodos militaristas e belicistas. Por isso, no exame da correlação de forças os comunistas têm presente que há uma ameaça à própria sobrevivência da humanidade.

Mas tem o outro lado da correlação de forças. Todos os partidos reunidos em Atenas constataram como aspectos altamente positivos que as lutas políticas e sociais em caráter nacional, regional e mundial estão crescendo. Eu gostaria de me deter em alguns exemplos, apenas para ilustrar o argumento.

Primeiro, o movimento pela paz, que se transforma no grande leito da luta antiimperialista hoje, porque se a política de guerra é a essência, o centro da estratégia do imperialismo, a luta antiimperialista, passa por um equacionamento correto da luta pela paz.

Além das manifestações pela paz, constata-se em toda parte o crescimento das lutas democráticas contra as chamadas leis antiterroristas. Constata-se também uma grande retomada da luta sindical e trabalhista nos países capitalistas contra as políticas anti-sociais de seus governos.

Além da luta pela paz e dessas lutas sociais, que constituem uma expressão importante da luta de classes, e além das lutas democráticas, a reunião se debruçou ainda na constatação como algo positivo da emergência do movimento chamado antiglobalização, que teve origem em Seattle. Há uma forte unidade em torno da necessidade de intensificar em todos os países a luta contra o neoliberalismo.

Como você vê a retomada da luta dos povos na

América Latina?

José Reinaldo – Os focos principais da política do imperialismo norte-americano para a América Latina são os seguintes: derrubar o regime revolucionário cubano; impedir o desenvolvimento da Revolução Bolivariana na Venezuela; intervir, militarizando-o, no conflito colombiano, tentando envolver um conjunto de países nessa política intervencionista, através da denominada Iniciativa Regional Andina e implantar a Alca, concebida não apenas como um “acordo” comercial, mas como uma estratégia claramente neocolonialista. Diante deste quadro, há uma grande solidariedade em todo o mundo com a Revolução Cubana e com a Revolução Bolivariana, que acaba de alcançar importante vitória no Referendo de agosto último. De

Paz, democracia, direitos sociais, soberania nacional e desenvolvimento são os pontos centrais de uma plataforma de luta capaz de estabelecer o liame indispensável entre os partidos comunistas e os movimentos sociais.

nossa parte, temos mantido informados os nossos camaradas do exterior sobre os nossos esforços pelo êxito do governo do presidente Lula na realização de mudanças de caráter democrático, social e nacional, que justificaram a sua eleição em outubro de 2002. Os comunistas brasileiros não poupam a sua contribuição para que o governo brasileiro supere os impasses em que vive o país, rompa com o neoliberalismo e abra um caminho de desenvolvimento progressista para o Brasil. Estamos convencidos de que da luta entre os dois caminhos que se apresentam hoje – entre a continuidade das políticas neoliberais e a construção de um novo modelo de desenvolvimento nacional – poderá emergir um resultado melhor ou pior para as perspectivas das lutas dos povos de nosso continente.

A declaração final do encontro ressalta a necessidade de interação entre partidos comunistas, classe operária e movimento social na luta antiimperialista. Por que essa necessidade foi evidenciada?

José Reinaldo – Esse tema das relações entre o Partido Comunista, a classe operária e os movimentos sociais é palpitante, porque em torno disso há uma grande luta política e ideológica. Há uma corrente no movimento progressista mundial contemporâneo que advoga o divórcio entre o partido comunista e os movimentos sociais.

Consideramos que a luta social é essencialmente política, ainda quando não se manifeste como tal. Claro que tem uma dimensão própria, muitas vezes reivindicativa, cultural, ambientalista, comportamental. Tem, portanto, várias facetas, mas o seu sentido geral é sempre político.

Os partidos comunistas – não só eles, mas também as forças progressistas em geral – precisam descobrir qual é esse sentido político e exercer o seu papel como força impulsionadora dessa luta. Porque a politização das lutas de massas é a única forma que temos de esclarecer as massas. Fora disso é espontaneísmo. É manter o movimento de massas a reboque das forças social-democratas, aberta ou camufladamente bur-

guesas, ou pequeno-burguesas.

Outro aspecto palpitante é a questão da luta antiimperialista, porque há também uma tendência hoje de se fragmentar a luta social, de se retirar da luta social o seu sentido de combate anticapitalista e antiimperialista. Obviamente, a realidade se apresenta muitas vezes com aspectos particulares. Mas o papel das forças de vanguarda é evidenciar e não encobrir a essência anticapitalista e antiimperialista das lutas sociais. A luta antiimperialista tem suas peculiaridades em cada país, por isso é preciso saber combinar bem as suas dimensões global e nacional.

Como buscar bandeiras que unifiquem os partidos comunistas e os movimentos de massas?

A luta antiimperialista é um aspecto muito importante da relação do Partido Comunista com os movimentos sociais. Uma ampla gama de questões pode ser enfeixada num programa de luta, capaz de unir os partidos comunistas com os movimentos sociais.

Nesse quadro, penso que cinco questões se destacam: 1- a luta pela paz, contra a guerra imperialista; 2- a luta pelo aprofundamento e a ampliação da democracia para as amplas massas trabalhadoras; 3- a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo contra as políticas neoliberais vigentes em toda parte; 4- a luta pela soberania nacional, vilipendiada pelas políticas neoliberais e pela ofensiva imperialista; e 5- a luta pelo desenvolvimento – uma questão mais específica dos países em vias de desenvolvimento ou dos países subdesenvolvidos.

Então, eu diria, paz, democracia, direitos sociais, soberania nacional e desenvolvimento são os pontos centrais de uma plataforma de luta capaz de estabelecer esse liame indispensável entre os partidos comunistas e os movimentos sociais.

A identidade comunista e a coordenação de esforços entre os partidos comunistas. Quais foram as propostas nesse sentido formuladas no encontro?

José Reinaldo – A identidade comunista também é uma das questões fulcrais da luta ideológica dos nossos dias, porque com a derrocada da maioria dos países socialistas e com o trânsito quase que irrefreável das idéias revisionistas e oportunistas no mundo, é natural que tais idéias tenham também foro de cidadania em setores do movimento revolucionário e comunista. Em outras épocas também foi assim.

Desde que Marx e Engels começaram a desenvolver luta contra as primeiras manifestações de oportunismo, tais idéias estão presentes no movimento comunista. Quando Bernstein disse “o movimento é tudo, o objetivo final é nada”, foi lançada a linha mestra do oportunismo que consiste em subordinar os objetivos essenciais e estratégicos dos trabalhadores a interesses menores de curto prazo.

Hoje uma das formas de que se reveste o oportunismo é a diluição da identidade comunista, proclamando que não há mais lugar na história para o Partido Comunista, que o Partido Comunista é um ente historicamente superado, e que a luta se pode desenvolver e exercer através dos chamados movimentos, de frentes hegemônicas por forças liberais em que os comunistas são marginalizados e de um sem número de outras formas de organização espontâneas.

Então, no meu entender, a questão sobre se existe ou não espaço nesta época histórica para o Partido Comunista é uma pedra angular da luta ideológica contemporânea.

Discute-se muito a questão da chamada forma-partido. Não é um debate apenas internacional, ocorre também aqui no Brasil. Hoje, à direita e à “esquerda” do PCdoB se argumenta que a forma-partido por excelência não é mais um partido de classe, de vanguarda, revolucionário, comunista e organizado com base no centralismo democrático. Obviamente, é necessário atualizar

conceitos e práticas, renovar o movimento comunista, modernizar as formas de estruturação do partido. Mas, Partido Comunista marxista-leninista, de vanguarda é algo de que não podemos abrir mão.

Você foi o representante da direção nacional do PCdoB no Encontro de Atenas. Qual foi o centro da sua intervenção como representante dos comunistas brasileiros?

José Reinaldo – A nossa intervenção será publicada nos *Anais do Encontro*, pelos camaradas gregos, numa edição chamada *Boletim Internacional*, em várias línguas.

Basicamente, a parte política mais geral da nossa intervenção está contida na resposta à primeira pergunta. Fizemos uma condenação veemente da política de guerra do imperialismo norte-americano, da sua tese de guerras preventivas, das violações do direito internacional, da ordem internacional, das ameaças que pesam sobre a soberania e a democracia de cada país, das ameaças à paz mundial, das ameaças à segurança internacional. E fizemos uma defesa da nossa política antiimperialista. Defendemos a tese de que é preciso criar várias frentes de luta antiimperialista no mundo.

Na discussão sobre aspectos de tática e estratégia, defendemos uma questão que já é um princípio do método de atuação do nosso Partido: não há uma alternativa única de valor universal na luta antiimperialista, porque o grande risco que se corre é querer engessar a orientação. E nós somos muito ciosos das peculiaridades nacionais.

Procuramos também informar os camaradas dos partidos presentes sobre a nossa experiência, sobre como formulamos e aplicamos nossa política de ali-

A experiência dos encontros de Atenas é vitoriosa. É um evento bem estruturado e que agora avança na criação de uma equipe com caráter de grupo de trabalho técnico, voltada para a organização dos próximos encontros.

anças, como encaramos o princípio da unidade do povo, da unidade das forças antiimperialistas, sobre nossa compreensão de que a conquista da hegemonia das forças revolucionárias, comunistas, no nosso país é um processo longo e tortuoso de acumulação de forças.

Essa participação no encontro da Grécia é um exemplo de empenho do PCdoB em fortalecer as suas relações internacionais. Quais são as motivações desse empenho dos comunistas brasileiros no atual contexto?

José Reinaldo – O internacionalismo proletário é um componente essencial da ideologia do partido, da ideologia comunista. Diria mesmo que um dos traços distintivos do partido comunista é ser internacionalista. O partido também é patriota, luta pelos interesses nacionais. Não há contradição entre ser internacionalista e ser patriota.

O partido comunista tem relações, as cultiva e desenvolve, com um sem número de partidos comunistas, assim como com outros partidos progressistas do mundo. São relações que se desenvolvem nos níveis bilateral e multilateral.

Hoje há inúmeros eventos internacionais protagonizados pelos partidos comunistas ou que contam com sua presença destacada. Nós próprios organizamos, há um ano, um Seminário em Brasília, do qual se editou um livro. Foi um momento alto da nossa elaboração de política internacional, pois foi um seminário de natureza teórica, política e estratégica para discutir rumos da política internacional.

Existem encontros de caráter mais permanente, mais estruturados, como o da Grécia. Esse foi o 7º encontro de Atenas, que se realiza desde 1998, sob os auspícios do Partido Comunista Grego. Sempre com a presença de 60 a 70 partidos comunistas, debatendo temas diversificados. Esses encontros são consultivos, não deliberativos e não obrigam os participantes a aplicar resoluções estritas. Isso enriquece a nossa visão de mundo. Ao mesmo tempo, modestamente, sabemos que nossa intervenção nesses encontros ajuda os demais

partidos no mínimo a conhecer a realidade brasileira e a latino-americana. No mínimo a nos conhecer melhor, como comunistas brasileiros.

A experiência dos encontros de Atenas é vitoriosa. É um encontro bem estruturado e que agora avança na criação de uma equipe com caráter de grupo de trabalho técnico, voltada para a organização dos próximos encontros. O nosso partido foi honrado com o convite para participar dessa equipe formada por outros sete partidos: Partido Comunista Cubano, Partido Comunista da Federação Russa, Partido Comunista da Boêmia e Morávia (República Tcheca), Partido Comunista da Índia, Partido Comunista do Líbano, Partido Comunista Espanhol e Partido Comunista da Grécia.

Podemos citar também a reunião entre os partidos comunistas da América do Sul mais o Partido Comunista Cubano e cinco partidos comunistas europeus – espanhol, português, grego, francês e a Refundação Comunista Italiana. A próxima edição deste encontro terá lugar na cidade brasileira de Porto Alegre, às vésperas do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2005.

O nosso Partido participa também – com espírito unitário e de frente única – do Fórum de São Paulo – que já teve 11 versões. É um encontro que se realiza a cada ano na América Latina. O FSP, concorrido por partidos de várias tendências ideológicas, tem uma configuração distinta do Encontro de Atenas que é um encontro de partidos comunistas.

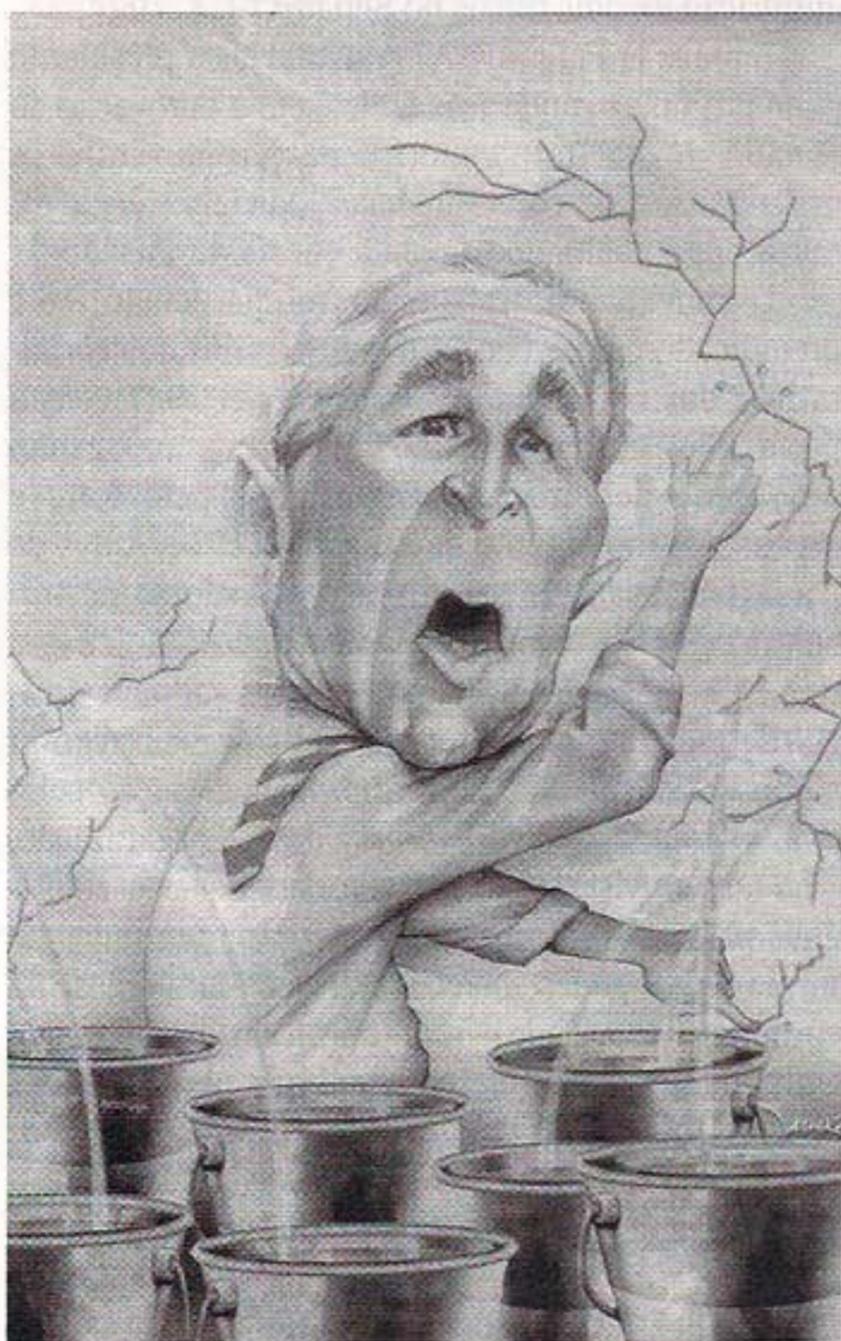
Quero encerrar valorizando o empenho, a participação de todos os partidos comunistas, mas não poderia deixar de render uma homenagem e de ressaltar o papel dos camaradas do Partido Comunista Grego, que foi quem tomou a iniciativa e tem sediado esse encontro até aqui. Os comunistas gregos têm dado, assim, um grande exemplo de internacionalismo proletário. E nós temos certeza de que o movimento operário, revolucionário, comunista no mundo reconhecerá historicamente esse exemplo.

Elias Jabbour é membro da Comissão Editorial da Revista Princípios.

As recentes eleições nos Estados Unidos

As entrelinhas das eleições presidenciais norte-americanas e o papel das forças progressistas

ERWIN MARQUITT



Os leitores seguramente já sabem, George W. Bush foi reeleito presidente dos Estados Unidos no dia 2 de novembro de 2004. Não se tratam de boas notícias para o mundo, pois significa a continuidade da política externa confrontacionista que poderá – eventualmente – levar à guerra nuclear.

Não que Kerry, caso fosse eleito, não desse andamento às políticas agressivas do imperialismo

americano. Mas ele, provavelmente, estaria menos disposto a se engajar em políticas aventureiras e agressivas tornando resoluções de paz impossíveis.

Um importante problema enfrentado pela classe operária norte-americana está no fato de os Estados Unidos serem o mais antidemocrático sistema eleitoral vigente entre as democracias parlamentares burguesas (com a possível exceção da Grã-Bretanha). Na ausência de alguma representação proporcional, os partidos políticos minoritários podem ficar sem representação no governo, ficando, então, as forças progressistas sem alternativa diante de duas maldades até que possam construir uma resistência em paralelo com o sistema eleitoral.

Para mim, estas eleições presidenciais foram únicas, em termos de paixão e envolvimento das massas nas questões externas e domésticas. Esta guerra tem igual relação com a ocorrida durante as eleições de 1968, quando o movimento popular pelo fim da agressão dos EUA contra o Vietnã esteve à beira de mudar a opinião pública contra a guerra.

Serão discutidas agora as diferenças de mérito entre as eleições de 1968 e 2004.

Em 1968, o senador Eugene McCarthy, do Minnesota, concorreu às primárias eleitorais como um candidato contra a guerra. Suas fortes demonstrações no início das prévias levaram o presidente Lyndon Johnson a anunciar ao mundo sua não-disposição de concorrer à reeleição. O Partido Democrata nomeou o vice-presidente Hubert Humphrey – cujo discurso dava sustentação à guerra. Enquanto a Convenção do Partido Democrata se aproximava, onde estaria claro que o nome de Humphrey seria aprovado, o movimento antiguerra mobilizou suas forças do lado de fora do local da Convenção em Chicago. Estes, iniciais e pacíficos, protestos foram brutalmente reprimidos pela polícia no momento do discurso de Humphrey.

A principal característica das eleições de 2004 foi a determinação de uma larga parcela da sociedade em substituir Bush por um candidato democrata viável. Nas vésperas das eleições, um comentarista da televisão previu que Kerry venceria, pois a raiva que tinham de Bush os partidários de Kerry era muito maior que o amor reservado dos partidários de Bush a seu candidato.

O fator central que contribuiu para as hos-

tilidades sob Bush foi a maneira com que ele levou os Estados Unidos a invadirem o Iraque – as mentiras e os erros de estratégia. Um segundo fator foi a hipocrisia de seus cortes fiscais, que beneficiou somente àqueles que ganhavam mais de US\$ 200 mil anuais. Também enfureceu suas propostas de lenta privatização da previdência social.

Outro foco de preocupação durante as eleições estava centrado na Suprema Corte – que ilegalmente concedeu a vitória para Bush em 2001 por cinco votos a quatro. Ocasionalmente um ou dois dos cinco magistrados vacilam em alguns aspectos políticos apresentados por Bush. Os mandatos da Suprema Corte podem durar uma vida inteira. Suas substituições acontecem geralmente por causa da idade e da saúde e por esses motivos vários dos magistrados talvez tenham de ser substituídos durante o mandato presidencial. O presidente pode substituir a Suprema Corte durante as férias da mesma e com a aprovação de dois terços do Senado.

E mais: em algumas circunstâncias o presidente pode promover mudanças na lei sem a aprovação do Senado, o que torna motivo de tensão, entre os progressistas, as conseqüências judiciais sob os direitos dos trabalhadores com a vitória de Bush.

O movimento trabalhista foi particularmente prejudicado com a continuidade dos direitos corporativos dos trabalhadores iniciado em 1947 com a notória lei antitrabalhista Taft-Hartley, revogando uma série de direitos, conquistados pelo forte e organizado movimento da década de 1930. Antes da passagem da lei Taft-Hartley, 35% da força de trabalho dos EUA estavam sindicalizados. Hoje, está reduzida a somente 8% no setor privado. A Taft-Hartley e sua subsequente legislação fincaram alguns obstáculos no caminho da negociação coletiva, atividade sindical em períodos de organização, e na luta grevista. Com isso, agora pode levar alguns anos para os sindicalizados que foram demitidos de forma ilegal poderem recuperar seus empregos. As corporações privadas têm admitido reuniões de trabalhadores como contraponto às reuniões organizadas pelos sindicatos. Contudo, no setor público, onde tais táticas podem ser condenadas, a sindicalização é de 35%. Sob a administração Bush, as corporações têm especulado com os fundos de pensão dos trabalhadores. Quando a corporação

declara bancarota, os trabalhadores frequentemente lutam para o dinheiro acumulado nos seus fundos de pensão não desaparecer. Para agravar esta situação de insegurança, Bush tem protegido em demasia a ofensiva dos sistemas de saúde privado, e de pensão, sob os sistemas securitários de caráter público.

Os sindicatos têm se oposto às políticas neoliberais que levam à perda de emprego no país e reinvestimentos direcionados ao exterior sob condições de superexploração. Trabalhadores desempregados procuram somente empregos disponíveis, cujos salários significam apenas uma parte do recebido em empregos anteriores. Sob a lei dos EUA, trabalhadores em horas-extras têm direito por tal a 150% sob o valor da hora normalmente trabalhada. Em 2003, a administração Bush propôs que os empregos de oito milhões de trabalhadores (incluindo cargos de chefia e professores) fossem classificados como "gerenciais", negando-lhes, assim, o direito a receberem pelas horas-extras trabalhadas. Bush atualmente propôs a reclassificação administrativa dos trabalhadores como líderes de turma mesmo que eles não cumpram nenhuma função desse tipo na empresa.

Estas são algumas surpresas que levaram os sindicatos a se mobilizarem como nunca para derrotar Bush nas eleições de 2004?

Sob esse pano de fundo, as primárias eleitorais tiveram início no começo de 2004. Sob o sistema norte-americano, para ter direito à escolha de delegados para a convenção que nomeará o candidato presidencial, cada partido deve receber previamente 5% dos votos em cada Estado. O Partido Democrata tinha as seguintes escolhas: o senador por Massachusetts John Kerry; Howard Dean, ex-governador de Vermont; e John Edward, senador pela Carolina do Norte. Howard Dean, concorrendo com um programa antiguerra e sem financiamento dos setores privados, era sustentado somente por seu partido. Fazendo uso sem precedentes da Internet,

seus correligionários colhiam fundos para sua campanha durante o início das primárias do partido. Sobre este ponto, durante as primárias do Partido Democrata a mídia televisiva controlada pelas corporações procurou utilizar em suas programações imagens desfavoráveis a respeito de Dean. O objetivo era exacerbar defeitos pessoais que ferem a dignidade de um presidente dos Estados Unidos. A imprensa notadamente privilegiou as campanhas de Kerry e Edwards, pois ambos votaram autorizando Bush a ocupar o Iraque. Na seqüência Kerry venceu as primárias enquanto Edwards foi escolhido para ocupar a vice-presidência de sua chapa.

Kerry, acompanhando o sentimento antiguerra inicialmente propalado pela campanha de Dean, moderou seu discurso favorável à guerra atacando a inadequada forma como Bush preparou a ocupação e o não-apoio da União Européia. Esta distensão de Kerry certamente inflou Bush a acusar Kerry de ambíguo e indeciso com relação à questão da Guerra do Iraque.

Kerry obteve uma distinta vantagem entre os eleitores norte-americanos em questões econômicas domésticas. A organização central do trabalho, AFL-CIO, que apóia invariavelmente o Partido Democrata nas bases empenhadas em apoiar suas questões, obteve para o senador Kerry o recorde de 91% de votações em concordância com as suas recomendações em legislação e 100% para o ano 2004. Essa avaliação para Edwards, que veio de uma família pró-união da classe trabalhadora, foi de 96%, pelo mandato de 2003 dos votos do Senado.

As forças antiimperialistas, incluindo o Partido Comunista (CPUSA), apoiaram Kerry, pelo fato de ele ser "menos ruim" que Bush. Entretanto, nas questões domésticas mais importantes, estas mesmas forças apoiaram entusiasmadamente as posições de Kerry.

Kerry desenhou seu quadro de apoio com o surgimento dos mínimos custos, estendendo os serviços de saúde para mais de um terço da população norte-

As forças antiimperialistas, incluindo o Partido Comunista (CPUSA), apoiaram Kerry, pelo fato de ele ser "menos ruim" que Bush.

americana sem seguro de saúde; com a proteção do Meio Ambiente; com o retrocedimento dos cortes de impostos de Bush para pessoas que ganham menos de US\$ 200 mil por ano; com o fim do cancelamento – feito por Bush – das pesquisas com células-tronco; e com seu apoio, apesar de ser um católico, ao direito das mulheres ao aborto.

A coalizão nacional antiguerra Unidos pela Paz e Justiça, na qual o Partido Comunista exerce uma liderança (mas não a liderança principal), organizou manifestações anti-Bush, reunindo meio milhão de pessoas em Nova Iorque para protestar contra a guerra no Iraque. O movimento dos trabalhadores mobilizou suas forças em uma escala sem precedentes para trabalhar contra a reeleição de Bush. Numerosos jovens foram atraídos para essa campanha. Particular atenção foi prestada em conquistar o voto em distritos que votam pesadamente no Partido Democrata. Eu moro em um distrito onde cartazes pró-Kerry superam em número os pró-Bush em oito para um. Ao longo da campanha, algumas vezes partidários de Kerry bateram em minha porta para garantir que minha esposa e eu votássemos de fato.

A campanha eleitoral republicana virtualmente ignorou questões domésticas em focalizar quase totalmente o esplendor de Bush como grande comandante das forças armadas em um país em guerra. Bush repetidamente zombou das críticas de Kerry sobre a guerra depois de ele ter votado favoravelmente a ela.

Foi provavelmente providencial para Bush ter emergido em 2004 a questão do casamento de parceiros do mesmo sexo. O fato de a maioria das províncias canadenses reconhecer o direito a esse tipo de casamento estimulou uma campanha para que o mesmo ocorresse nos Estados Unidos. A Suprema Corte de Massachusetts decidiu em 2004 que as leis desse estado não empreendem tais casamentos. O prefeito de São Francisco outorgou esse direito a seus cidadãos até ser invalidado pela Corte da Califórnia. Bush, cujo fundamentalismo religioso já o colocou contra o aborto, a pesquisa com células-tronco e os direitos dos gays em geral, propôs uma emenda constitucional para proibir tais casamentos. Kerry, apesar de ser pessoalmente contra esse tipo de união, tomou posição de que tal

matéria deveria ser decidida pelos estados individualmente – como tradicionalmente tem sido –, e não pelo governo federal. Os membros democratas do congresso, com o apoio de alguns Republicanos, foram bem sucedidos no bloqueio do início dos procedimentos para a emenda da Constituição. A Direita religiosa, os “Cristãos Renascidos” (Bush é um deles) – numerosos em regiões onde a indústria é incipiente –, transformaram esta questão em forte apelo emocional. Organizou uma das suas forças em apoio a Bush. Para implementar seu apoio, ela teve êxito em colocar a questão da anulação do casamento entre pessoas do mesmo sexo nas cédulas de votação de novembro em onze estados, onde em cada um deles o banimento foi aprovado de forma avassaladora.

Sob o ponto de vista do Partido Comunista, este assunto seria resolvido melhor com a transferência dos direitos e obrigações legais dos casamentos civis para uniões civis, estendendo a qualificação dessas uniões a parceiros do mesmo sexo, e deixando o casamento como uma cerimônia religiosa para aqueles que o desejam.

Como antecipado pelas pesquisas pré-eleitorais, foi um resultado perto de ser contestado. Quase à 1 hora da madrugada, a vitória dependia dos resultados do estado de Ohio – que, finalmente, foram favoráveis a Bush, com 51% contra 49% para Kerry. Em termos de voto popular nacional, essa performance fez com que 1% fosse ao candidato independente Ralph Nader, um notório defensor de produtos com controle de qualidade. Apesar de Nader tender à esquerda, sua campanha foi parcialmente financiada por apoiadores do Partido Republicano para reduzir votos de Kerry. (Em 2000, Nader tomou para si votos suficientes do Partido Democrata para assegurar a eleição de Bush).

O principal fator que contribuiu para a vitória de Bush foi o desejo nacionalista do público de vitória do exército norte-americano na guerra do Iraque (apesar da sua impopularidade inicial). Tal sentimento superou a insatisfação com as políticas domésticas de Bush. Um outro fator importante foi o esforço das forças de Bush de energizarem o direito religioso – como nunca antes – em torno das questões do casamento homossexual e do aborto.

Mesmo pensando que os interesses da maioria da população influenciada por esses fatores redundassem em contradição direta com a agenda doméstica de Bush, ele foi capaz de obscurecer muitos deles em favor de seus próprios interesses eleitorais. Essa estratégia recorrente, aplicada continuamente pelas democracias parlamentares burguesas do mundo capitalista, foi bem sucedida o suficiente apenas para influenciar decisivamente a eleição de Bush.

Um censo nacional sobre quem expressou apoio a Kerry ou a Bush, nas contagens de votos de como eles deixaram os locais de votação, fornece alguns pontos significantes de interesse. De cada 2 sindicalizados que votaram em Kerry, um votou para Bush, demonstrando que os trabalhadores sindicalizados representaram um quarto do eleitorado de Kerry. Eleitores de 18 a 29 anos de idade votaram 55 % contra e 44 % em favor de Kerry; aliás, a única faixa etária em que Kerry foi vencedor. Noventa por cento dos eleitores afro-americanos e 55% dos hispânicos votaram em Kerry. Sessenta e três por cento dos que nunca foram à igreja votaram em Kerry, enquanto apenas 35% dos que freqüentam a igreja em mais de uma vez por semana votaram nele (no meu estado, Minnesota, com um número relativamente baixo de religiosos fundamentalistas, os correspondentes são 80% e 27 %).

Assim como relatado no jornal do CPUSA, *People's Weekly World*, John Sweeney, presidente do AFL-CIO, esteve ao lado de outros sindicatos na grande coalizão anti-Bush – significando, concretamente, apenas um pouco mais que 55 milhões de votos para Kerry. Segundo Sweeney, essa batalha ficou distribuída em estados como Pennsylvania, Michigan e Winsconsin. Os sindicalistas bateram em mais de 6 milhões de portas e distribuíram mais de 32 milhões de folhetos em seus locais de trabalho e vizinhança. E, ainda: “Não importa quem esteja na Casa Branca em 21 de janeiro, nós vamos ter de tomar fôlego em relação ao momento, à tecnologia,

ao trabalho de base e começar imediatamente a construir um movimento para virar este país”. Sweeney concluiu: “Nós não podemos deixar as políticas dos últimos quatro anos perdurarem; e não deixaremos”.

Para o diretor político da AFL-CIO, Karen Ackerman, os trabalhadores unificados são apenas algo como 13% da força de trabalho (combinando os setores privado e público), já 27% dos eleitores se identificaram como trabalhadores unificados ou membros de famílias de união.

Na sua edição pós-eleitoral de 6 de novembro, a *People's Weekly World* escreveu: “Simultaneamente aos resultados que foram um retrocesso, um movimento eleitoral progressista está nascendo, tendo o movimento dos trabalhadores como espinha dorsal. Isso abarca mulheres, afro-americanos, a juventude, latinos, ambientalistas, americanos nativos, grupos de direitos civis, asiáticos, árabe-

americanos, terceira idade, religiosos, ativistas de internet, artistas e eleitores de primeiro voto. Eles estão juntos para trazer nosso país de volta do poderio de um pequeno grupo de extrema-direita. Esse novo e enraizado movimento realizou um trabalho heróico. Ele não pôde vencer ainda o medo, racismo, sexismo, homofobia, terrorismo e poder corporativo de manipuladores grupos de extrema-direita, que influenciaram um número significativo de pessoas”.

O espírito anticapitalista está espreado entre os jovens eleitores que se uniram em apoio a Kerry. A tarefa dos comunistas para o período que está chegando é transformar essa raiva anticapitalista em consciência socialista.

Erwin Marquitt é professor do instituto de Física da Universidade de Minnesota (EUA) e editor da revista marxista Nature, Society and Thought (“Natureza, Sociedade e Pensamento”). Traduzido por Elias Jabbour e Pedro Mezgravis, mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP.

O espírito anticapitalista está espreado entre os jovens eleitores que se uniram em apoio a Kerry. A tarefa dos comunistas para o período que está chegando é transformar essa raiva anticapitalista em consciência socialista.

Participação política e Estado nacional em tempos de Fórum Social Mundial



**Somente a ampla união entre movimentos, partidos
e governos progressistas, respeitando-se as
realidades e necessidades de cada povo, poderá
fazer frente à globalização neoliberal**

ANA MARIA PRESTES

A chegada de mais um Fórum Social Mundial traz à tona o debate sobre a atualidade da luta antiimperialista e o seu papel frente à globalização neoliberal, que se expande e se torna cada vez mais complexa. Muitos aspectos relacionados ao processo de globalização poderiam ser analisados ao refletirmos sobre a quinta edição do Fórum. Chama a atenção, no entanto, a polêmica sobre o papel do Estado nacional e as novas formas de participação política. Estes temas ganham ainda mais relevância nas circunstâncias em que se realizará o V Fórum Social Mundial, em janeiro de 2005. O mundo assistirá à posse do segundo mandato do governo Bush, principal alvo dos movimentos antiglobalização nos últimos anos. A emblemática cidade de Porto Alegre, que tanto atraiu durante as primeiras edições do encontro mundial dos movimentos sociais, já não estará mais sob a direção do PT. O governo Lula estará caminhando para a segunda metade de seu mandato e a expectativa de sua participação no evento provoca, no lugar da quase unanimidade dos aplausos, de dois anos atrás, a esperança renovada dos que continuam a apoiá-lo, a crítica dos que foram assaltados por dúvidas e, também, a frustração dos que, precocemente, desistiram.

As primeiras quatro edições do Fórum Social Mundial, com sede em Porto Alegre (Brasil, 2001 a 2003) e em Mumbai (Índia, 2004), se caracterizaram por catalisar as lutas populares e sociais em curso no mundo e difundir os consensos atingidos pelo movimento social global. Deste modo, segundo teóricos como Boaventura Santos⁽¹⁾, a participação política, antes restrita ao território nacional, passa a ser exercida de forma bastante ativa em um território global. Correspondendo a uma dinâmica própria da globalização neoliberal que, ao transferir poder decisório para organismos internacionais, ge-

ra um “déficit democrático” e cria uma crise do Estado Nacional.

Tal déficit democrático seria gerado por um distanciamento cada vez maior entre cidadão e fórum decisório. Segundo o cientista político David Held⁽²⁾, vivemos em um mundo em que deliberações de organismos como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) ou a União Européia vêm afetando não somente aos cidadãos envolvidos, mas também a outros. Por exemplo, a decisão de construção de uma Usina Nuclear em uma determinada fronteira, a instalação de uma base militar, a suspensão de ajuda alimentar a um certo país ou um embargo econômico. Qual é a base decisória? Quem participa? São questionamentos apresentados pelo autor e que vêm ganhando a atenção de vários pensadores da Ciência Política contemporânea.

Hardt e Negri⁽³⁾, autores do polêmico livro *Império*, responderiam a Held que as ONGs (Organizações Não-Governamentais) passariam a representar aqueles que não podem representar-se a si mesmos na pirâmide global. Para esses teóricos, a primeira demanda política de uma “multidão” de indivíduos

sem referência territorial seria a conquista da “cidadania global”, o que, para os autores, significa o direito geral de controle de seu próprio movimento. Ainda segundo esses pensadores, a luta de classes já ultrapassou o limite nacional; assim, no nível global o desenvolvimento do capitalismo estaria face a face com a multidão, sem Estados como mediadores, a própria luta de classes teria levado ao fim o Estado-nação e proposto a constituição do Império como local de análise e conflito.

De fato, a globalização neoliberal trouxe mudanças significativas. Esta etapa de expansão do imperialismo não pode ser analisada simplesmente como mais uma fase do desenvolvimento do capitalismo mundial. Como disse o geógrafo Milton Santos⁽⁴⁾, “não se pode dizer que a globalização seja semelhante às ondas anteriores, nem

A globalização neoliberal trouxe mudanças significativas. Esta etapa de expansão do imperialismo não pode ser analisada simploriamente como mais uma fase do desenvolvimento do capitalismo mundial.

mesmo uma continuação do que havia antes, exatamente porque as condições de sua realização mudaram radicalmente". No entanto, estamos longe de concordar com a idéia de uma indiscriminada massa de pessoas, identificada como povo global ou multidão, sendo sujeito de um movimento uníssono. Esse tipo de pensamento, que diz levianamente tomar emprestada a idéia de internacionalismo proletário, acaba por atribuir à movimentação de uma "turba" de migrantes o papel de inverter as relações sociais e de produção, sem encontrar, obviamente, as respostas para a forma em que se dará a consecução desse projeto político, elegendo a "cidadania global", de modo extremamente abstrato, como a primeira demanda política desta massa.

Ao contrário do que pensam os adeptos da idéia de um "Império", esse debate está estreitamente relacionado com a perspectiva do Estado-nacional frente aos fenômenos da globalização. Primeiramente, não podemos nos referir a todos os Estados como se estivéssemos falando de histórias, conjunturas e condições idênticas. Podemos eleger alguma das categorias de diferenciação usadas como, "norte X sul", "desenvolvidos X em desenvolvimento", "centro X periferia". O fundamental é que há diferenças brutais entre os Estados que estão no controle do capitalismo mundial e os que estão submetidos ou tentando se subverter. Sob esse aspecto, a globalização neoliberal configura um cenário em que os primeiros estão cada vez mais poderosos e os demais com cada vez menos soberanos. Nesse contexto a idéia de superação do "déficit democrático", proporcionado pela internacionalização dos fóruns decisórios, não parece próxima; muito menos a idéia de que isto se dará em um plano pós-nacional.

O Fórum Social Mundial está no centro dessa polêmica, que versa sobre a globalização neoliberal como geradora de uma crise do Estado Nacional e de significativas mudanças nas formas de participação política na atualidade. Vejamos se podemos extrair da análise sobre a realização e dinâmica dos Fóruns algo que nos ajude a compreender um pouco mais a polêmica apontada.

Cada uma das edições do Fórum representou a síntese do movimento social mundial naquele momento histórico. Assim, a primeira delas refletiu a

conjunção dos êxitos de Seattle (protestos contra a reunião da OMC)⁽⁵⁾, o fortalecimento da esquerda na América Latina e a emblemática administração democrática e popular de Porto Alegre. Já a segunda, foi marcada por uma resposta dos movimentos sociais à ofensiva bélica da administração Bush pós-ataques do 11 de setembro. Os desdobramentos da crise argentina, que projetou os "piqueteiros" para o mundo, também exerceram significativa influência sobre o segundo Fórum. O encontro de 2003 foi marcado pela chegada de Lula à presidência do Brasil, simbolizando a possibilidade de concretização de vários temas debatidos nos fóruns e a nacionalização de conquistas democráticas e populares locais. Mas, foi principalmente o esforço conjunto na luta pela paz e contra a guerra que deu o tom à terceira edição. A decisão pela realização de um protesto simultâneo contra a instalação da guerra no Iraque, no dia 15 de fevereiro (2003), foi a grande vitória do encontro.

A quarta foi realizada em Mumbai, na Índia. Foi o primeiro grande teste da real "globalização" do Fórum Social Mundial. O êxito da transferência de local geográfico foi fundamental para sua mundialização e para evitar que o "diálogo global" ficasse restrito ao eixo América-Europa. O FSM da Índia foi um verdadeiro choque de realidade e de mudanças paradigmáticas na condução do Fórum. Pois, ao contrário dos encontros de Porto Alegre, em Mumbai houve participação popular ativa, diversidade estampada e diferenças culturais concretas na constituição de consensos. Mudanças paradigmáticas porque a dinâmica do movimento popular e social indiano foi preponderante na construção do Fórum. Os comunistas, muito organizados e expressivos na Índia, tiveram um papel fundamental na construção da sua pauta, mais condizente com a dura e real luta de classes mundial. Deste modo, o Fórum indiano sintetizou a dura realidade local, de pobreza e separação por castas, a diversidade e combatividade do movimento progressista da região e o fortalecimento da luta antiimperialista e pela paz mundial.

Os sucessivos encontros mundiais dos movimentos sociais sintetizados nos FSM apontam para uma qualificação da participação política no nível global. O pensador português e ativo participante do

Fórum, Boaventura Santos, interpreta essa emergência de encontros, manifestações e constituição de consensos globais, como a materialização de uma “globalização contra-hegemônica”. Para ele, esse diálogo global é o sinal de que uma globalização alternativa está em curso e se expressa através de um consenso difundido pela opinião pública mundial e de milhares de organizações sociais na luta contra as disparidades impostas pelo sistema em curso. Isto estaria demonstrado através de atividades realizadas durante as edições do Fórum, entre organizações locais que passam a formar redes transnacionais. O diálogo entre essas duas “globalizações” seria, portanto, inadiável, pulsando na tensão entre a “globalização hegemônica” e a “globalização vinda de baixo”. Restando, por resolver, a necessidade de mais organização, atuação e objetivos claros para a “globalização contra-hegemônica”.

É verdade que mudanças significativas vêm ocorrendo nas formas de participação política em vários países do mundo. Tais mudanças expressam uma sintonia maior com problemas globais que dizem respeito a todas as nações do planeta. Os encontros mundiais têm influenciado nas ações locais, nacionais e regionais de diversas organizações e entidades, formando redes de atuação em todo o planeta. As práticas de solidariedade internacional encontram um ambiente propício para se desenvolver. Os organismos multilaterais e internacionais apresentam mais dificuldades para aprovação e implantação de medidas polêmicas. No entanto, parece extremamente otimista e idealista conceber tais desdobramentos como propulsores de uma dada globalização contra-hegemônica. Aqui, volta à tona o tema do Estado Nacional.

Vejamos, como exemplo, o caso da guerra do Iraque. Ele é emblemático para demonstrar a falsidade da chegada da “era pós-nacional”. Tanto o segundo quanto o terceiro Fórum expressaram iniciativas de luta contra a guerra e pela paz. O principal feito do

FSM-2003 foi a mobilização e a organização do maior protesto simultâneo da história da humanidade. Gigantescas manifestações tomaram as ruas da Inglaterra, Espanha, Itália – países que apoiavam a deflagração da guerra. As mobilizações pacifistas foram fundamentais para constranger a administração Bush e seus aliados. No entanto, nem os protestos e nem a ONU⁽⁶⁾ foram capazes de impedir o mais forte Estado-nacional da nossa era de deflagrar a guerra.

Outro exemplo é o caso Argentina e a reação surgida após o colapso econômico-político de dezembro de 2001, em que as movimentações populares derrotaram todas as previsões. As concentrações gigantescas, os “cacerolazos” (panelaços), os bloqueios de estradas, as grandes marchas, assembléias de bairro foram expressão de uma fase de acumulação política e social de grande riqueza. Porém não se deu uma ruptura, o povo dizia querer uma democracia real e não a existente. Como se fosse possível constituir um novo Estado; uma nova democracia; e um novo poder sem que os atuais sejam alterados. Por mais combativas que fossem as assembléias populares, não apresentavam uma alternativa de poder. As atividades aconteciam para marcar novos protestos e assembléias, en-

quanto isso a política neoliberal se renovava, com pequenas alterações nos diversos governantes que entraram e saíram antes do processo eleitoral de 2003.

Freqüentemente o discurso de expoentes do movimento antiglobalização, como Naomi Klein ou comandante Marcos, apresenta a defesa de uma democratização radical do Estado e uma simultânea abdicação da luta política nacional. Como se aceitassem algo que eles próprios combatem, ou seja, a submissão do Estado Nacional à dinâmica política global imposta pelo imperialismo nas últimas décadas. Talvez isso faça parte de um processo de autoafirmação – o que pode ser percebido no tratamento que tais movimentos dão à sua própria identidade,

O principal feito do FSM-2003 foi a mobilização e a organização do maior protesto simultâneo da história da humanidade. Gigantescas manifestações tomaram as ruas.

não perdendo uma oportunidade de se definirem como novos e diferentes em relação à política tradicional e se colocarem como fundadores e guardiões de suas próprias tradições e experiências sociais. Isso explica, em parte, a tensão entre esses movimentos e os partidos políticos revolucionários, rotulados pelos primeiros como centralizadores, vanguardistas e manipuladores.

Uma globalização contra-hegemônica não se faz apenas de diálogos, protestos e redes transnacionais de experiências locais. É preciso aliar esses esforços às dinâmicas nacionais de disputa real pelo poder político e econômico – para que se possa projetar nações soberanas a um patamar de real disputa internacional pela hegemonia.

Essas questões parecem começar a preocupar os organizadores do V Fórum Social Mundial. Recentemente foi demonstrada elevada preocupação quanto à participação dos governos anfitriões durante o próximo encontro. É interessante notar intelectuais e organizadores históricos do Fórum, que sempre buscaram colocá-lo como algo acima da política – a partidária principalmente –, ou que tentavam buscar uma nova qualificação para um tipo “novo de partido”, agora tão preocupados com os efeitos da disputa partidária no município, no estado e no país em que se dará o encontro.

A repentina ansiedade dos organizadores quanto à participação dos governos anfitriões remete a pelo menos duas conclusões. A primeira, de que “Porto Alegre” e Lula eram atrativos em um passado recente, portanto, ajudavam na mobilização e realização do Fórum e, agora, já não são mais – o que parece

extremamente conveniente e equivocado por parte dos que aventam tais idéias. A eleição de Lula e as conquistas do povo de Porto Alegre deveriam ser motivo de orgulho para participantes e organizadores do Fórum que contribuíram com a construção desse projeto.

A segunda, de que os movimentos antiglobalização e os organizadores do FSM não estão alheios às disputas pelos governos, o que é bastante positivo. Afinal, somente uma reunião de esforços entre movimentos, partidos e governos progressistas, articulados em um amplo espectro global, respeitando as realidades e necessidades de cada povo, poderá fazer frente à globalização neoliberal em curso.

A despeito de tais preocupações, o Fórum vai sendo consolidado como um espaço importante de catalisação e divulgação das lutas em curso. Dentro da diversidade característica de cada evento, tem sido possível atingir alguns consensos importantes, como a luta contra a Alca e as mobilizações pela PAZ. Portanto, mesmo sob condições aparentemente adversas, a marca do 5º FSM será a esperança renovada nas lutas populares e sociais que se multiplicam; nas vitórias consolidadas, como a de Chávez na Venezuela; nas vitórias recém-conquistadas, como a de Tabaré Vasques no Uruguai; e, principalmente, na solidariedade aos povos ameaçados do Iraque e da Palestina.

Ana Maria Prestes é mestranda em ciências sociais pela UFMG e diretora da União da Juventude Socialista (UJS).

Notas

- (1) SANTOS, B. S. “Os processos da globalização”. In: SANTOS, B. S. (ORG.) *Globalização – fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 2001, pp. 31-105.
- (2) HELD, D. *Democracy and the global order*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- (3) HARDT, M. & NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- (4) SANTOS, M. *A transição em marcha*. In: Biblioteca de Alternativas, Site Oficial do Fórum Social Mundial (www.forumsocialmundial.org.br), São Paulo, 2002.
- (5) Organização Mundial do Comércio.
- (6) Organização das Nações Unidas.

Lutar pela causa palestina é a melhor forma de homenagear Arafat

Ele não poupou demonstrações de carinho pela solidariedade que o povo brasileiro tem prestado à causa palestina

JAMIL MURAD

Estive com Iasser Arafat em abril deste ano quando visitei em missão oficial, com um grupo de deputados federais, os territórios palestinos ocupados. Tive oportunidade de encontrá-lo por

duas vezes: uma no dia seguinte ao enterro de Abdul Aziz Rantissi, líder do Hamas assassinado pelo Exército israelense; e outra, no encontro oficial, quando a delegação parlamentar brasileira foi recebida pelo presidente da Autoridade Palestina.

Na ocasião, Arafat não poupou demonstrações de carinho e agradecimento pela solidariedade que o povo brasileiro tem prestado à causa palestina: beijou nossa bandeira e emocionou-se ao encontrar-se com nossa delegação.

Foi um encontro recheado de emoção, mas também serviu para nos colocar frente a frente com a dura realidade palestina. Em nossa reunião, o presidente

Arafat com a delegação brasileira.



Arafat denunciou o mal que o chamado Muro do Apartheid, construído pelo governo israelense, e condenado pela comunidade internacional, tem feito ao povo palestino e ao processo de paz.

Arafat nos contou que 64% das oliveiras, a partir das quais é produzido o azeite de oliva, foram derrubados para construir o muro e áreas ricas em água foram subtraídas do território palestino – trazendo conseqüências funestas e irreparáveis para a economia local.

A dura situação do povo pode ser relacionada com a forma em que o líder palestino foi obrigado a viver os seus últimos dias: desde novembro de 2001 Arafat estava confinado na Muqata, como é chamado o seu escritório em Ramallah.

O que era um quartel general ficou reduzido a dois prédios, onde ficam seus seguranças e assessores. Arafat recebe todas as visitas em uma mesma sala – no terceiro andar do prédio –, na qual todas as janelas estão lacradas com placas de metal.

Nos outros andares, sacos de areia formam barricadas nas janelas com pequenas frestas suficientes apenas para o cano de uma arma, para permitir alguma reação em um eventual novo cerco. O esquema de segurança, embora precário, é absolutamente necessário: Arafat foi apontado abertamente como alvo de assassinatos seletivos por parte de Israel, que não negociava com ele, nem o reconhecia como o autêntico líder que era.

Hoje, a vontade do governo israelense de ver o líder palestino morto, infelizmente, se concretizou – ainda que de outra forma, pelo seu debilitado estado de saúde que, tenho certeza, foi agravado pela prisão domiciliar a que o governo de Israel submeteu Arafat.

Quero aqui prestar minha homenagem ao líder maior e incontestável da causa palestina, que abandonou sua carreira de engenheiro e empresário para dedicar-se à causa de seu povo – fundando o movimento nacionalista Al Fatah que, posteriormente, se transformou na maior força da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Com a liderança de Arafat, a OLP tornou-se um movimento que, por agir com plataforma política e democrática, ganhou apoio e reconhecimento da maior parte dos países do mundo. O comandante da OLP foi recebido e apoiado pelos maiores líderes

mundiais e ombreou-se com estadistas históricos, como Nelson Mandela e Fidel Castro. Arafat foi guerrilheiro por um longo tempo e líder sincero e perseverante em defesa da paz – o que lhe rendeu o Prêmio Nobel em 1993.

Em minha opinião, a principal marca da personalidade de Arafat foi ter, ao mesmo tempo, flexibilidade e firmeza para enfrentar situações extremamente adversas sem nunca perder seu objetivo maior: a criação do Estado Palestino Independente para dar uma pátria a seu heróico povo.

Ao lado da tristeza pela perda deste verdadeiro herói na luta pela paz, sinto um enorme orgulho em estar ao seu lado nesta trincheira. E reitero a necessidade de a comunidade internacional barrar imediatamente o verdadeiro genocídio que acontece hoje naquela região, com constantes ataques aéreos e terrestres por parte do Estado israelense contra civis palestinos. Para isto é preciso que a Organização das Nações Unidas envie imediatamente tropas de separação para a região; que a comunidade internacional repudie de forma ainda mais intensa a construção do Muro do Apartheid e exija sua imediata demolição; que sejam libertados os presos políticos palestinos e desocupados imediatamente os territórios palestinos invadidos por Israel a partir de 1967; que seja garantido o direito de repatriamento dos que foram forçados a viver no exterior; e que Jerusalém Oriental seja a capital do Estado Palestino Independente.

Estes eram os desejos e reivindicações do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Arafat. Alguns deles explicitados, inclusive, na carta que tive a honra de receber dele no final de agosto. Lutar por eles de forma incansável é a melhor forma de homenagear este sofrido povo e seu líder maior, Iasser Arafat, conquistando a almejada paz que beneficiará não só palestinos e israelenses, mas toda a humanidade.

Jamil Murad é médico, deputado federal pelo PCdoB/SP e secretário-geral da Liga Parlamentar Árabe-Brasileira. Chefiou a Delegação Parlamentar Oficial que visitou os territórios palestinos ocupados, em abril de 2004.

Iasser Arafat: morre o líder, permanece a causa

ADALBERTO MONTEIRO

Depois de mais de meio século de dedicação à causa palestina, morreu aos 75 anos, Iasser Arafat. Ele liderou e simbolizou, nas últimas quatro décadas, a jornada de seu povo pela criação de um Estado Palestino livre e soberano. As homenagens póstumas a ele prestadas por chefes de Estado, por representações diplomáticas de países de todos os continentes, as mensagens de condolências de forças políticas progressistas de todas as partes do mundo, a reação de grande pesar nos países árabes e a comoção do povo palestino diante de seu desaparecimento evidenciam a importância do seu legado.

Em 1974, num debate sobre a questão do Oriente Médio na Assembléia das Nações Unidas, ele pronunciou uma oração que bem sintetiza não apenas o que foi sua vida, mas o quem tem sido a saga de seu povo. "Trago um ramo de oliveira e a arma dos lutadores pela liberdade. Não deixem o ramo de oliveira cair de minhas mãos". A paz como bandeira, como aspiração e programa, e a resistência, como caminho único que restou para conquistá-la.

A resistência em prol da paz e da conquista do Estado Palestino, sob a liderança de Arafat, se deu de formas diversas. A luta armada: fuzis e pedras, guerrilheiros e meninos, a enfrentarem a poderosa máquina de guerra de Israel, montada e apoiada pelo imperialismo norte-americano; a ação diplomática intensa, flexível e hábil sempre em busca de aliados, capaz de angariar simpatia e apoio em toda parte e almejando, sempre, evitar o isolamento a que o inimigo sempre pretendeu jogar a causa palestina; a organização, conscientização e a mobilização do povo na Palestina ocupada ou em qualquer parte para onde o desterro o levou.

E para liderar esta resistência multifacética contra uma força tão poderosa, Iasser Arafat e seus companheiros, desde cedo, compreenderam que uma missão desse porte somente seria possível se fosse

empreendida por uma organização que unificasse e liderasse todas as forças políticas palestinas.

Com esse objetivo, em 1964 foi criada a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) que, desde então, assumiu o comando do conjunto da luta. Arafat já em 1958 era um dos fundadores da Al Fatah, uma forte organização guerrilheira e, em 1969, passa a ser o líder mais destacado da OLP.

Ao lado da heróica resistência armada empreendida pela OLP contra o massacre de seu povo, Arafat foi um sincero defensor da paz tanto para seus compatriotas quanto para seus contendores. Tanto isso é verdade que, em 1994, Arafat dividiu o Prêmio Nobel da Paz com o então primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, pelos acordos de Oslo, de 1993.

O governo de Israel, chefiado pelo criminoso de guerra Ariel Sharon, desde dezembro de 2001, confinou Arafat em seu quartel-general, em Ramallah, conhecido como Muqata. Esta circunstância – praticamente prisioneiro em seu escritório de trabalho nos últimos três anos –, com certeza, agravou seu estado de saúde, que havia se debilitado nos últimos meses.

Este final de sua vida, acossado – na prática – prisioneiro, retrata a feroz caçada de que foi vítima ao longo de sua atuação. Mil vezes os serviços da polícia secreta de Israel, dos Estados Unidos, maquinaram sua eliminação.

Dessa maneira, pode-se dizer que Arafat, ao escapar das mil mortes tramadas, teve muitas vidas; e todas elas ele dedicou à causa da paz, da autodeterminação dos povos e do direito de seu povo de retomar a terra usurpada e de constituir um Estado livre e soberano.

Morreu o líder, permanece a causa. Honrar sua memória é dar continuidade à luta pelo seu triunfo.

Adalberto Monteiro é editor de Princípios e diretor do Instituto Maurício Grabois.

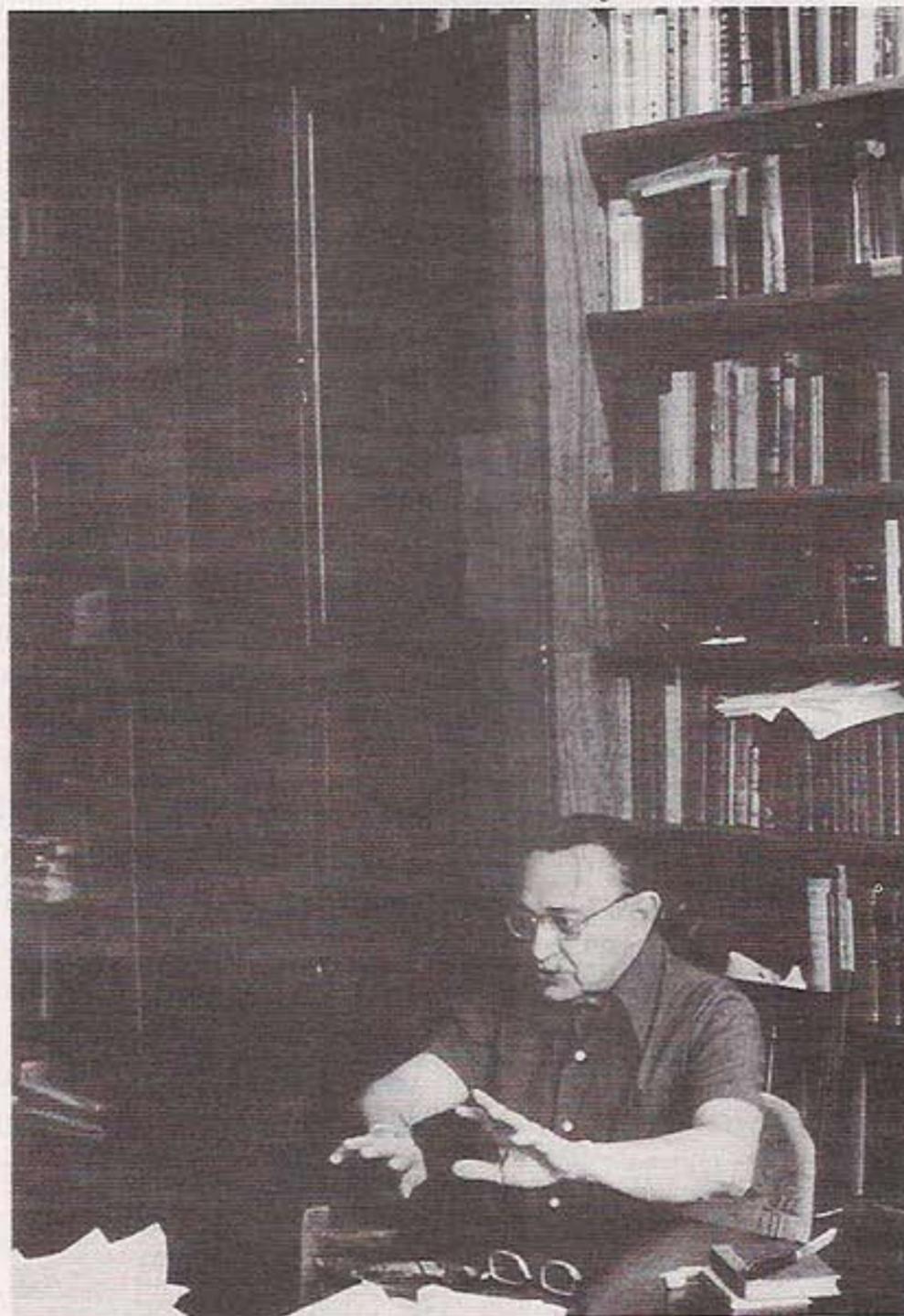
Ignácio Rangel e a crise brasileira

Rangel em sua biblioteca.

As idéias originais
do economista
marxista maranhense
Ignácio Rangel
são um importante
instrumental teórico
para se entender o
Brasil atual

*JOSÉ ESPÍNDOLA E
JOSÉ MESSIAS BASTOS*

A crise da economia brasileira, iniciada nos anos de 1980, fez emergir no cenário econômico-político idéias-força que procuravam explicar a crise a partir do plano interno pelo esgotamento do



modelo substituidor de importações e do plano externo em decorrência da crise do petróleo. O receituário foi a aplicação de planos econômicos (Cruzado, Bresser e Verão) que objetivavam o combate à inflação, a estabilidade econômica e a competitividade. Em nome desse tripé, assistiu-se, nos anos de 1990, ao fim da liquidez da economia, à abertura indiscriminada (Plano Collor), à sobrevalorização cambial e às privatizações (Plano Real).

Esses equívocos decorrem da falta de uma análise consistente do processo de desenvolvimento econômico, político e social do Brasil. Sobretudo, pelo negligenciamento, por parte da intelectualidade e de líderes políticos, das idéias expostas pelos grandes analistas do desenvolvimento brasileiro. Dentre eles destaca-se Ignácio Rangel. Assim, este artigo procura demonstrar como a teoria da dualidade brasileira de Rangel pode ser útil não só para fazer um diagnóstico preciso sobre a presente crise, mas também para apontar com precisão as possíveis soluções.

Militante comunista e homem de Estado

Ignácio de Mourão Rangel nasceu em Mirador, no estado do Maranhão, em 20 de fevereiro de 1914. Desde cedo, dedicou-se aos estudos visando seguir a carreira de seu avô e seu pai (Juizes de Direito). No início dos anos de 1930, a partir das leituras de Marx e Engels, aproxima-se do Partido Comunista do Brasil (PCB). O espírito de luta conferido por seu pai, avós e tios o leva a participar, com apenas 16 anos, da “Revolução de 1930” e em seguida a inserir-se ativamente na tentativa de tomada do poder em 1935, pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Com a derrota da ALN, Rangel é preso em São Luís e enviado ao Rio de Janeiro. Atrás das grades, dedica-se a estudar as causas da derrota e também a perceber que a industrialização

brasileira avançava sem reforma agrária. Assim, ele “esboçou, nos anos de cárcere, um esquema da dualidade da formação social brasileira, partindo e aprofundando a idéia da Internacional Comunista de que a revolução nos países coloniais e semi-

coloniais tinha duas faces, uma antiimperialista e outra anti-feudal” (MAMIGONIAN, 1997, p. 136).

Libertado em 1937, retorna a São Luís, onde retoma os estudos de Direito e passa a trabalhar na Indústria Martins Irmãos e Cia. No início de 1945, livra-se do domicílio coacto em São Luís e dirige-se ao Rio de Janeiro, onde se especializa na tradução de romances policiais e passa a militar no PCB, na Célula Theodore Dreiser, com Graciliano Ramos, Gilberto Paim e

outros intelectuais. No interior da Célula, Rangel discordou das teses do PCB, segundo as quais a reforma agrária era indispensável à industrialização brasileira, provocando posteriormente sua saída do partido.

Em 1950, com apoio de Rômulo de Almeida, é indicado para trabalhar na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e “em 1952, dada a qualidade de seu trabalho e o interesse despertado pelos inúmeros artigos publicados por Rangel a partir de 1947, seu nome foi sugerido por Rômulo de Almeida ao então presidente Vargas, que o convida para a sua Assessoria (...). Nessa assessoria, entre as inúmeras tarefas, colabora na elaboração do Projeto da Petrobras e da Eletrobrás” (BRESSER PEREIRA; REGO, 1998, p. 16).

Após redigir sua tese da dualidade, em 1954, Rangel vai a Santiago do Chile realizar um curso de pós-graduação na CEPAL. Um ano depois ingressa no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e coordena o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Diante dessas experiências, é convidado, em 1964, por João Goulart, para ser ministro. Segundo Rangel (1985, p. 09), “no dia 20 de fevereiro de 1964 – 40 dias antes do Golpe de Estado (...) – o Presidente João Goulart fez-me chamar à sua

Algumas de suas idéias fundamentais são: a dualidade básica da economia brasileira; o papel dos ciclos longos; o papel dos ciclos breves; e capacidade ociosa.

presença no Palácio das Laranjeiras. Achava que já era tempo que eu assumisse maior responsabilidade no governo (...), deixava-me a vontade para escolher entre o Ministério Extraordinário do Planejamento e a Superintendência da Moeda e do Crédito: a poderosa SUMOC, atual Banco Central. Eu agradei efusivamente a lembrança de meu nome". Ademais, ele negou-se, afirmando que o corpo técnico da SUMOC era subordinado a Roberto Campos.

O Golpe Militar de 1964 e o debate que se seguiu chamaram a atenção para as idéias de Rangel, pois o estagnacionismo de Celso Furtado e a busca de bodes-expiatórios por Caio Prado Jr., demonstraram o esgotamento teórico de parte da esquerda. Assim, "após 1964 alguns cepalinos passaram a considerar a existência de Rangel, como foi o caso de muitos economistas, às vezes sem dar os devidos créditos e freqüentemente em misturas indigestas de idéias".

Em 1976, Rangel aposenta-se no BNDE, mas continua a dar consultoria ao banco até o final dos anos de 1980. Ainda no segundo lustro dos anos de 1970, intensifica-se o processo de reavaliação das importantes contribuições de Rangel para o pensamento econômico brasileiro (Bresser Pereira, Davidoff da Cruz, Mantega, Mamigonian, Bielchowski, entre outros). Tal processo se acelera na década de 1980, a partir de dissertações e teses sob a orientação de Armen Mamigonian.

A dualidade inerente à formação social brasileira

A contribuição do pensamento de Ignácio Rangel à interpretação da realidade brasileira é muito vasta e rica, mas se pode destacar algumas de

suas idéias fundamentais: 1) a dualidade básica da economia brasileira; 2) o papel dos ciclos longos ou Kondratieffs; 3) o papel dos ciclos breves ou Juglar; 4) capacidade ociosa e pontos de estrangulamentos na economia (MAMIGONIAN, 1987).

Ignácio Rangel, em sua análise marxista radical da sociedade brasileira, cria um conceito singular de dualidade – inteiramente distinto das definições mais comuns atribuídas ao termo (dois brasis de Lambert e a dualidade cepalina). "A novidade analítica da conceituação de Rangel reside na subdivisão do conceito marxista de relações de produção em relações internas e relações externas" (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 251). Essas relações na "concepção rangeliana" são denominadas de pólo interno e pólo externo. Cada pólo é composto por um lado interno e um lado externo.

A tese da dualidade brasileira demonstra o caráter dialético e original da compreensão do materialismo histórico, à medida que afirma que a seqüência da história universal – comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo – se reproduziria de forma distinta nos países de economia complementar ou periférica. Assim, a história do Brasil não retrata fielmente a história universal, especialmente a européia, porque nossa evolução não é autônoma, não é produto exclusivo de suas forças internas (RANGEL, 1981).

Rangel percebeu que os diferentes modos de produção (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo e capitalismo) podem coexistir num mesmo período e que há sempre dois deles unidos e representados por elites políticas e econômicas em torno de um pacto de poder interno. Ou seja, a "dinâmica histórica se distingue, portanto, dos casos clássicos porque os processos sociais, econômicos e

Dualidade básica da economia brasileira



pólo interno

pólo externo



lado interno
lado externo



lado interno
lado externo

políticos não decorrem apenas da interação entre desenvolvimento das forças produtivas e relação de produção interna ao país, mas também da evolução das relações que este mantém com as economias centrais" (REGO, 1997, p. 55-56).

Ele quis demonstrar que o desenvolvimento brasileiro é complementar ao externo, formando uma dualidade que sofre consecutivos processos de mudanças. As mudanças internas são muito mais aceleradas do que as externas, o que significa que o Brasil tem assimilado e ultrapassado os modos de produção clássicos muito mais rapidamente (em 500 anos) do que o mundo antigo (em torno de 4.000

anos), numa tentativa de alcançar o modo de produção mais dinâmico, atualmente o capitalismo financeiro, predominante no "centro do sistema". Conforme avançam os modos de produção internos vão ficando para trás rugosidades; por isso encontram-se várias relações sociais típicas de modos de produção passados, combinando-se, assim, ao longo do processo histórico brasileiro quatro grandes dualidades, abertas, sobretudo, na crise da economia mundial.

Portanto, para Rangel, "os modos de produção no Brasil são as dualidades". Isto é, não existe no Brasil modo de produção feudal, modo de produção

Quadro esquemático da teoria da dualidade básica da economia brasileira (pactos de poder) articulada com os ciclos de Kondratieff, conforme Ignácio Rangel

Ciclos de Kondratieff

Primeiro ciclo		Segundo ciclo		Terceiro ciclo		Quarto ciclo	
Fase "a" 1790-1815	Fase "b" 1815-1848	Fase "a" 1848-1873	Fase "b" 1873-1896	Fase "a" 1896-1921	Fase "b" 1921-1948	Fase "a" 1948-1973	Fase "b" 1973-?

Dualidade Básica da Economia Brasileira

<i>Sócios</i>	<i>Primeira dualidade 1822-1889</i>	<i>Segunda dualidade 1889-1930</i>	<i>Terceira dualidade 1930-?</i>	<i>Quarta dualidade (não concretizada)</i>
<i>Hegemônico politicamente</i>	<i>Latifúndio escravista - Relacionamento feudal com a Coroa - Sobretudo no nordeste brasileiro</i>	<i>Capital comercial</i>	<i>Latifúndios feudais - Sul, MG e sertão nordestino</i>	<i>Capital industrial</i>
<i>Dominante economicamente</i>	<i>Capital comercial - Import/export - Relacionava-se com o capitalismo industrial europeu</i>	<i>Latifundiários feudais - Cafeicultores - Dissidentes dos senhores de escravos</i>	<i>Latifúndios feudais - Dissidência dos comerciantes e pequenos produtores mercantis</i>	<i>Capital agrário</i>

escravista, modo de produção capitalista. Existem sim, as dualidades, ou seja, combinações de modos de produção e relações de produções.

A teoria da dualidade oferece ainda subsídios para a interpretação da composição das classes sociais ocupantes do Estado e as suas diretrizes no direcionamento dos regimes político e medidas político-institucionais. Assim, o Estado brasileiro é composto por duas delas: uma hegemônica politicamente e outra dominante economicamente. Os pactos de poder que se estabeleceram teriam a tarefa de garantir: 1) a perpetuação de certas relações de produção (sócio hegemônico politicamente); 2) o radical desmantelamento daquelas mais retrógradas e atrasadas e; 3) ao mesmo tempo promover o desenvolvimento das forças produtivas (sócio dominante economicamente) com efetiva capacidade de serem implantadas. O latifúndio, por exemplo, seria internamente feudal (da porteira para dentro) e externamente funcionava como uma empresa comercial (da porteira para fora), à medida que se insere no comércio internacional. Este mercado, por sua vez, pressiona constantemente aquele instituto para modificar suas relações internas (salário, por exemplo). Como demonstrado esquematicamente no quadro.

A dualidade, o governo Lula e as Parcerias Público-Privadas

Feitas essas considerações sobre a teoria da dualidade, pode-se perguntar: De que forma ela vislumbra o atual pacto de poder, esboçado no governo Lula? Para responder a tal questão é necessário um comentário sobre o pacto de 1930. Em 1930, o latifúndio feudal voltado para o mercado interno associa-se ao iniciante capitalismo industrial brasileiro e de forma planejada conduz o processo de substituições industriais de importações. Do ponto de vista político e econômico o pacto formado não mexeria na questão fundiária, mas estimularia o abastecimento do crescente mercado urbano.

Para os industriais, a reserva de mercado, promovida por Getúlio Vargas (instrução 70 da SUMOC e posteriormente a instrução 113), garantiu a formação de oligopólios industriais. Estes passaram gradativamente a competir no mercado

internacional com os países do centro do sistema capitalista. Como bem disse Barros de Castro (1985), "a economia brasileira caminhou em marcha forçada", ou seja, fruto da revolução de 1930.

O fim do governo militar e a conjuntura internacional obrigaram o Brasil, um dos maiores crescimentos da produção industrial no mundo, a novamente fazer um rearranjo do pacto de poder político. A quarta dualidade prenunciada por Rangel tenderia a se concretizar, desde que a burguesia industrial, agroindustrial e a classe trabalhadora urbana e rural viessem a buscar um objetivo comum, ou seja, a retomada do crescimento econômico aos patamares do Milagre (1968-73) e do II PND (1974-79).

Contudo, o que se viu foi um acovardamento por parte da burguesia industrial em lançar-se como classe hegemônica politicamente. Essa situação somou-se à incapacidade de setores da esquerda em propor medidas para a retomada do crescimento econômico (necessidade de combater a inflação supondo demanda superaquecida), juntamente com a reprimida demanda social (exigindo reforma agrária, não pagamento da dívida externa etc). O resultado foi, nos anos de 1990, dois governos que promoveram o desmantelamento do projeto nacional-desenvolvimentista.

Em termos conclusivos, pode-se afirmar que o atual governo não consegue constituir a quarta dualidade. Mas por quê?

Do ponto de vista político, a aliança de PT e PL com os demais partidos de esquerda foi fundamental, mas faltou uma coligação mais sólida com nacionalistas, como Itamar, Quéricia e com intelectuais, como Belluzzo.

Pelo lado econômico, o problema foi mais grave. Verifica-se, no governo, um grupo de lideranças políticas e empresariais defendendo o crescimento econômico (Lessa, Furlan, Rodrigues, Amorim, Pينهو Guimarães, Aldo Rebelo, entre outros) e um grupo, politicamente mais forte, representante de uma política macroeconômica que tem como meta manter o velho receituário de controle da inflação, visando à estabilidade econômica (Palocci e Meirelles). Ora, isso se constitui numa dualidade dentro do governo Lula, pois enquanto parte das classes produtivas e dos trabalhadores almeja a retomada

do crescimento econômico, parte do governo submete-se aos desígnios do FMI e do Banco Mundial.

Apesar dessa contradição dual, o governo Lula apresentou avanços consideráveis, como: 1) suspensão das privatizações; 2) política externa independente; e 3) comércio externo sob o controle do Estado e das empresas, promovendo acordos bilaterais (da forma como sugeriu Rangel há mais de 30 anos atrás); entre outros. É sobre essas contradições que a presente crise brasileira requer solução. *A priori*, segundo Rangel, ter-se-ia que partir do princípio de que o governo Lula administra um Estado falido e uma economia nacional com grande capacidade ociosa (produtiva e poupança) e nós de estrangulamentos. Ora, cabe ao dirigente ou ao pacto de poder um esforço concreto na resolução dos problemas via transferência de poupança potencial presente para áreas carentes de investimentos. É, pois, nesse sentido, que a proposta das Parcerias Público-Privadas (PPPs) constitui-se na chave-mestra para a retomada do crescimento econômico.

Mas como fazer?

Na visão de Rangel a concessão de serviços públicos à iniciativa privada nacional, sob o controle do Estado, deve ter como ponto de partida a criação de um novo aval, ou seja, o Estado assumindo a condição de "credor hipotecário" e também de poder concedente. Assim, bilhões de reais poderão ser emitidos e terão como lastro o patrimônio imobilizado

das empresas privadas. Essa possibilidade representaria, para a macroeconomia brasileira, um grande avanço e, para os trabalhadores, a construção de milhares de empregos, ou seja, se geraria, na economia nacional, um vigoroso "efeito multiplicador", tirando o país da presente crise. Ora, a saída da crise está no investimento de bilhões de reais em infra-estrutura, com a construção de milhares de quilômetros de estradas de ferro, centenas de quilômetros de linhas de metrô, milhares de quilômetros de duplicações de rodovias, milhares de quilômetros de construções de linhas de transmissão de energia, construções de hidrelétricas e termoeletricas, ampliação das redes de saneamento básico, reequipamento dos portos etc.

O resultado, portanto, levaria a uma nova fonte de riqueza, gerando recursos para sair do sufoco presente. Criando condições para renegociação da dívida interna e externa, a partir de uma rigorosa auditoria e praticando política pública ativa no setor de reforma agrária, financiamento das exportações, desenvolvimento científico e tecnológico.

Este programa não se implementará sem a mobilização de amplas forças da sociedade no sentido de mudar o rumo da atual política econômica.

Carlos José Espíndola e José Messias Bastos são professores-doutores do Departamento de Geociências da UFSC.

Bibliografia

- BIELCHOWSKI, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro – o ciclo ideológico desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988, p. 251.
- CASTRO, A. B. de & SOUZA, F. E. P. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MAMIGONIAN, Armen. "Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel". In: MAMIGONIAN, Armen (Org.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1997. p. 133-140.
- PEREIRA, Luiz Bresser Pereira; REGO, José Márcio. "Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel". In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Márcio (Orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 13-38.
- RANGEL, Ignácio. *Economia: milagre e antimilagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- RANGEL, Ignácio. "História da dualidade brasileira". *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 05-34, 1981.
- REGO, José Márcio. "Precursos da teoria da dependência". In: MAMIGONIAN, Armen (Org.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1997. p. 49-58.

Conhecimento, experiência e literatura

A experiência da leitura, quando bem orientada, pode iluminar o próximo passo

ANSELMO PESSOA NETO

É difícil para nós, depois de três revoluções da comunicação, imaginar o que foi o mundo sem a escrita. Pensemos em uma organização social em que qualquer forma de saber, experiência, informação somente poderia ser repassada de boca em boca. O mínimo de tempo que dedicássemos à questão, e se o nosso raciocínio fosse minimamente agudo, nos levaria à conclusão de que tudo – vida comunitária, hierarquia de poder, valores sociais, morais e culturais – se organizaria de forma absolutamente distinta. Por milênios e milênios toda experiência e conhecimento foram transmitidos de boca em boca.

O descendente mais antigo do homem, o *Homo sapiens*, teria habitado a terra há quarenta mil anos, o documento escrito mais antigo de que temos notí-

cia é de somente cinco mil anos atrás. Foram os sumérios, habitantes da Mesopotâmia, região onde hoje se localizam o Iraque e parte da Síria, os inventores do primeiro sistema de escrita: a escrita cuneiforme. Os egípcios inventaram o seu sistema mais ou menos 3000 mil anos a.C.; os chineses 1500 anos a.C.; os maias 50 anos d.C e os astecas 1400 d.C.

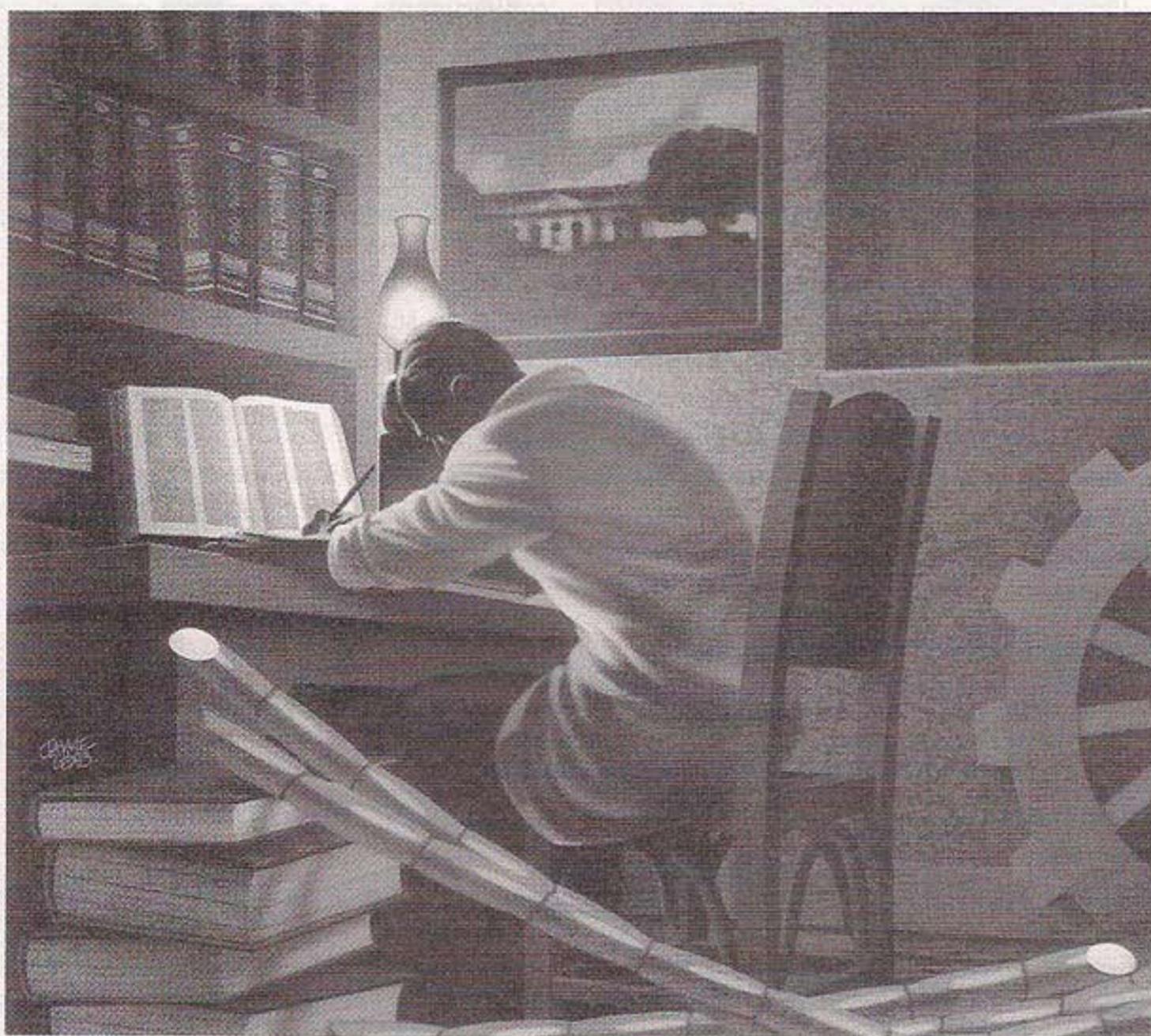
Com certeza qualquer dessas formas de escrita é o resultado de muitas tentativas, de avanços, recuos e saltos. De experiências acumuladas de modo precário, pois o que esses povos ancestrais tentavam criar era justamente a maneira de registrar perene-mente o conhecimento. A invenção da escrita representou a primeira grande revolução da comunicação.

Retomando, então, o mundo antes da mudança radical que representou a escrita, vejamos algumas de suas características.

Se, como já dissemos, tudo o que se sabia era repassado unicamente pela voz, podemos imaginar que uma das principais características dessas civilizações era a pouca velocidade – logicamente o referencial comparativo é a contemporaneidade. A notícia e a experiência andavam oralmente e a pé. Dos cinco sentidos, o mais importante era a audição, e não a visão, como hoje. O papel da memória era fundamental, tudo devia ser armazenado nela. Para facilitar a armazenagem do conhecimento, a informação tinha de ser trabalhada para que facilitasse o trabalho de memorização; para isso o ritmo, a repetição, a aliteração, a antítese, as frases feitas, os provérbios, a construção do período fundado na coordenação eram os modos de organização do pensamento. E aqui reencontramos nosso tema, a manifestação literária inicial, a poesia, tinha uma função bastante definida: transmitir conhecimentos úteis. Daí que o poeta era antes de tudo um edu-

cador. A sua produção verbal era “um instrumento de conservação seja de tradições familiares apropriadas, seja de costumes e comportamentos dignos e aceitáveis”⁽¹⁾.

Com a invenção da escrita, muda a própria organização do pensamento humano. Tudo aquilo que era importante para o trabalho de memorização perde importância; a começar pela própria memória. Com a invenção da imprensa em 1454, por Gutenberg, temos a segunda revolução da comunicação. O livro impresso mudou o homem e as relações entre os homens mudaram o mundo e a visão sobre o mundo. E mudou, ou ampliou-se, a função da literatura. O poeta, ao longo do período do livro impresso, deixa de ser um educador em primeiro lugar; agora ele é, antes, um artista, um criador da palavra. Mas a palavra, o conhecimento, até a criação por Samuel Morse, em 1844, do telégrafo, ainda andava a pé. A velocidade da mensagem, até Samuel



Jaime Leão

Morse, ainda era a velocidade do pedestre. Com a criação do telégrafo, pela primeira vez na história do homem:

“as mensagens poderão viajar mais depressa que o mensageiro. Antes existia uma relação estreita entre as estradas e a palavra escrita. Com o telégrafo a informação se separou de matérias sólidas como a pedra e o papiro, do mesmo modo em que o dinheiro precedentemente se tinha separado das peles, das barras de metal fundido e dos metais para tornar-se papel. O termo comunicação foi amplamente usado com referimento às estradas, às pontes, às rotas navais, aos rios e aos canais, antes de transformar-se com a era eletrônica em movimento de informação.”⁽²⁾

O telégrafo inaugura a terceira revolução da comunicação e, para encurtar caminho e acenar para a velocidade da informação hoje, basta lembrarmos rapidamente do e-mail e das teleconferências... Com a informação circulando em tempo real independentemente do local de sua produção, a experiência parece perder força, é o que aponta Walter Benjamin quando redige o ensaio em que, talvez, tenha realizado o balanço mais vigoroso sobre o assunto. Em “O narrador”⁽³⁾, Walter Benjamin re-percorre a história da arte de narrar, observando-a de um ângulo que absorve o avanço técnico, mas que percebe a perda de humanismo. Ele anota:

“O indício mais remoto de um processo em cujo término se situa o declínio da narrativa é o advento do romance no início da Era Moderna. O que separa o romance da narrativa (e do gênero épico em sentido estrito) é sua dependência essencial do livro. A difusão do romance só se torna possível com a invenção da imprensa. A tradição oral, patrimônio da épica, tem uma natureza diferente da que constitui a existência do romance. O que distingue o romance de todas as outras formas de criação literária em prosa – o conto-de-fadas, a saga, até mesmo a novela – é o fato de não derivar da

tradição oral, nem entrar para ela. Mas isso o distingue, sobretudo, da ação de narrar. O narrador colhe o que narra na experiência, própria ou relatada. E transforma isso outra vez em experiência dos que ouvem sua história. O romancista segregou-se. O local de nascimento do romance é o indivíduo na sua solidão, que já não consegue exprimir-se exemplarmente sobre seus interesses fundamentais, pois ele mesmo está desorientado e não sabe mais aconselhar.”⁽⁴⁾

Walter Benjamin, quando escreveu essas notas, não poderia saber da Internet e do volume de solidão e informação que circulam pela rede. O que ele viu era somente uma prefiguração do futuro, o presente.

Mas a humanidade por várias vezes já se encontrou em grandes encruzilhadas decisivas. O momento em que vivemos é mais uma delas. O que muda entre uma encruzilhada e outra é o poder de destruição de nós mesmos, que aumenta sempre. Onde buscar conhecimento e ensinamentos históricos para superar os desafios da realidade? Walter Benjamin respondeu com a sua prática: nos livros. O conhecimento e a experiência antes guardados na memória, hoje têm o seu lugar de armazenamento privilegiado nos livros. Mas a profusão de informação circulante não nos permite a simplificação hedonista. Experiência de vida e experiência de leitura, quando bem orientadas, podem iluminar o próximo passo, o passo decisivo. Nunca, porém, sem que passem pelo esforço e pela disciplina do indivíduo, pela determinação de seu caráter e pelo desprezo de qualquer “facilitação pedagógica”⁽⁵⁾.

Anselmo Pessoa Neto é professor de Língua Italiana e Literatura Comparada na Faculdade de Letras, da UFG. Este texto reproduz a parte final de conferência proferida no XIV Congresso Nacional da Federação de Arte Educação do Brasil.

Notas

- (1) HAVELOCK, Erica. *Cultura orale e civiltà della scrittura. Da Omero a Platone*. Bari: Laterza, 1983. Apud BALDINI, Massimo. *Storia della comunicazione*. Roma: Newton Compton, 1995, p. 20.
- (2) MCLUHAN, Marshall. *Gli strumenti del comunicare*. Milano: Garzanti, 1967. Apud Massimo Baldini, op. cit., p. 73.
- (3) BENJAMIN, Walter et al. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os pensadores*).
- (4) Cf. CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção – seleção*, apresentação e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2002, p. 59-60.
- (5) Uso “facilitação pedagógica” no sentido em que Antonio Candido formulou o problema em “Discurso de paraninfo”. In: CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. Op. cit., p. 310-319..

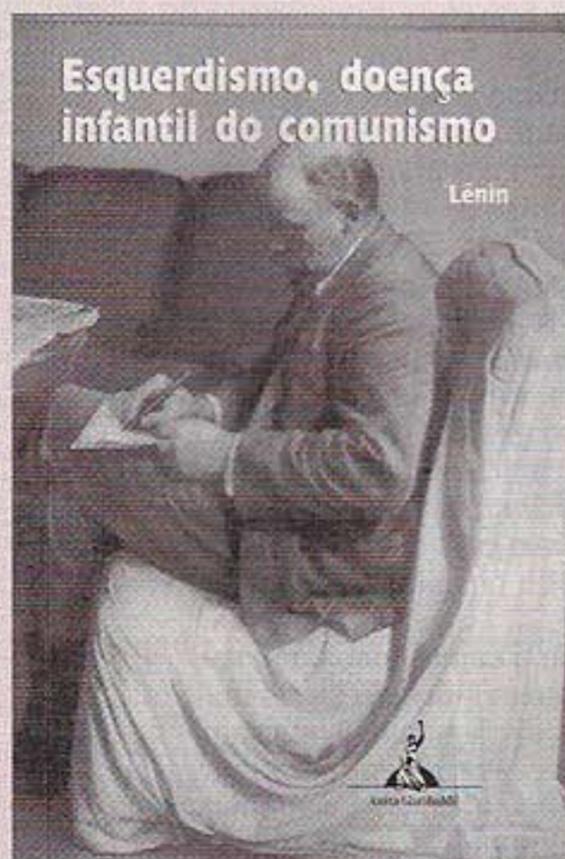
A editora Anita Garibaldi nos brinda com a reedição de uma das principais obras de Vladimir Ilitch Lênin, *Esquerdismo, doença Infantil do comunismo*. Escrita em 1920 ela foi um instrumento fundamental na luta político-teórica contra o radicalismo de esquerda presente no movimento comunista internacional.

Derrotar essa corrente era uma condição indispensável para a construção de partidos comunistas com influência de massa, capazes de se constituírem efetivamente em vanguardas dos processos revolucionários e de articularem os princípios gerais do marxismo e uma prática política ampla e flexível. Neste sentido, ele cumpriu plenamente o seu objetivo. Como escreveu Renato Rabelo, no importante ensaio de apresentação, *O esquerdismo*, trata-se de uma “enciclopédia da tática e da estratégia revolucionária do proletariado”. É o resultado da rica sistematização da experiência bolchevique nos primeiros anos do século XX.

Lênin aborda o significado internacional da Revolução Russa e apresenta as condições do seu êxito, as etapas da história do bolchevismo, o quadro das correntes que teve de enfrentar para poder se colocar na condição de vanguarda revolucionária. Defende a necessidade de se atuar nos sindicatos reacionários (nos quais se encontravam as massas atrasadas) e nos parlamentos burgueses. Advoga, com energia, a necessidade de se estabelecer acordos e compromissos na luta política.

Ao contrário do que imaginam os esquerdistas, afirma Lênin, “a história do bolchevismo (...) está cheia de casos de manobras, de acordos e compromissos com outros partidos, inclusive os partidos burgueses” e conclui: “não se deve renunciar de antemão a qualquer manobra, explorar os antagonismos de interesses (...) que dividem nossos ini-

Um clássico da ciência política marxista



migos, renunciar a acordos e compromissos com possíveis aliados (ainda que provisórios, inconsistentes, vacilantes, condicionais)”.

Nesta obra nos apresenta os princípios gerais para a construção de uma tática verdadeiramente revolucionária. Ela, por outro lado, não pontifica modelos a serem aplicados uniformemente a toda e qualquer realidade. Afirma o autor:

“Enquanto subsistirem diferenças nacionais e estatais entre os povos e os países (...) a unidade da tática internacional do movimento operário comunista de todos os países exigirá, não a supressão da variedade, não a supressão das particularidades nacionais (...), mas sim uma tal aplicação dos princípios fundamentais do comunismo (...) que modifique acertadamente esses princípios em seus detalhes, que os adapte, que os aplique acertadamente às particularidades nacionais e nacional-estatais”.

Lênin defende que os comunistas devem estar preparados para utilizar todas as formas de lutas. Afirma ele: “Os revolu-

nários inexperientes imaginam frequentemente que os meios legais de luta são oportunistas (...) e que os processos ilegais são revolucionários. Mas isso não é justo (...) os revolucionários que não sabem combinar as formas ilegais de luta com todas as formas legais são péssimos revolucionários”. Estas foram lições aprendidas através do complexo processo da revolução russa, sistematizada pelos bolcheviques. Por tudo isso, a obra de Lênin deve ser lida e estudada por todos aqueles que desejam derrotar o capitalismo e construir um país e um mundo socialista.

AUGUSTO CÉSAR BUONICORE

Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo, Vladimir Lênin, Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 2004

Textos a divulgar

"Tenho lido a revista *Princípios*. Muito boa. Gostaria de saber a possibilidade de envio por correio eletrônico dos seguintes textos/artigos publicados no número 75:

1. "A economia do império e o império da economia";
2. "A era Vargas e os desafios da nação";
3. "Olga: revolucionária, sem perder a ternura";
4. "Olga, uma paixão humana".

Assim, poderei enviar a mais pessoas e, conseqüentemente, fazer propaganda da revista".

João Pedro Stédile

Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – São Paulo/SP

As sobras de um regime injusto

"(...) Esta é a verdadeira cara de nosso planeta no século XXI: fome exclusão social e miserabilidade, batendo recorde e mostrando como o capitalismo é cruel com a maioria dos terráqueos. Dados do Banco Mundial (1985) mostram que 2,8 bilhões de pessoas são subalimentadas, ou seja, quase 55% da humanidade são desnutridos. Uma das desculpas é de que não existe alimento para suprir a necessidade da população mundial – o que é uma mentira, criada pelos burgueses e latifundiários, pois é provado que a produção de alimentos tem um excedente de 3%, enquanto o crescimento demográfico gira em torno dos 2%. Outro mito diz que não existe terra suficiente para produzir alimentos – o que, na verdade, é outra mentira, pois, segundo estimativa, existe 1,5 bilhões de hectares férteis para cultivo no mundo quando, no entanto, menos da metade dessa área é usada para produção de alimentos.

Estes e outros números mostram que o capitalismo é um regime de facetas diabólicas, pois, enquanto milhões de seres humanos morrem de fome, milhares de invenções inúteis surgem prendendo a atenção das pessoas que preferem ver uma lata andar, jogar pingue-pongue ou um foguete ir à lua a assistirem a realidade terrestre: uma criança agonizando de fome, sendo atentamente acompanhada ao olhar de um abutre, esperando a hora do banquete que está para chegar."

Tiago Eloy Zaidan
Maceió/AL

Contato

"Sou assinante da *Princípios* e professor de História do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes. Escrevo a vocês porque não sei como fazer contato diretamente com o Prof. Olival Freire Jr.

Tendo lido o seu artigo, 'Ciência e Filosofia na Experiência Socialista', publicado no nº 21 da revista, desde então venho tentando conseguir cópia da dissertação de mestrado e da tese de doutorado do professor Olival, sem sucesso até o momento. Como este tema muito me interessa, dirijo-me a vocês, por carta, na expectativa de que consigam para mim o material pleiteado. É claro que me disponho a cobrir os custos de correio. Se preferirem podem enviar-me pela internet (...)."

Luiz Cláudio Duarte.
Campos/RJ



REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Fundador e Diretor: João Amazonas (1912-2002)
Editores: Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira
Comissão Editorial: Adalberto Monteiro, Aloísio Sérgio Barroso, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, Elias Jabbour, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira.
Conselho Editorial: Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Loreta Valadares, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olívia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Silvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino
Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Elias Jabbour – correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Projeto Gráfico: Laércio D' Angelo Ribeiro
Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni
Administração: Zandra de Fátima Baptista
Departamento de Circulação: Claudia de Medeiros
Editoração Eletrônica: Maníia Rodela Oliveira
PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi R. dos Franceses, 04 - CEP 01329-010 - São Paulo - SP Tel.: (011) 3266-4312 - anita.garibaldi@uol.com.br
 A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
PONTOS DE VENDA: SÃO PAULO: R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; **FNAC:** Praça dos Omegas, 34 - fone 3815-1099; **Banca GV:** Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; **Banca do Estadão:** Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; **EDUSP:** fone 3818-4008; **Emporium Cultural Vergueiro:** Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; **Banca Ana Rosa:** Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; **Banca Paulista:** Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; **Banca Paraíso:** Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; **Banca Central:** Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; **Banca Silvio Romero:** Pça. Silvio Romero, 18 - fone 6941-6908; **Banca Liberdade:** Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; **CPV:** Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995; **Banca Pedro Soares:** R. Pedro Soares de Andrade, 669-S. Miguel Paulista. **ACRE:** Rua Rio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406. **MACEIÓ:** Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441. **MANAUS:** Rua Luís Antony, 762 - fone 622-1682. **MACAPÁ:** Rua Jovino Dinoar, 2510 - fone: 241-4450. **BAHIA:** Rua do Salete, 330 - fone 328-6828. **FORTALEZA:** Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217. **BRASÍLIA:** SDS Conj. Baracá, bl F, salas 501/503 - fone: 224-0491. **VITÓRIA:** Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162. **GOIÂNIA:** Rua 232, 50 - fone 224-6372; **Banca do SESC:** Av. Universitária, esq c/rua 260; **Banca Universitária I:** Av. Universitária, 1140; **Banca Universitária II:** Pça. Universitária, Qd 62 - fone 261-4335; **Banca do Dy:** Rua 09, 574 - fone 225-7920; **L e R Revistaria Hoje:** Goiânia Shopping, Av. T-10-Setor Bueno. **SÃO LUIS/MA:** Rua da Viração, 118 - fone 221-4556. **MINAS GERAIS:** Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766. **CAMPO GRANDE:** Rua Artur Jorge, 1256, bl D/Ap. 02 - fone 721-1390. **CUIABÁ:** Rua Luís Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833. **BELÉM:** Av. Gentil Bittencurt, 2484 fone 269-3430. **JOÃO PESSOA:** Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325. **RECIFE:** Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038; **Livromagazine:** Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; **Livraria Modelo** (Shopping Center Recife): fonex 465-5919; Shopping Tacaruna: fonex 421-6460 e Shopping Guararapes: fonex 468-4426; **Livraria Imperatriz:** Shopping Tacaruna - fone 421-6667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; **Livraria Síntese:** R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; **Livraria Potylivros:** Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; **Livraria Sodiler:** Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0883; **Bazar 494:** R. da Hora, 456 - fone 241-9842; **Livraria 1001 Livros:** R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; **Banca Globo I:** Av. Guararapes - fonex 224-0317; **Banca Destaque:** Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; **Box Viva Ler:** Shopping Boa Vista, quiosque 132; **Senhor Martins:** Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1366. **TERESINA:** Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635. **CURITIBA:** Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785. **RIO DE JANEIRO:** Rua Rodrigo Silva, 06 - fone 2533-7303. **NATAL:** Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; **Cigarreira Tio Patinhas:** Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; **Cigarreira o Revistão:** Rodoviária - fone 231-2765; **Cigarreira Calçada:** Centro; **Cooperativa Cultural da UFRN:** Centro de Convivência - Campus Universitário. **PORTO VELHO:** Rua 15/220 Conj. Parque Buritis - fone 981-6545. **BOA VISTA:** Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-2107. **PORTO ALEGRE:** Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154. **FLORIANÓPOLIS:** Pça. Oliveira, 18 Sobreloja 3 - fone: 3025-4227. **ARACAJU:** Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; **Banca São Francisco:** Pça. Olimpio Campos; **Banca Ponte do Imperador:** Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; **Livraria Escaniz:** Shopping Jardins Ij. 81/83; **Livraria Universitária:** Didática I (UFS); **Livraria Minuano:** Didática II (UFS). **GURUPI/TO:** Rua Alicante, 376 - fone 712-2479.

2005

VAI TER A SUA CARA.

O povo de Olinda vai ter um Ano Novo com a sua cara. Um ano corajoso, trabalhador e decidido. Um ano que olha para trás, para aprender com os exemplos, mas segue em frente, na direção do futuro. 2005 vai ser um ano de muitas batalhas e de grandes conquistas. Ano do trabalho, do suor e da satisfação. Um ano sorridente, como o povo e como nossa Olinda, melhor ainda.

Olinda. A cada ano, melhor ainda com a Prefeitura Popular.



Celso Furtado

1920 – 2004

ISSN 1415-7888
9 771415 788005
76

“Não é por arrogância que me atrevo a falar a meus colegas economistas em tom conselheiral. A idade não nos outorga direitos, mas a experiência nos arma para enfrentar muitos dissabores. Sabemos que uma luta dessa magnitude (por 'desenvolvimento' e não apenas 'crescimento', por 'uma nova estrutura agrária' e 'uma nova política de industrialização') só terá êxito com a participação entusiástica de toda uma geração. A nós, cientistas sociais, caberá a responsabilidade maior de velar para que não se repitam os erros do passado, ou melhor, para que não voltem a ser adotadas falsas políticas de desenvolvimento cujos benefícios se concentram nas mãos de poucos.”

(Os desafios da nova geração, de maio de 2004, seu último texto)